

CADERNOS DE ANÁLISE E PROSPETIVA

CULTIVAR
Cadernos de Análise e Prospecção

CULTIVAR

Cadernos de Análise e Prospetiva

N.º 10 | dezembro de 2017

Propriedade:

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa
Telefone: + 351 21 323 46 00
e-mail: geral@gpp.pt | website: www.gpp.pt

Equipa editorial:

Coordenação: Ana Sofia Sampaio, Bruno Dimas, Eduardo Diniz
Ana Filipe Morais, Ana Rita Moura, Carlos Alves, Edite Azenha,
Helena Sequeira, José Eduardo Reis, Manuel Loureiro, Pedro
Castro Rego, Rui Trindade
e-mail: cultivar@gpp.pt

Colaboraram neste número:

António Garcia Pereira, Carlos Montemor, Fernando Oliveira
Baptista, Fernando Sousa Jr., Joaquim Cabral Rolo, Joaquim
Carvalho, Joaquim Domingos Ângelo, José Castro Caldas, Mafalda
Troncho, Manuel Maduro Roxo, Maria Filomena Teixeira, Maria
de Fátima Pisco, Pedro Santos, Pedro Torres, Rui Pereira, Susana
Barradas

Edição: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração
Geral (GPP)

Execução gráfica e acabamento: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda

Tiragem: 1 000 exemplares

ISSN: 2183-5624

Depósito Legal: 394697/15

CULTIVAR

Cadernos de Análise e Prospetiva

N.º 10 › dezembro de 2017

Índice

7 /₁₁ | EDITORIAL

SECÇÃO I – GRANDES TENDÊNCIAS

15 /₂₃ | TECNOLOGIA E DESEMPREGO: JÁ AQUI ESTIVEMOS ANTES
José Castro Caldas

25 /₃₇ | TRABALHO AGRÍCOLA: PERCURSOS E MODELOS
Fernando Oliveira Baptista e Joaquim Cabral Rolo

39 /₄₉ | A NECESSIDADE AGUÇA O ENGENHO (OU COMO O SETOR AGRÍCOLA VAI
TENTANDO RESOLVER OS SEUS PROBLEMAS)
Joaquim Domingos Ângelo

51 /₅₆ | O DIREITO DO TRABALHO NA AGRICULTURA
António Garcia Pereira

57 /₆₂ | NOVOS DESAFIOS AO TRABALHO NA AGRICULTURA
Pedro Torres

SECÇÃO II – OBSERVATÓRIO

65 /₇₀ | A NOVA GERAÇÃO DE EMPREGOS QUALIFICADOS NA AGRICULTURA

71 /₇₇ | QUESTÕES DA AGRICULTURA – PROMOÇÃO DO TRABALHO DIGNO

79 /₈₅ | AS NOVAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA

87 /₁₀₅ | O TRABALHO NA AGRICULTURA PORTUGUESA

SECÇÃO III – ASSUNTOS BILATERAIS E MULTILATERAIS

- 109**/₁₁₁ | DINÂMICAS SALARIAIS RECENTES EM ECONOMIAS AVANÇADAS: FATORES DETERMINANTES E IMPLICAÇÕES
Síntese do Cap.2 do *World Economic Outlook 2017*, do Fundo Monetário Internacional (FMI)
- 112**/₁₁₄ | TRABALHO E POLÍTICAS DE EMPREGO
Síntese do Relatório do CES 2017, coord. Manuel Carvalho da Silva, Pedro Hespanha e José Castro Caldas
- 115**/₁₁₇ | PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO PARA OS SETORES AGRÍCOLA, PECUÁRIO E FLORESTAL
Síntese do Relatório Final 2016 da Autoridade para as Condições no Trabalho (ACT)
- 118**/₁₂₀ | PROTEÇÃO DA SEGURANÇA E DA SAÚDE DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, HORTICULTURA E SILVICULTURA
Síntese do Guia de Boas Práticas elaborado pela Comissão Europeia

Editorial

EDUARDO DINIZ

Diretor-Geral do GPP

O trabalho na agricultura diferencia-se historicamente do de outros setores pela importância que tem o trabalho a tempo parcial e eventual e o plurirrendimento, importância essa explicada sobretudo pelo caráter sazonal e irregular de muitas atividades agrícolas e pela pequena dimensão da grande maioria das explorações. Associado a esta característica setorial, as regras e procedimentos necessários para a interrupção temporária do pagamento a beneficiários de prestações sociais ou do subsídio de desemprego dificultam a prestação de trabalho eventual.

Acresce que as margens reduzidas de muitas das produções agrícolas e a crescente introdução de tecnologia e automação têm contribuído para a diminuição do trabalho agrícola e ainda para a renovação das formas de trabalho, que têm conhecido evoluções recentes em muitas áreas, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de empresas de prestação de serviços.

As séries estatísticas indicam que em termos agregados se está a verificar uma redução significativa da mão-de-obra familiar (que acompanha a redução da população ativa na agricultura) e a manutenção (ou mesmo ligeira recuperação) da mão-de-obra assalariada (com ganhos de remuneração) e contratada através de prestação de serviços.

Com efeito, o setor agrícola e as zonas rurais, pelas características indicadas e pelas crescentes necessidades de serviços em áreas como a fiscalidade, os apoios e as obrigações no quadro da PAC, o ambiente e a segurança alimentar, e a especialização tecnológica, podem beneficiar dessa evolução com a contratação ou integração de ativos mais especializados, o que, contudo, acarreta também riscos, nomeadamente, em termos de condições de trabalho, fiscalidade e movimentos demográficos, particularmente na mão-de-obra com menor qualificação.

Assim a crescente externalização da mão-de-obra agrícola é uma questão que merece uma análise atenta porque, se por um lado acompanha uma necessidade de flexibilização da atividade para responder ao mercado, quer em termos dos bens produzidos, quer na gestão dos custos, por outro lado, pode propiciar precariedade da situação laboral destes ativos e a perda de autonomia, a prazo, das explorações agrícolas.

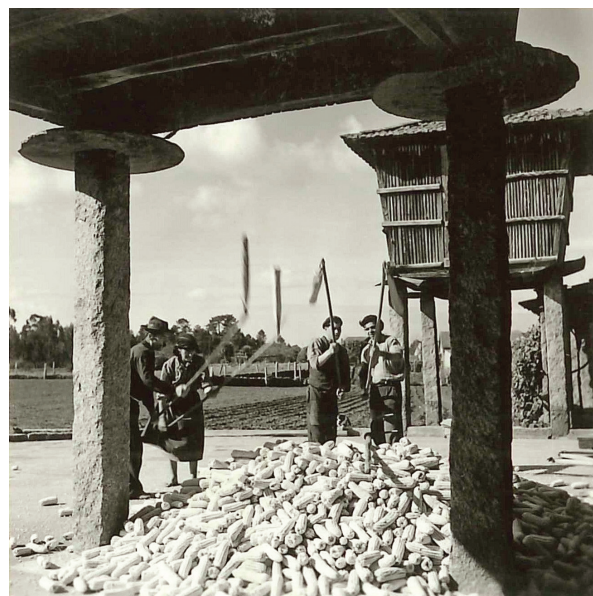
Na Secção “Grandes Tendências”, os autores convidados para este número abordam estes tópicos sob perspetivas diferentes, mas sobretudo complementares.

No primeiro artigo sobre esta temática, José Maria Castro Caldas recorda que a alteração de para-

digma tecnológico que se está a viver não é a primeira vez que acontece, recorrendo à história do pensamento económico (mais útil do que os *soundbites*) e aos futuros que no séc. XIX se concebiam, para mostrar que não se pode “prever o imprevisível”: “É à Inglaterra dos séculos XVIII e XIX que devemos viajar se queremos reconstruir desde a origem o debate sobre as consequências da tecnologia no trabalho e no emprego”. Já Keynes falava da “nova doença” que era o “desemprego tecnológico”. O autor considera que “um conjunto de dispositivos institucionais como a legislação do trabalho, os sindicatos e a contratação coletiva, cuja origem radica em desenvolvimentos situados numa esfera política que não obedece estritamente a determinantes de natureza económica”, foi um fator decisivo para evitar que certas previsões mais pessimistas se tornassem realidade, concluindo que a “tecnologia em si mesma não é determinante de nenhuma senda de sentido único, dependendo os seus impactos do contexto institucional”, o qual, por sua vez, “depende de escolhas políticas”.

Fernando Oliveira Baptista e Joaquim Rolo referem a pluriatividade e o plurirrendimento existentes na atividade agrícola e relacionam-nos com a evolução da agricultura nacional desde o início do século XX. Já nos anos 50, as migrações abrangiam um grande número de pessoas com condições de vida e de trabalho muito penosas, existindo elevadas necessidades de mão-de-obra, concentradas em curtos períodos. A partir do grande êxodo agrícola e rural dos anos 60, produziram-se mudanças que perduram ainda hoje: “o trabalho regular, com horários rigorosos e, com frequência, distante da habitação, alterou rotinas, obrigou a ajustar os tempos dedicados ao trabalho na terra e a adaptar os sistemas de produção”. Atualmente, verifica-se uma “possibilidade crescente de recorrer a serviços exteriores para os trabalhos agrícolas” embora seja “uma adaptação ainda de pouco vulto, que não se descortina na informação estatística” (sobre este assunto, ver também artigo do GPP na Secção “Observatório”). O recurso a trabalho eventual rea-

lizado por imigrantes retoma o que se passou com os ranchos migratórios. No quadro da agricultura familiar, “onde antes se mobilizava a entregajuda (...) beneficia-se agora, dada a grande melhoria nas condições de mobilidade, da vinda de familiares e amigos da cidade, durante um fim-de-semana ou umas curtas férias”. “A profunda transformação tecnológica associada ao desenvolvimento da externalização/terciarização tem contribuído para reconfigurar o quadro institucional do trabalho agrícola.”



Fotografia: *Malhando o milho.*

Guarda, Grijó, Antiga Estação Agrária do Porto. Artur Pastor, 1954. Coleção do acervo do MAFDR

Joaquim Domingos Ângelo começa por salientar que a mudança que vai ocorrendo na atividade agrícola e no espaço rural decorre da necessidade, por exemplo, de lidar com a tendência de redução dos preços agrícolas. Uma possibilidade de reduzir custos é “que o investimento seja concretizado de forma dominante com aquisição de serviços” mas a grande parte das mudanças que ocorrem no processo agrícola vai ter expressão nos custos de exploração. “As mudanças que têm ocorrido no sentido de a exploração agrícola se tornar mais eficiente o que, em última instância, significa produção com custos unitários mais baixos, fazem apelo cada vez maior à utilização de serviços externos à exploração”, o que implica “a existência da oferta neces-

sária de serviços”. “A substituição do trabalho à jorna por serviços ligados à agricultura é, sobretudo, uma forma de o mercado resolver vários problemas de um só golpe: disponibilizar mão-de-obra agrícola que é escassa, com a qualificação adequada para as diversas funções e com capacidade para executar tarefas em calendários apertados”. O autor identifica como áreas críticas a exigir novas soluções a possibilidade de “abandono total da atividade agrícola”; a questão do trabalho e o recurso à prestação de serviços e à mecanização; a questão da dimensão da exploração e a necessidade de uma “utilização eficiente do equipamento”, ou ainda “a regulação como fator de limitação”. A terminar, abstendo-se avisadamente de prever o imprevisível, deixa um conjunto de questões de que dependerá a evolução futura do espaço rural.

Antônio Garcia Pereira considera que essa evolução das atividades agrícolas constitui uma temática particularmente interessante, também do ponto de vista do Direito do Trabalho. Tece o enquadramento legal em que funciona o trabalho agrícola e chama a atenção para as dificuldades de grande parte dos agricultores em dominar o que a lei lhes impõe, bem como toda a panóplia de requisitos necessários à atividade (negociação e celebração de contratos de seguros e de financiamentos bancários, candidatura a programas de apoios, segurança e saúde no trabalho e regras ambientais). Os agricultores veem-se assim obrigados a uma completa sujeição a entidades prestadoras de serviços nessas áreas. O autor propõe medidas que permitam o desenvolvimento assente no respeito pelos direitos de quem trabalha e no combate às lógicas da “lei da selva”, ao “dumping social” e à concorrência desleal: “Fiscalização efetiva”; “Dinamização do recurso à contratação coletiva”; “Divulgação essencialmente pedagógica e ampliação da aplicação dos regimes de contratação temporária ou intermitente (...) nos casos (...) em que se verifiquem os respetivos pressupostos legais”; “Firme perseguição e sancionamento de todas as formas ilegais de contratação de trabalhadores”; “Restrição (...) do recurso a

empresas prestadoras de serviços e empresas de trabalho temporário unicamente às situações em que tal recurso tenha estrita justificação legal”; discriminação positiva para as áreas rurais.

Pedro Torres, à semelhança dos outros autores, destaca a “crescente necessidade de aquisição de produtos e serviços a fornecer ao setor agrícola”, o que torna necessário “um elevado grau de exigência, no sentido de aferir a capacidade de desempenho dos recursos humanos, com vista a gerar uma produtividade qualitativa e quantitativa”. Expõe as alterações legais recentes que permitem desenvolver esta atividade e defende que, neste quadro, “cabe às empresas utilizadoras de trabalho temporário, na medida em que passam a ter mais responsabilidade no que respeita ao cumprimento das obrigações legais por parte da empresa de trabalho temporário, serem mais assertivas na seleção das empresas de trabalho temporário que elegem como seus parceiros”, devendo ser afastadas “do mercado as empresas que não tenham enquadramento legal para o exercício da atividade e não cumpram com as obrigações legais.”

Na Secção “Observatório”, Pedro Santos aborda “a questão do emprego qualificado da nova geração [que é] apontada como uma das questões prioritárias para as empresas”. Debruça-se principalmente sobre “a geração millennial (jovens nascidos entre 1983 e 2000)” e a sua nova abordagem às questões do trabalho, apresentando os resultados de inquéritos efetuados a empregadores e recém-empregados do setor. As conclusões vão no sentido dos artigos anteriores: “os modelos de organização do trabalho promovem, em muitos casos, a necessidade de recorrer à externalização na prestação de serviços especializados e ao aumento da especialização, assim como a exigência de muitos serviços complementares à atividade produtiva.” Por outro lado, “em muitos desses serviços existe uma forte componente tecnológica, para a qual a nova geração está mais preparada”, “em muitos casos com experiências (de formação ou trabalho) no estrangeiro, com

um conjunto de contactos espalhados pelo mundo, com grande ligação a redes sociais e, por isso, com uma vida global e digital”, assim como uma grande vontade de aprender, competências essas que são reconhecidas pelos empregadores (embora ainda nem sempre sejam convenientemente remuneradas) e constituem um desafio para as empresas.

No artigo que o escritório da OIT em Lisboa, na pessoa de Mafalda Troncho, solicitou ao seu congénere em Genebra, fala-se da necessidade de garantir condições de trabalho dignas para os *“mais de mil milhões de pessoas, cerca de um terço da mão-de-obra mundial, [que] trabalham no setor agrícola.”* A partir da década de 2000, *“o importante papel da agricultura na redução da pobreza foi traduzido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)”* e reconheceu-se que *“não será possível alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sem uma forte aposta no desenvolvimento rural”*, concluindo-se ainda que *“o crescimento agrícola tem (...) um potencial significativo de contribuição para o crescimento noutros setores económicos, mais do que a indústria ou os serviços, e não só a jusante (...), mas também a montante”*. Os desafios que a economia rural tem pela frente em matéria de trabalho digno passam pela segurança e a saúde no trabalho, a eliminação do trabalho infantil, a igualdade de género ou a liberdade de associação e negociação coletiva. O artigo conclui, afirmando que *“tendo em conta o aumento da procura mundial de alimentos, o setor agrícola oferece oportunidades de emprego inexploradas, sobretudo para os jovens”*, embora precise de se modernizar, melhorar a qualidade da oferta de emprego e responder aos *“desafios que vão surgindo, como a alteração nas relações de trabalho decorrente da externalização”*.

O artigo da equipa da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) trata dos *“processos de mudança tecnológica e organizacional acelerados cujo impacto nas relações de trabalho e nas condições de segurança e saúde de quem (...) trabalha merecem uma atenção especial”* e das ações

desenvolvidas nesse sentido. Começa por fazer uma caracterização das novas relações de trabalho no setor, referindo as suas características estruturais e problemas mais significativos. Em seguida, fala das competências da ACT no cumprimento da legislação laboral, da formação dos seus inspetores e respetivas metodologias. Refere ainda algumas das suas principais intervenções, nomeadamente na implementação do *Plano Estratégico de Ação para os Setores Agrícola, Pecuário e Floresta* (também apresentado na Secção III), mencionando o caso particular dos tratores agrícolas, e conclui reconhecendo que, embora tenha havido progressos consideráveis, *“ainda há um longo caminho a percorrer para eliminar os principais problemas que afetam e dificultam o desenvolvimento do trabalho digno na agricultura.”*



Slide: Vindima – transporte dos cachos

Região Demarcada do Dão. Artur Pastor, s.d. Coleção do acervo do MAFDR

A fechar esta Secção, o GPP apresenta a estrutura setorial do trabalho na economia portuguesa, uma caracterização do trabalho agrícola (trabalho parcial, pluriatividade, plurirrendimento, estrutura etária, nível de educação, regiões) e a sua evolução. Este documento permite verificar que a externalização de atividades, que inclui *“a substituição do trabalho à jorna por serviços ligados à agricultura”*, que refere Domingos Ângelo, mas também a contratação de seguros e de financiamentos bancários, a candidatura a programas de apoios, a segurança e a saúde no trabalho e as regras ambientais, para

as quais chama a atenção Garcia Pereira, “*não se descortina na informação estatística*”, como fazem notar Oliveira Baptista e Joaquim Rolo. No entanto, há alguns elementos que a indiciam. Como também constata os mesmos autores, “*hoje, 72% das explorações recorre a mão-de-obra não familiar (em 1980, a proporção era de 43%) e, no seu âmbito, cerca de 90% apela a trabalhadores eventuais (60% por via da contratação de serviços a terceiros*”. A mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor tem uma reduzida importância (1,6% do volume total de mão-de-obra em 2013), mas tem apresentado um aumento significativo (crescimento médio anual de 18% entre 2007 e 2013). As remunerações dos trabalhadores têm crescido continuamente, o que não acontece com o excedente bruto. E, sobretudo, verifica-se um enorme crescimento da aquisição de serviços pelos agricultores e, em particular, de outros bens e serviços não classificados como serviços agrícolas. Este último aspeto deve ser tomado em conta na análise das estatísticas setoriais, que deve ser complementada não só com as

indústrias agrícolas, cujas fronteiras com a agricultura não são fáceis de definir, mas também com os serviços originados pela agricultura, que se encontram na mesma situação.

Finalmente, na última Secção, são sintetizados diversos documentos relevantes: o Capítulo 2 do recém-publicado *World Economic Outlook*, do FMI, que tenta compreender as dinâmicas salariais que se têm verificado recentemente nas economias mais avançadas; o relatório de 2017 sobre “Trabalho e Políticas de Emprego” do Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, com coordenação de Manuel Carvalho da Silva, Pedro Hespanha e José Castro Caldas; o acima referido *Plano Estratégico de Ação para os Setores Agrícola, Pecuário e Florestal*, da ACT e, finalmente, um *Guia de Boas Práticas* elaborado pela Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão, da Comissão Europeia, relativo às questões da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores do setor agroflorestal.

GRANDES TENDÊNCIAS

CULTIVAR

v.t. *TRABALHAR A TERRA PARA TORNÁ-LA FÉRTIL.*

Tecnologia e desemprego: já aqui estivemos antes

JOSÉ CASTRO CALDAS

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Se cada instrumento pudesse desempenhar a sua função a nosso mando, ou como que antecipando-se ao que se lhe vai pedir... e se, do mesmo modo, os teares tecessem sozinhos, e se as palhetas tocassem sozinhas a cítara, então os mestres não teriam necessidade de ajudantes nem os senhores de escravos.

Aristóteles (384-322 a. C.), *Política*¹

As máquinas capazes de realizar trabalho por si mesmas, a mando ou antecipando-se ao que se lhes vai pedir, invadiram o espaço público, tornando-se tema recorrente em todos os meios de comunicação. Da agricultura aos mais variados serviços, passando obviamente pela indústria, a opinião corrente é que as máquinas (inteligentes) vão substituir os humanos.

“Dada a escassez de trabalhadores, temos de desenvolver outros meios que nos ajudem a culti-

var, colher e processar as nossas culturas – robótica, mecanização e automação”, noticiava a CNN em agosto passado, citando o presidente da *Grower-Shipper Association* da Califórnia. A agricultura da Califórnia, explicava a CNN, depende de mão-de-obra emigrante. Se os planos de Trump forem adiante e a mão-de-obra mexicana deixar de estar disponível, os *robots* substituirão os imigrantes.² No entanto, os trabalhadores americanos também não podem estar descansados – lê-se noutro artigo

da CNN: “Trinta e oito por cento dos postos de trabalho nos EUA estão em risco de ser substituídos por *robots* e inteligência artificial nos próximos 15 anos”.³ Em contrapartida, na mesma CNN, há também quem acredite que “a

... robótica, mecanização e automação... solução para a escassez de mão-de-obra, destruição de emprego, ou destruição compensada com criação de novo emprego? ... tirando os mais afoitos que se imaginam capazes de prever o imprevisível... ninguém sabe ao certo.

¹ Aristóteles, *Política*, Livro I, Parte IV, tradução António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Lisboa: Vega

² “Machines, not Americans, could replace immigrant workers”, de Patrick Gillespie, CNNMoney, 18 de Agosto de 2017, disponível em <http://money.cnn.com/2017/08/18/news/economy/us-farmers-immigration-automation/index.html>

³ “U.S. workers face higher risk of being replaced by robots. Here’s why”, de Alanna Petroff, 24 de Março 2017, CNN-Tech, disponível em <http://money.cnn.com/2017/03/24/technology/robots-jobs-us-workers-uk/index.html>

nova tecnologia destruirá muitos postos de trabalho, mas criará também muito emprego”.⁴

Solução para a escassez de mão-de-obra, destruição de emprego, ou destruição compensada com criação de novo emprego? A CNN não tem a certeza. E na verdade, tirando os mais afoitos que se imaginam capazes de prever o imprevisível – a natureza e as consequências da adoção de tecnologias que ainda não foram testadas ou mesmo inventadas –, ninguém sabe ao certo. Não sabemos mesmo se estamos ou não perante uma vaga tecnológica comparável em consequências às experimentadas no passado, como as que decorreram da invenção da máquina a vapor, da eletricidade e do motor a combustão.

Sabemos, no entanto, que não é a primeira vez que a inovação tecnológica e as consequências da adoção de novas tecnologias no emprego e no trabalho ocupam um lugar destacado no debate público e sabemos, também, que as ‘velhas’ controvérsias, temperadas pela experiência histórica realmente vivida, podem muitas vezes trazer mais luz a debates presentes do que as especulações infundadas e muitas vezes delirantes que hoje enchem os jornais.

É na expectativa de que assim seja, isto é, que seja possível aprender com os debates e a experiência passada, que proponho neste breve artigo, em primeiro lugar, uma visita a uma ‘velha’ controvérsia acerca das consequências da tecnologia no trabalho e no emprego e, em segundo lugar, um exame das previsões das teorias passadas feito à luz da

experiência realmente vivida e, por fim, uma breve reflexão em torno dos ensinamentos que resultam das duas excursões anteriores.

As origens

É à Inglaterra dos séculos XVIII e XIX que devemos viajar se queremos reconstruir desde a origem o debate sobre as consequências da tecnologia no trabalho e no emprego⁵. É aí que em 1779 encontramos o lendário Ned Ludd a destruir uma máquina de tricotar meias, assim como sucessivos episódios muito reais de destruição de máquinas por trabalhadores.

As revoltas dos trabalhadores industriais contra a mecanização e o desemprego em Inglaterra atingiriam o seu apogeu entre 1811 e 1819 com o movimento que veio a ser designado de Ludita. A extensão

deste movimento foi tal e tão alarmante que em 1812 o governo inglês, sob pressão dos capitalistas industriais, levou o parlamento a aprovar uma lei (*Frame*

Breaking Act) que previa a condenação à morte de pessoas incriminadas pela destruição de máquinas. No mesmo ano, na sequência da destruição de uma fábrica no condado de York, 64 trabalhadores foram detidos e 13 condenados à morte.

Depois de 1819, o movimento Ludita regrediu na indústria, mas renasceu nos campos. Entre 1830 e 1833, no episódio que ficou conhecido pela Rebelião de Swing, ocorrido no Sul e Leste da Inglaterra, trabalhadores agrícolas destruíram debulhadoras mecânicas.

Sabemos, no entanto, que não é a primeira vez que a inovação tecnológica e as consequências da adoção de novas tecnologias no emprego e no trabalho ocupam um lugar destacado no debate público...

⁴ “Jack Ma: We need to stop training our kids for manufacturing jobs”, de Julia Horowitz, 20 de Setembro, 2017, CNNTech, disponível <http://money.cnn.com/2017/09/20/technology/jack-ma-artificial-intelligence-bloomberg-conference/index.html>

⁵ Ver a este respeito Couto, J. M.; Garcia, M. F.; Freitas, C. E.; Silvestre, R. C. (2011), “Desemprego tecnológico: Ricardo, Marx e o caso da indústria de transformação brasileira (1990-2007)”, *Economia e Sociedade*, vol. 20, n.º 2, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000200004

Embora fossem contemporâneos destes acontecimentos dramáticos, os primeiros economistas políticos, para quem a aplicação de maquinaria se traduzia sobretudo num virtuoso incremento da capacidade produtiva do trabalho humano, testemunhavam-nos com complacência.

No entanto, a publicação, em 1817, de um opúsculo de John Barton veio pôr termo à indiferença dos economistas políticos acerca das consequências da mecanização no emprego e nos salários e abrir um debate que se haveria de prolongar ao longo de todo o século.⁶

Nesse opúsculo, Barton questionava a crença dos economistas políticos na articulação virtuosa, estabelecida por Adam Smith, entre o enriquecimento da nação, a recompensa generosa do trabalho e o crescimento demográfico. Segundo ele “um dado incremento da riqueza não cria sempre uma procura proporcional de trabalho” e portanto uma elevação dos salários. A causa para Barton era simples: “os industriais e os agricultores... investem por vezes as suas acumulações [de capital] na construção de maquinaria, ou em melhoramentos permanentes do solo, calculados para proporcionarem um produto igual com um menor número de trabalhadores; noutros momentos, investem-nas para contratar mais trabalhadores com o objetivo de levar ao mercado uma produção maior”.⁷ O que determinaria a proporção do investimento destinada a maquinaria no investimento total seria o nível dos salários, ou melhor o peso dos custos salariais no valor da produção do trabalho.

Na sequência deste opúsculo, John McCulloch – um economista político escocês estreitamente relacionado com David Ricardo – publicaria em 1820 um artigo em que, aprovando as ideias de Barton, escrevia: “o capital fixo investido numa máquina, tem necessariamente de substituir uma quantidade maior de capital circulante [aplicado em salários], – já que doutro modo não haveria motivação para a sua construção [da máquina]; e deste modo o seu primeiro efeito é afundar, e não elevar, a taxa dos salários”.⁸

Na sequência da publicação deste artigo, David Ricardo em carta a McCulloch manifestava a sua discordância – “a utilização de maquinaria... nunca reduz a procura de trabalho – nunca é uma causa da queda do preço do trabalho, mas antes um efeito do seu aumento”, – dando início à controvérsia de que seguidamente se dará conta.⁹

A teoria da compensação

Em 1821, em consequência da crítica de Ricardo, McCulloch revia a sua opinião, expondo aquela que viria a ser conhecida por ‘teoria da compensação’: “nenhum melhoramento da maquinaria pode diminuir a procura de trabalho, ou reduzir a taxa de salários. A introdução de maquinaria num dado emprego, ocasiona necessariamente uma procura igual ou maior de trabalhadores nalgum outro emprego”.¹⁰

A teoria da compensação, não obstante a posterior mudança de opinião de Ricardo e a crítica de Marx,

⁶ Barton, John (1817) “Observations on the Circumstances Which Influence the Conditions of Labouring Classes of Society”, Londres: John and Arthur Arch. John Barton (1755–1789) foi um economista político de inclinações filantrópicas. Fundou o Birkbeck College, chamada London Mechanics’ Institution, cuja missão original era a educação de trabalhadores.

⁷ *Ibid.*, p. 17

⁸ Citado em Sraffa, Piero (2004), “Introduction”, Piero Sraffa (Ed.), “The Works and Correspondence of David Ricardo”, Vol I, Indianapolis: Liberty Fund, p. lviii. Disponível em <http://oll.libertyfund.org/titles/ricardo-the-works-and-correspondence-of-david-ricardo-11-vols-sraffa-ed>

⁹ *Ibid.*, p. lviii

¹⁰ McCulloch, John (1821), “The Opinions of Messrs Say, Sismondi, and Malthus, on the Effects of Machinery and Accumulation, Stated and Examined”, *Edinburgh Review*, Março 182, p. 115

viria a afirmar-se como opinião predominante dos economistas políticos do século XIX, assim como dos economistas neoclássicos do século XX, correspondendo ainda hoje à posição ‘por defeito’ da maior parte dos economistas.

Os economistas clássicos que defenderam a ideia de compensação e os seus herdeiros neoclássicos não negavam, nem negam, que a mecanização – seja à escala da empresa individual, seja à escala de um setor, ou mesmo de uma economia – possa ter como consequência a destruição de postos de trabalho. Acreditam, no entanto, que estes efeitos se verificam apenas no curto prazo. Com mais ou menos sofisticação, argumentam que existem outros efeitos que compensam a destruição de emprego verificada no curto prazo e que repõe os níveis de emprego no longo prazo. Estes efeitos de compensação incluíam: a) o emprego envolvido na produção de máquinas; b) o reinvestimento pelos capitalistas das poupanças obtidas pela substituição de trabalhadores por máquinas; c) a descida dos salários induzida pelo desemprego de curto prazo e a consequente reabsorção dos desempregados a ‘custos salariais’ mais reduzidos; d) a descida dos preços de bens de consumo possibilitada pela mecanização e o decorrente aumento do rendimento real e da procura; e) a criação de novos produtos e a decorrente geração de emprego na sua produção.¹¹

O desemprego tecnológico

Em 1821, posteriormente à publicação do segundo artigo de McCulloch, Ricardo chegaria à conclusão

¹¹ Piva, Mariacristina e Vivarelli, Março (2017), “Technological Change and Employment: Were Ricardo and Marx Right?”, IZA DP No. 10471, IZA – Institute of Labor Economics.

de que as doutrinas que havia apoiado a respeito das consequências da introdução de máquinas estavam erradas. Num novo capítulo introduzido na 3ª edição dos *Princípios*, criticava a ‘teoria da compensação’ para concluir que a “utilização das máquinas pode ser acompanhada de uma diminuição da produção bruta [destinada ao pagamento de salários] e, sempre que isso suceder, será prejudicial para a classe trabalhadora”, isto é, pode traduzir-se em desemprego e redução de salários¹².

A palavra *pode* na formulação de Ricardo é importante, pois na realidade ele continuava a pensar, apesar de tudo, que existiam circunstâncias em que a destruição de emprego poderia ser compensada por novo investimento. Acreditava sobretudo que “[a] utilização de máquinas num país nunca deve deixar de ser incentivada pois, se não se permitir que o capital proporcione o rendimento líquido máximo que as máquinas tornam possível, ele sairá para o estrangeiro...”¹³

Na secção de *O Capital* dedicada à crítica da ‘teoria da compensação’, Marx louva Ricardo pela “imparcialidade científica e o amor da verdade que lhe

¹² Ricardo, David (1817), *Princípios de Economia Política e de Tributação*, 3ª edição (1821), Cap. XXXI, Lisboa: Fundação Gulbenkian, p. 454. Para escândalo de McCulloch, Ricardo concedia que “a opinião defendida pela classe trabalhadora de que a utilização de máquinas é frequentemente prejudicial para os seus interesses não emana de preconceitos ou de ideias erradas, mas está de acordo com os corretos princípios da economia política” (*ibid.*, p. 456). Em resposta epistolar a Ricardo, McCulloch escreveria que se as novas do autor dos *Princípios* fossem corretas “as leis contra os Luiditas são uma desgraça para a ordem jurídica britânica [Statute Book]” (citado em Sraffa, *ibid.*, p. lviii, nota 6).

¹³ Ricardo, *ibid.*, p. 461

é característico”¹⁴ e assesta baterias contra outros “economistas políticos burgueses”, como James Mill, McCulloch, Torrens, Senior e John Stuart Mill, que “insistem em que toda a maquinaria que desaloja trabalhadores, liberta simultânea e necessariamente um montante de capital adequado para empregar os mesmos e idênticos trabalhadores”¹⁵. Em alternativa, Marx defende que: a) a destruição de postos de trabalho decorrente da introdução de maquinaria no processo produtivo não pode ser compensada pela criação de emprego na produção da mesma maquinaria¹⁶; b) a destruição de trabalho decorrente da mecanização numa indústria pode ser acompanhada da criação de emprego noutras indústrias numa quantidade (superior ou inferior à quantidade de emprego destruída) que depende da evolução da duração da jornada de trabalho nas diferentes indústrias e do rácio entre as componentes do capital constantes (aplicado em meios de produção) e variáveis (aplicado em salários).

O capítulo 25 de *O Capital* é dedicado precisamente a analisar, em primeiro lugar, o efeito da acumulação de capital no emprego, em condições em que esta acumulação ocorreria mantendo-se constante a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital (isto é, em que não existisse substituição de trabalho por máquinas) e, em segundo lugar, em condições mais próximas da experiência histórica em que a proporção do capital constante no capital total aumenta.

Marx concluía que, caso a acumulação de capital se desenrolasse mantendo constante o rácio entre

as partes constante e variável do capital (sem substituição de trabalho por máquinas), a relação de dependência do trabalho relativamente ao capital poderia assumir uma forma “suportável”. O desemprego poderia não aumentar e os salários poderiam mesmo subir.

No entanto, no caso mais realista do crescimento do capital ser acompanhado de substituição do trabalho por máquinas, a situação seria outra. Nessas condições: “Quanto maior é a riqueza social... a massa absoluta do proletariado e a produtividade do seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva... Mas quanto maior é o exército industrial de reserva relativamente ao exército de trabalho no ativo, tanto maior é a massa consolidada de população excedentária, cuja miséria é inversamente proporcional ao seu tormento no trabalho. Quanto mais extensivas, finalmente, são as camadas pobres da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Esta é a lei geral absoluta da acumulação capitalista*. Como outras leis, ela é modificada no modo como opera por muitas circunstâncias, de cuja análise não nos ocuparemos aqui.”¹⁷

Em suma, para Marx, acumulação de capital com mecanização, desemprego (crescimento do exército industrial de reserva) e pauperização dos trabalhadores estavam ligados numa cadeia de causalidade. As máquinas em si não eram “responsáveis pela ‘libertação’ dos trabalhadores dos seus meios de subsistência”. No entanto, as mesmas máquinas que representam “uma vitória do homem sobre as forças da Natureza, nas mãos do capital fazem do homem um escravo dessas forças.”¹⁸

Perspetivas para os nossos netos

Em 1928, John Maynard Keynes dedicou várias conferências a um exercício prospetivo que viria a ser

¹⁴ Marx, Karl (1867), *Capital – A Critique of Political Economy*, Vol. 1, Cap. XV, nota 132, disponível em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/>

¹⁵ *Ibid.*, Cap. XV, secção 6

¹⁶ “O novo trabalho gasto nos instrumentos de trabalho... deve ser necessariamente menor do que o trabalho desalojado pelo uso da maquinaria; de outro modo o produto da máquina seria tão caro, ou mais caro, do que o produto do trabalho manual.”, Marx, *ibid*

¹⁷ *Ibid.*, Cap. XXV, secção 4

¹⁸ *Ibid.*, Cap. XV, secção 6

revisto e publicado em 1930, já em plena Grande Depressão, com o título *Perspetivas Económicas para os Nossos Netos*¹⁹. Nesse ensaio, Keynes procurava libertar-se do pessimismo induzido pela “depressão que grassa pelo mundo” e “levantar voo para o futuro”.²⁰ Quais são as possibilidades económicas para os nossos netos? – perguntava.

“Estamos a ser atingidos por uma nova doença de que alguns leitores podem ainda não ter ouvido o nome, mas de que vão ouvir falar nos próximos anos – a saber, o *desemprego tecnológico*. Isto significa desemprego resultante do facto de a nossa descoberta de meios de economizar a utilização de trabalho superar o ritmo a que conseguimos encontrar novas utilizações para o trabalho”.²¹

No entanto, para Keynes, o aumento da eficiência técnica que no curto prazo tinha como consequência o desemprego, significaria, no longo prazo “que a humanidade está a resolver o seu problema económico”, isto é, o problema da escassez.²² Previa o autor: “daqui a cem anos, o nível de vida nos países progressistas será quatro a oito vezes mais elevado do que hoje”.²³ Assumindo uma sociedade que não fosse insaciável nos seus desejos e se contentasse com um nível de vida oito vezes superior ao de 1930, o produto necessário

poderia ser obtido, repartindo o trabalho o máximo possível, se cada pessoa trabalhasse três horas por dia quinze horas por semana.

Dos cenários prospetivos à experiência histórica

O que podemos esperar da evolução ou da revolução tecnológica? À luz da ‘teoria da compensação’, acréscimo da produtividade do trabalho e destruição

temporária de emprego em alguns setores, contrabalançado por crescimento do investimento noutros setores e a decorrente criação de emprego. Na perspetiva marxista, desemprego económico estrutural (duradouro) e empobrecimento dos que têm e não têm emprego. Na antecipação otimista de Keynes, uma sociedade que resol-

veu o problema da escassez, se libertou das engrenagens da acumulação e divide o trabalho necessário em turnos moderados de três horas diárias por pessoa, cinco dias por semana.

“Estamos a ser atingidos por uma nova doença de que alguns leitores podem ainda não ter ouvido o nome, mas de que vão ouvir falar nos próximos anos – a saber, o desemprego tecnológico. Isto significa desemprego resultante do facto de a nossa descoberta de meios de economizar a utilização de trabalho superar o ritmo a que conseguimos encontrar novas utilizações para o trabalho”.

Mais de oitenta anos decorreram já depois de todos estes exercícios prospetivos. Que avaliação podemos fazer de cada um deles à luz da experiência vivida de quase um século?

Mais de oitenta anos decorreram já depois de todos estes exercícios prospetivos. Que avaliação podemos fazer de cada um deles à luz da experiência vivida de quase um século?

Começamos pela teoria da compensação. O século XX, ao longo do qual ocorreram importantes vagas de inovação tecnológica, está longe de ter sido um período uniformemente caracterizado por níveis de desemprego reduzidos. Pelo contrário, períodos houve em que o desemprego nos países capitalistas mais desenvolvidos atingiu proporções massivas, nomeadamente entre 1929 e a Segunda Guerra

¹⁹ Keynes, John M. (1930), “Perspetivas económicas para os nossos netos”, Keynes, John M. (2009), *A Grande Crise e Outros Textos*, Lisboa: Relógio de Água

²⁰ *Ibid.*, p. 120

²¹ *Ibid.*, p. 123

²² *Ibid.*, p. 123

²³ *Ibid.*, p. 123

Mundial. No entanto, esse desemprego esteve mais relacionado com crises que tiveram origem no setor financeiro, do que com as transformações tecnológicas ocorridas.

Já no longo período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, os acréscimos de produtividade decorrentes da inovação tecnológica foram acompanhados de incrementos proporcionais dos salários, da procura e do produto, compatíveis com níveis relativamente baixos de desemprego.

No entanto, algures em finais da década de 1970, o crescimento dos salários deixou de acompanhar o crescimento da produtividade, os salários reais estagnaram e as taxas de desemprego, embora sujeitas a flutuações cíclicas, começaram a aumentar em tendência. As desigualdades de riqueza e rendimento acentuaram-se. Este cenário, que não sendo de ‘pauperização absoluta da classe operária’, se aproxima bastante da ‘pauperização relativa’, remete-nos para Marx e *O Capital*.

Os 150 anos que medeiam entre os nossos dias e a publicação de *O Capital*, não obstante os episódios de desemprego massivo e a tendência mais recente para o agravamento das desigualdades e o aumento do desemprego, dificilmente podem ser descritos no seu conjunto como de aumento contínuo do exército industrial de reserva e pauperização da classe operária. Marx falhou na sua previsão?

Na realidade, as leis formuladas por Marx servem mal o objetivo da previsão. Nos termos de Marx,

essas leis, incluindo a “lei geral e absoluta da acumulação capitalista”, estavam sempre sujeitas a modificações decorrentes de muitas circunstâncias. É portanto plausível que ao longo do século

... É portanto plausível que ao longo do século XX se tenham precisamente verificado circunstâncias que contrariaram uma tendência de facto inerente ao capitalismo. Que circunstâncias seriam essas?

... um conjunto de dispositivos institucionais como a legislação do trabalho, os sindicatos e a contratação coletiva, cuja origem radica em desenvolvimentos situados numa esfera política que não obedece estritamente a determinantes de natureza económica.

Keynes... não errou nas previsões de crescimento, mas falhou rotundamente na redução do tempo de trabalho:...

XX se tenham precisamente verificado circunstâncias que contrariaram uma tendência de facto inerente ao capitalismo. Que circunstâncias seriam essas? O que tornou possível que nos 30 anos que se segui-

ram à Segunda Guerra Mundial o crescimento da produtividade fosse acompanhado de crescimento dos salários e da procura? Não foram certamente os mecanismos de um mercado de trabalho ‘flexível’. Foram antes, um conjunto de dispositivos institucionais como a legislação do trabalho, os sindicatos e a contratação coletiva, cuja origem radica em desenvolvimentos situados numa esfera política que não obedece estritamente a determinantes de natureza económica. O que explica o desalinhamento dos salários e da produtividade a partir de finais da década de 1970? Entre outras causas, o enfraquecimento desses mesmos dispositivos institucionais em nome da flexibilidade, determinado igualmente por dinâmicas políticas.

Próximos do cumprimento do centenário do artigo de Keynes, e portanto da consumação do seu horizonte de previsão, constatamos que Keynes se enganou. Qual foi o erro de Keynes? Segundo Robert (e Edward) Skidelsky²⁴ – um

²⁴ Skidelsky, Robert e Skidelsky, Edward (2013), *How Much is Enough? – Money and the Good Life*, Londres: Penguin Books

dos maiores conhecedores da obra de Keynes – o autor não errou nas previsões de crescimento, mas falhou rotundamente na redução do tempo de trabalho: o tempo de trabalho diminuiu efetivamente em média nos países capitalistas desenvolvidos, mas, se as atuais tendências se prolongarem no futuro próximo, em 2030 trabalharemos em média 35 horas e não 15 como Keynes previa.

Para os Skidelsky, a explicação para o erro de previsão de Keynes situa-se na interseção de três tipos de explicação: o prazer do trabalho e o medo da inatividade, a necessidade e a insaciabilidade. Segundo eles, “o erro de Keynes foi acreditar que o amor do ganho libertado pelo capitalismo podia ser saciado com a abundância, deixando as pessoas livres para gozarem os frutos de uma vida civilizada... [ele] não compreendeu que o capitalismo desencadearia uma nova dinâmica de criação de desejos...”²⁵

Em suma

Não sabemos se estamos ou não perante uma vaga tecnológica comparável em consequências às experimentadas no passado. “Os *robots* podem estar por todo lado”, como noticia a comunicação social, “mas tardam a aparecer nas estatísticas”²⁶. Na rea-

... três tipos de explicação: o prazer do trabalho e o medo da inatividade, a necessidade e a insaciabilidade.

Não sabemos se estamos ou não perante uma vaga tecnológica comparável em consequências às experimentadas no passado. “Os robots podem estar por todo lado”, como noticia a comunicação social, “mas tardam a aparecer nas estatísticas”.

... a ‘compensação’ da destruição de emprego pela mecanização depende de instituições capazes de alinhar o crescimento da produtividade do trabalho e dos salários e não dos mecanismos de mercados desimpedidos.

lidade, nas estatísticas da economia tecnologicamente mais avançada no mundo – a norte-americana – o que se pode ler entre 1995 e 2014 é uma redução das taxas de crescimento da produtividade. No entanto, o espaço público encontra-se saturado de anúncios da chegada de batalhões de *robots* inteligentes dispostos a produzir muito por pouco dinheiro e a empurrar os humanos para as fileiras das reservas do exército industrial.

Na expectativa de contribuir para a melhoria de qualidade do debate acerca das consequências no emprego e no trabalho das novas tecnologias, evocamos controvérsias passadas. Desse exercício decorre, em primeiro lugar, como facto pouco mais do que curioso, que as narrativas sobre o fim do trabalho que predominam no espaço mediático a serem tributárias de alguma herança teórica, são-no muito mais de Marx do que dos economistas apologistas incondicionais do progresso tecnológico que habitualmente inspiram a maioria dos comentários económicos nesse mesmo espaço mediático.

Decorre, em segundo lugar, que a ‘compensação’ da destruição de emprego pela mecanização depende de instituições capazes de alinhar o crescimento da produtividade do trabalho e dos salários e não dos mecanismos de mercados desimpedidos.

²⁵ *Ibid.*, p. 41-42.

²⁶ Carvalho da Silva; Manuel, Hespanha, Pedro; Teles, Nuno e Caldas, José Castro (2017), “Introdução” in Carvalho da Silva; Manuel, Hespanha, Pedro e Caldas, José Cas-

tro (Coords.) (2017), *Trabalho e Políticas de Emprego – um Retrocesso Evitável*, Lisboa: Actual, pp. 16-33

Decorre, em terceiro lugar, que a tecnologia em si mesma não é determinante de nenhuma senda de sentido único, dependendo os seus impactos do contexto institucional em que ocorre a inovação.

A confirmar-se, no futuro, uma aceleração da substituição de trabalho vivo (de seres humanos) por trabalho morto (equipamento) nos processos produtivos, três cenários se perfilam. No primeiro, dependente do crescimento, os ganhos de produtividade são absorvidos proporcionalmente pelos salários e transformados em procura de mais (e eventualmente outros) bens e serviços. No segundo, independente do crescimento, o direito ao trabalho é assegurado por uma repartição equi-

... a tecnologia em si mesma não é determinante de nenhuma senda de sentido único, dependendo os seus impactos do contexto institucional em que ocorre a inovação.

E a evolução do contexto institucional depende de escolhas políticas.

tativa do trabalho social. No terceiro, o trabalho e o emprego são transformados em privilégio e aqueles a quem o direito ao trabalho for negado são sustentados por subsídios financiados por impostos incidentes no rendimento dos que trabalham e nos lucros dos donos de *robots*.

A tecnologia, como sabemos, transporta consigo riscos que deveriam ser mais apertadamente escrutinados do que são. Mas os *robots*, mais ou menos inteligentes, em si mesmos, são inimputáveis pelas consequências que podem ter no emprego. Essas consequências, dependem do contexto institucional em que a inovação ocorre. E a evolução do contexto institucional depende de escolhas políticas.

Trabalho agrícola: percursos e modelos

FERNANDO OLIVEIRA BAPTISTA* E JOAQUIM CABRAL ROLO**

* Instituto Superior de Agronomia (ISA) / Universidade de Lisboa

** Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), I.P.

1. A primeira metade do século XX foi um tempo em que o cultivo da terra avançou por charnecas e encostas. De 1906 a 1940, o número de cabeças de gado de trabalho aumentou de trezentos e vinte mil, o que corresponde a mais de novecentos mil hectares de terra trabalhada, por ano. Ainda pelo final dos anos de 1960, pese a quebra de cerca de 40% desde o meio do século nas unidades de tração do gado de trabalho, a relevância das explorações agrícolas com trator era inferior a 2%. E, no total das unidades de tração mobilizadas pelas explorações agrícolas, as de origem mecânica rondavam os 40%; era ainda o tempo do prevalecimento da tração animal no coadjuvar do trabalho braçal¹. A par daquele acréscimo, a população ativa que se declarava agrícola retornava ao nível de 1890, depois de uma quebra até à década de 1920. Onde não entrava a junta de bois, havia sempre braços para o cultivo.

A primeira metade do século XX foi um tempo em que... recuaram os incultos e cresceu o produto agrícola, numa tendência em que pesaram, além da tração animal e, sobretudo, do número de ativos, as tecnologias que iam tomando o lugar dos instrumentos e práticas tradicionais, nomeadamente novas máquinas ainda não motorizadas.

Foram anos em que recuaram os incultos e cresceu o produto agrícola, numa tendência em que pesaram, além da tração animal e, sobretudo, do número de ativos, as tecnologias que iam tomando o lugar dos instrumentos e práticas tradicionais, nomeadamente novas máquinas ainda não motorizadas.

Em 1950, a população ativa em Portugal era de 3,2 milhões de pessoas, das quais quase metade na agricultura, onde se repartia por patrões (10%), assalariados (60%) e trabalhadores familiares (30%). Destes últimos, muitos integravam os ranchos migratórios que, todos os anos, saíam das aldeias da pequena agricultura para as ceifas, mondas, vindimas e apanha da azeitona no Alentejo e Ribatejo,

mas também no Douro e noutras regiões. Numa estimativa de 1956, estas migrações abrangiam, anualmente, entre setenta a cem mil pessoas que, nestas deslocações, se sujeitavam a muito penosas condições de vida e de trabalho [Caixa 1]. Eram movimentos populacionais que decorriam da pobreza das aldeias e das elevadas necessidades de mão-de-obra, concentradas em curtos períodos, nalgu-

¹ A informação de base a que se apela no texto tem origem, no fundamental, no INE (*Censos e Recenseamentos/Inquéritos às explorações agrícolas* – do de 1952/54 ao de IEA2013) e em estudos/trabalhos de investigação que contaram com o envolvimento dos autores.

Caixa 1. Ranchos migratórios – Arroz – Vale do Sado

“(...) a maior parte dos componentes dos ranchos permanece nas regiões orizícolas desde Março a Junho, sendo sobretudo os meses de Maio e Junho os que requerem mais mão-de-obra, por ser o período da plantação e das mondas.

Portanto, é durante cerca de meio ano, e por vezes mais, que esta gente vive deploravelmente alojada, com frequência na maior promiscuidade de sexos e idades, e inteiramente à mercê das picadas dos mosquitos transmissores do sezonismo.

Quando há barracões ou quaisquer casebres, e este é o caso mais favorável, é neles que dorme em comum o pessoal, quase sempre numa cubagem insuficiente para o número de pessoas.

A maior parte das vezes, porém, nem isto existe, e então o que se pode ver são simples abrigos construídos com troncos, colmo, sacos, fardos de palha cobertos com zinco, etc., absolutamente inadmissíveis, sobretudo se nos lembrarmos de que se trata de uma cultura que tem sido até hoje das mais remuneradoras, principalmente na região do Sado.”

Mário Botelho de Macedo, *O problema do alojamento dos ranchos migratórios nas zonas sazonáticas*, Ministério da Economia – Direção Geral dos Serviços Agrícolas, 1940, pp. 19-20.

mas das operações culturais das principais culturas. Nas terras da agricultura familiar, onde estes picos também ocorriam, embora em muito menor escala, eram resolvidos com a entreaajuda de vizinhos e familiares.

Trabalho manual, tração animal, ranchos migratórios, entreaajuda, aldeias onde muita gente, sem outra alternativa, se disputava o cultivo da parcela mais pequena e marginal – este, foi um mundo

que se esboroou, e teve de se refazer, na sequência do grande êxodo agrícola e rural dos anos sessenta (entre 1960 e 1974 a população ativa agrícola teve uma diminuição de 43% – saíram da agricultura cerca de 540 mil unidades de trabalho, UTA). Alguns indicadores sobre a amplitude dos seus efeitos: de 1962 a 1972, em índice (1962=100), os salários subiram para 290, e o aluguer de tração animal para 207; paralelamente, o custo da motomecanização (trator) aumentou apenas 34% e a tendência no gasóleo, adubos, fitofármacos, herbicidas e sementes selecionadas foi também muito inferior à dos salários e da tração animal. A transformação e modernização tecnológica tornaram-se, assim, inevitáveis e repercutiram-se, nomeadamente, na

dinâmica das estruturas agrárias e nas características do trabalho agrícola. É neste último que se centra o presente texto.

Trabalho manual, tração animal, ranchos migratórios, entreaajuda, aldeias onde muita gente, sem outra alternativa, se disputava o cultivo da parcela mais pequena e marginal – este, foi um mundo que se esboroou, e teve de se refazer, na sequência do grande êxodo agrícola e rural dos anos sessenta...

Foi, de qualquer modo, um processo longo e marcado pelas condições sociais e económicas que foram envolvendo a agricultura. Acentuou-se a relação com o mercado e a monetarização da economia agrícola. Estas dimensões vieram ainda a acentuar-se com a

adesão (1986) de Portugal à União Europeia e, em especial, na sequência da reforma da Política Agrícola Comum, de 1992. Pelo meio da década atual, estima-se que o valor económico da produção agrícola comercializada – no universo das explorações agrícolas – ronde os 95%; o que, a título indicativo, compara com cerca de 60% e 75% em 1980 e 1990, respetivamente.

Foi grande o impacto sobre a especialização e tecnologia das explorações agrícolas, e levou, ainda, a uma recomposição da relevância dos sistemas de produção, com o progressivo esmorecer dos cereais de sequeiro, em particular do trigo – tradicional beneficiário do protecionismo agrícola –

e com o destaque ganho pela horticultura e pela arboricultura (fruteiras, olival e vinha). Com a prevalência destas produções, cumpria-se, afinal, a

vocação do território tal como tinha sido defendida, e logo abandonada, pela Agronomia portuguesa, há mais de um século [Caixa 2].

Caixa 2. Sertório do Monte Pereira¹

- «No final do século XIX e primeiros anos do seguinte, a Agronomia teve, em Portugal, um período em que o reconhecimento e a avaliação do meio se intensificaram com base nos conhecimentos científicos da época. Um dos grandes objectivos destes trabalhos era inferir ou, como Ferreira Lapa preferia, *deduzir* as implicações dos factores do meio na agricultura.

A conclusão foi, com relativa unanimidade, que num contexto de “franco e livre comércio”, a vantagem do país se concentrava, sobretudo, nas lenhosas, arbóreas e arbustivas, e nas hortícolas. Sertório do Monte Pereira, um dos mais destacados agrónomos da época, declarava mesmo, em 1900, que “...Portugal poderia abandonar, ou pelo menos restringir consideravelmente a cultura cerealífera, para alargar a exploração de plantas lenhosas, ...”. Face, no entanto, à política proteccionista para o trigo, que se consolidou desde os últimos anos do século XIX, o mesmo Sertório do Monte Pereira, que interveio activamente na institucionalização desta política, justificava em 1908: “... os interesses superiores da alimentação pública, do trabalho nacional e de valorização do solo impõem a continuação e mesmo o desenvolvimento das culturas cerealíferas...”.

Maria Carlos Radich, “Meio físico e agricultura – uma questão oitocentista”, *Ler História*, nº 50, 2006, pp. 109-130.

- Intensificação tecnológica, especialização e recomposição dos sistemas produtivos:
 - i. Estima-se que em 1960 a relação do valor dos consumos intermédios (CI) com o valor da produção agrícola se situava em pouco mais de 10%, rácio que em 1970 se elevava acima de 20%. Depois dos anos de 1980, foi o trajecto que se mostra adiante: 40% na média de 1980-85.
 - ii. Pelo fim da década de 1980, a importância do valor económico agrícola gerado em “explorações especializadas”² rondava os 40%, ou seja, ainda era o tempo do domínio da policultura/explorações “diversificadas”; proporção de explorações especializadas que pelo meio da década 2000 se erguia a próximo de 60%.
 - iii. Nos dias de hoje, o peso relativo das empresas de produtos hortícolas, flores e de culturas permanentes significam 40% do volume global de negócios das empresas do ramo “Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados”, com exclusão do segmento dos granívoros; em 2009, a sua quota-parte era de 34%³. Por seu turno, a vista da composição da valia de bens agrícolas revela bem o ascendente dos cultivos arbóreos e arbustivos e hortícolas: o seu peso, que nos anos 1980-85 se contava em 33%, eleva-se a próximo de 45% na média do decénio 2006-16. Em contraponto, os cereais, que em 1950 se guindavam à primeira posição no contributo para a valia económica da produção agrícola (uma quota acima de 20%), ficam-se na média da década 2006-16, pelos 5%. Acresce que, no panorama global da extensão territorial das principais culturas agrícolas, enquanto a cerealicultura declina de ordem de grandeza semelhante àqueles cultivos (um pouco mais de 30%), em 1980-85, para o patamar de 20%, em 2006-16, a ocupação pela horticultura e arboricultura ascende a perto de 50%; anote-se que, neste contexto, a dimensão relativa do trigo não chega a 5%, quando em 1980-85 superava os 10% – uma cifra de 316 000 ha, bem longe dos 813 mil ha atingidos na média quinquenal 1955-59.

¹ Sertório do Monte Pereira (1858-1915) foi um dos mais destacados agrónomos portugueses. Professor, desde 1897, do Instituto de Agronomia e Veterinária – de que o Instituto Superior de Agronomia é herdeiro – desempenhou também funções institucionais de grande relevância: dirigente da Associação Central de Agricultura e, sobretudo, desde 1898, presidente do Conselho Administrativo do Mercado Central de Produtos Agrícolas, organismo fundamental na gestão da política do trigo. Mais tarde, na República, viria a ser nomeado presidente da Junta do Crédito Agrícola. Da sua notável bibliografia, merece referência a análise da agricultura portuguesa (“A produção agrícola”, em *Notas sobre Portugal*, 1908, pp. 103-135).

² Segundo a convenção estatística, são “especializadas” as explorações em que 2/3 ou mais do Valor da Produção Padrão Total resulta exclusivamente de uma atividade.

³ INE, *Sistema de contas integradas das empresas*

2. Foram décadas, desde os anos sessenta do século passado, em que a população agrícola continuou a sair, e a querer sair, dos campos: saíram mais de 1 milhão e 600 000 pessoas ligadas a explorações agrícolas pela residência e/ou pelo trabalho entre 1960 e 1991; de 42% dos residentes em Portugal, o seu significado minguava para 12% em 1991 – representa agora 7%. A população ativa agrícola portuguesa era, em 2011, de 120 mil pessoas, ou seja, equivalente a 8% da que se recenseara em 1950. A sua composição é agora a seguinte: patrões, 18%; assalariados, 53%; trabalhadores familiares, 29% e outras situações, 1%.

Convém acrescentar que o trabalho efetivo na agricultura supera o realizado pelos ativos agrícolas. Havia, e há, muitas outras pessoas – residentes no país, ou não – que também se empenham na atividade agrícola. Contabilizando este trabalho e somando-lhe o efetivamente despendido pelos ativos agrícolas, obtém-se um montante que corresponde ao trabalho na agricultura – medido em Unidades de Trabalho Ano (UTA). Mas, com a expressão em UTA, o trabalho agrícola também diminuiu fortemente: teve uma quebra de cerca de 85% de 1950 até 2016. Note-se ainda que uma estimativa (muito débil, dado que pressupõe que todos os ativos trabalham a tempo inteiro – o que não se verifica) indica que, atualmente, o peso dos não recenseados no setor é superior a dois terços do trabalho na agricultura (uma relação UTA/

... desde os anos sessenta do século passado... a população agrícola continuou a sair, e a querer sair, dos campos: saíram mais de 1 milhão e 600 000 pessoas ligadas a explorações agrícolas pela residência e/ou pelo trabalho entre 1960 e 1991; de 42% dos residentes em Portugal, o seu significado minguava para 12% em 1991 – representa agora 7%.

de 85% no trabalho familiar e de perto de 35% no assalariamento.

Uma terceira vertente, com consequências no trabalho agrícola e na vida rural, resulta de, em muitas famílias agrícolas, as suas economias terem passado a depender, na sua maior parte, de rendimentos não agrícolas, seja de pensões e reformas ou de salários da indústria e serviços.

... em muitas famílias agrícolas, as suas economias passaram a depender, na sua maior parte, de rendimentos não agrícolas, seja de pensões e reformas ou de salários da indústria e serviços.

O trabalho regular, com horários rigorosos e, com frequência, distante da habitação, alterou rotinas, obrigou a ajustar os tempos dedicados ao trabalho na terra e a adaptar os sistemas de produção.

população ativa agrícola de 2,7). Em meados do século passado era de apenas 20%. É o forte prevalecimento na agricultura do regime de trabalho a tempo parcial, face ao trabalho a tempo completo: nos nossos dias, acima de 80%, que compara com cerca de 10% no todo da economia, mas com proporções em redor

O trabalho da família fora da exploração era uma atividade frequente e tradicional, que levava muitos elementos dos agregados domésticos a assalariarem-se para aumentarem os

magros proventos que arrancavam das suas parcelas ou das que traziam de renda e parceria. Faziam-no, sobretudo, nas unidades agrícolas de maior dimensão. Na primeira metade da década de cinquenta, era esta a situação em metade das explorações. Com o êxodo dos anos sessenta, este emprego desceu e, em 1968, verificava-se apenas em cerca de três décimos das unidades. Depois desta última data, voltaria a aumentar, em termos relativos, mas num contexto diferente. O destino dos assalariados já não era as grandes unidades agrícolas, mas a indús-

tria e os serviços. Em 1995, já só 12% se dedicavam a tarefas agrícolas.

O trabalho regular, com horários rigorosos e, com frequência, distante da habitação, alterou rotinas, obrigou a ajustar os tempos dedicados ao trabalho na terra e a adaptar os sistemas de produção.

A par do tempo parcial, consolidou-se também nas aldeias, desde 1969, a realidade das famílias cuja principais fontes de rendimento são as pensões e as reformas. Estas prestações alteraram o lugar dos idosos na vida das famílias: na velhice já não lhes é imprescindível procurar refúgio na casa de um filho ou filha. Passaram a poder sobreviver nas suas casas e terras, mas adequando a produção às capacidades que a idade lhes permite.

As famílias agrícolas cuja maior parte do rendimento é exterior à agricultura tornaram-se, assim, na segunda metade do século passado, uma realidade diferenciada a considerar na análise do trabalho. Atualmente, correspondem a 82% do número de explorações; acresce que 47% mobilizam menos de uma UTA, ou seja, são unidades a tempo parcial, e perto de 50%, adentro das que usufruem da maior parte dos réditos do agregado familiar de fora da exploração, têm nas pensões e reformas a fonte prevalecente de rendimento. As características estruturais das explorações (trabalho familiar ou assalariado; dimensão) e os três aspectos antes referidos – efeitos do mercado; saída continuada de população agrícola; um amplo setor de famílias cujo rendimento é, na sua maior parte, exterior à agricultura – firmaram um (novo) enquadramento dos modelos de trabalho agrícola, cujos contornos

atuais são indissociáveis das seguintes dimensões: rutura família/exploração, nas unidades familiares; difusão das tecnologias químico-mecânicas; externalização/terciarização; intensificação do recurso a trabalho eventual, associado ao fortalecimento do setor hortofrutícola.

A par do tempo parcial, consolidou-se também nas aldeias, desde 1969, a realidade das famílias cuja principais fontes de rendimento são as pensões e as reformas.

3. Nas famílias agrícolas, estas décadas marcaram grandes ruturas. Com o êxodo, os filhos passaram a ter alternativas, para além

da continuidade no trabalho da terra, nos lugares e montes onde tinham nascido. Os pais deixaram, assim, de ser o exemplo do que os filhos podiam ser, e os próprios pais passaram a reconhecer que permanecer nas aldeias não era a melhor opção. Esta mudança repercutiu-se, de imediato, na vida das famílias. Os que ficavam não tinham a sucção assegurada, deixavam de sentir a velhice acautelada e confrontavam-se com menos braços para o cultivo da terra. As pensões e reformas, já antes referidas, amorteceram o medo do envelhecimento, mas para a menor disponibilidade de trabalho foi

necessário enveredar pelas novas tecnologias.

Os saberes tradicionais aprendidos e transmitidos no seio das famílias tiveram, assim, que dar lugar aos saberes técnicos que permitem manusear motores e estimar adubações. Foi uma alteração decisiva, na relação com o trabalho, cuja aprendizagem teve de se fazer com técnicos ou com vizinhos e familiares, já mais ilustrados.

Os saberes tradicionais aprendidos e transmitidos no seio das famílias tiveram, assim, que dar lugar aos saberes técnicos que permitem manusear motores e estimar adubações. Foi uma alteração decisiva,

na relação com o trabalho, cuja aprendizagem teve de se fazer com técnicos ou com vizinhos e familiares, já mais ilustrados. Foram anos em que as políticas de formação profissional tiveram um lugar central na modernização da agricultura familiar.

A crescente escassez de braços e a motomecanização favoreceram a tendência para a individualização do trabalho nas unidades familiares, ou seja,

a produção passou, com frequência, a depender sobretudo da atividade de apenas um elemento. Os outros membros da família encaram a exploração como um património ou veem nela a possibilidade de a utilizarem para lazer, férias ou residência.

Esta situação tem vindo, nalguns casos, a proporcionar um novo percurso às unidades familiares. Com a possibilidade crescente de recorrer a serviços exteriores para os trabalhos agrícolas, a execução destes pela família, ou por um dos seus elementos, deixa de ser marcante e a *exploração familiar* pode converter-se na *exploração da família*, aberta às diferentes solicitações dos seus vários membros. É uma adaptação certamente ainda de pouco vulto, que não se descortina na informação estatística, mas que configura uma nova relação com o património e o trabalho agrícola.

O que os dados estatísticos mostram é que, hoje, 72% das explorações recorre a mão-de-obra não familiar (em 1980, a proporção era de 43%) e, no seu âmbito, cerca de 90% apela a trabalhadores eventuais (60% por via da contratação de serviços a terceiros). E revelam também que o contributo das mulheres, que em 1980 se situava em pouco mais de 50% na medida do trabalho na agricultura do Continente, se fixa, na atualidade, abaixo do limiar de 45%; mingua também a sua prestação no segmento do trabalho assalariado (39% no fim dos anos de 1970, 31-33% no período subsequente até aos dias de hoje), persistindo, contudo, em redor dos 50% nos assalariados temporários. Expressiva foi a mudança na assunção das mulheres tituladas como *produtores*: no início da década de 1990, a sua quota fixava-se em 15%; em 2013, o nível supera os 30%. Note-se, ainda, no respeitante ao trabalho da população agrícola familiar, que, se no final dos anos de 1980, a participação do cônjuge e de outros membros da família se abeirava dos 55%, a partir de 2000 passou a ser o *produtor* a ter o desempe-

nho fundamental do trabalho na exploração agrícola. Por sua vez, ao nível do tempo de trabalho na exploração – sob o pano de fundo, já referido, do regime a tempo parcial na agricultura – a mutação relevante ocorre com os outros membros da família: em 1990, a relação UTA/indivíduo cifrava-se em 0,35, em 2005, 0,25 e em 2013, a proporção de unidades de trabalho por cada pessoa do grupo “outros membros da família” situava-se abaixo de 0,2.

4. Desde os anos sessenta, generalizou-se e, progressivamente, intensificou-se o recurso à motomecanização e à energia elétrica, aos químicos agrícolas (adubos, fitofármacos, produtos para a sanidade animal, herbicidas), aos concentrados para a ali-

mentação animal e a espécies melhoradas, vegetais e animais. Destaque-se que, por 1980, se contavam, nas explorações agrícolas do Continente, 62 300 tratores (estavam em 7% das explorações), em 1995, aquela contagem subia

para 120 000 (em 30% das explorações) e, em 2013, para cerca de 136 000 (em 57% do universo de unidades agrícolas). Todavia, naquela primeira data já 53% das explorações utilizavam o trator que não lhes pertencia e dez anos depois tal quota ascendia a mais de 65%; em tempo seguinte, a fração aluguer de trator declina (40% em 2013): foi a mudança de sistemas produtivos, o incremento da motorização própria e da autonomização, e respetivo registo formal, das empresas prestadoras de serviços (os “serviços agrícolas”²). O conjunto destas transformações tecnológicas foi comum aos países mais desenvolvidos, ainda que com ritmos e cronologias nem sempre coincidentes.

Os sistemas de produção incorporaram estas tecnologias e os resultados foram notórios. Aumentou

... a possibilidade crescente de recorrer a serviços exteriores para os trabalhos agrícolas... É uma adaptação certamente ainda de pouco vulto, que não se descortina na informação estatística, mas que configura uma nova relação com o património e o trabalho agrícola.

² Na designação das Contas Económicas da Agricultura, CEA (INE).

a produção, que, entretanto, a partir dos anos de 1980, se vai manter sensivelmente estabilizada, num quadro de abaixamento dos preços dos principais géneros alimentares e de contínua diminuição da mão-de-obra. Por exemplo, na cultura do arroz, em Portugal, logo na primeira metade dos anos setenta, houve casos em que a utilização da monda química e da motomecanização na plantação e na ceifa, substituindo a tração animal e o trabalho manual na monda e na ceifa, diminuiu a mão-de-obra (horas/hectare/ano) de 2 780 para 146. Esta mudança permitiu a dispensa dos ranchos migratórios.

Alterou-se também o próprio trabalho agrícola. Em muitas operações ficou menos penoso – no esforço *insano* da ceifa, na *violência desmedida* da cava da vinha, na *rotina violenta* da rega com a picota ou cegonha,... – e cessaram sociabilidades e rituais associados ao trabalho manual e às tecnologias tradicionais (os cantos na ceifa, as descamisadas do milho, a pisa das uvas,...). A mudança repercutiu-se também na organização do trabalho. Num estudo sobre a cultura da vinha, em Portugal, evidenciam-se os efeitos da motomecanização na divisão do trabalho, nas competências, nos agentes de subcontratação e na feminização e desvalorização do trabalho manual. Ou seja, a transformação tecnológica não foi uma mera substituição, mas contribuiu decisivamente para as características da *ordem rural e agrícola*, desencadeada pelo êxodo populacional.

Desde os anos oitenta, a intensificação tecnológica da agricultura acentuou-se fortemente, como evidenciam os indicadores seguintes³:

³ Com base em INE, *Contas Económicas da Agricultura*. Os valores dos agregados económicos são a preços constantes de 2011 e a produção está valorada a preços base.

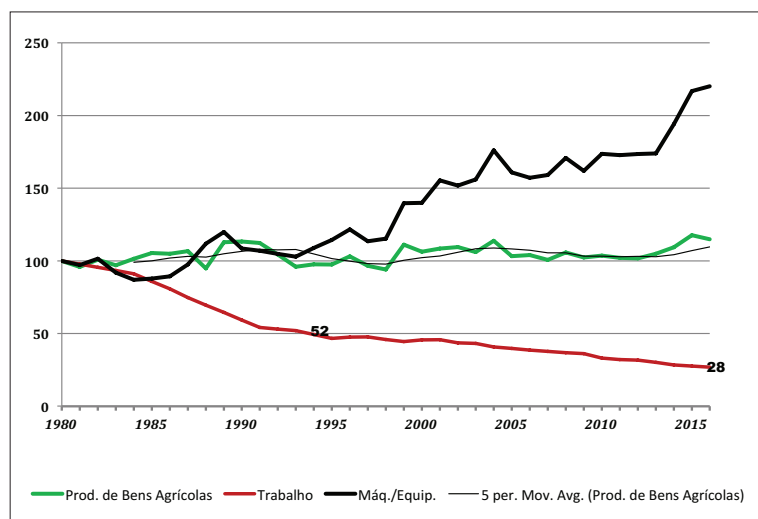
A mudança repercutiu-se também na organização do trabalho. ... Evidenciam-se os efeitos da motomecanização na divisão do trabalho, nas competências, nos agentes de subcontratação e na feminização e desvalorização do trabalho manual. Ou seja, a transformação tecnológica não foi uma mera substituição, mas contribuiu decisivamente para as características da ordem rural e agrícola, desencadeada pelo êxodo populacional.

- Por cada unidade produzida de bens agrícolas, o gasto envolvido (o total dos Consumos Intermediários, CI) vai subir de cerca de 0,4 unidades (€), na média dos anos 1980-85, para 0,65 em 2006-16.
- Tal ascendente acompanha o declínio contínuo, e assinalável, da mão-de-obra convocada (em UTA): face a 1980-85, – 36% nos anos 1986-95, –53% em 1996-2005, –65% em 2006-16; decréscimo mais acentuado no trabalho familiar (quase menos 70% das 711 mil UTA contadas em 1980-85) do que nos assalariados (–56% em 2006-16 em relação às 165 mil UTA avaliadas para a segunda metade da década de 1980)⁴.
- Assim, comparativamente à situação em 1980-85, o volume de CI por cada unidade de trabalho, multiplica-se por cerca de 2 nos anos de 1986-95, por perto de 4 em 1996-05 e por quase 6 vezes na média dos anos 2006-16.
- Percurso que segue de par com o crescendo do montante de Formação Bruta de Capital Fixo⁵

⁴ Assinala-se, a propósito do ascendente de relevo do trabalho assalariado, a individualidade da agricultura no seio dos demais ramos de atividade da economia nacional: o menor peso do assalariamento (avaliado pela relação entre os valores das *remunerações* e da produção), embora em aumento, e, em contraponto, a maior expressão, ainda que em diminuição, do agregado *rendimento misto* (ou Excedente Bruto de Exploração, EBE, *é a forma de remuneração do trabalho dos proprietários ou membros da família de unidades não constituídas em sociedade do setor das famílias ... , característica da actividade agrícola*) face ao valor da produção – é a relevância das agriculturas familiares (cf. INE, 2017, *Sistema Integrado de Matrizes Simétricas Input-Output 2013* e Id. 1999, in https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais).

⁵ FBCF: produtos agrícolas – plantações e animais – e produtos não agrícolas – máquinas e outros materiais, edifícios e outros

Figura 1. Produção de bens agrícolas, trabalho e motorização: anos 1980-2016



Nota: Valores de base: dos agregados económicos (produção e FBCF) a preços constantes de 2011; trabalho em unidades de trabalho ano (UTA); máquinas e equipamentos (Máq./Equip.) – indicador correspondente à soma dos valores de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em máquinas e equipamentos e de Consumos Intermedios de Energia e Lubrificantes e de Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas

Fonte: INE, CEA

(FBCF) disponibilizado por unidade de trabalho: o valor da FBCF em produtos não agrícolas por UTA é em 2006-16 cerca de 9 vezes o cômputo de 1980-85 e o segmento de máquinas e materiais passa de 3 vezes o patamar dos anos 1980, na primeira década pós adesão à UE, para 7 em 1996-2005 e acima de 16 vezes na média de 2006-16.

5. Aquelas ordens de grandeza na evolução do rácio FBCF em máquinas e materiais/UTA são similares às que respeitam à componente dos CI *serviços* – a componente estrutural marcante da dimensão acima explicitada: a externalização/terciarização da agricultura. Foi notável o seu crescimento: hoje, a relação do valor implicado em *serviços* por cada unidade de trabalho é 17,5 vezes superior ao registo de 1980-85.

Estão envolvidos naquela componente dos consumos intermédios atinentes à produção, as despesas com veterinários, com a manutenção e reparação de material, ferramentas, edifícios e outras obras agrícolas, com os “serviços agrícolas”⁶, com uma

parte dos gastos com intermediação monetária⁷ e, ainda, uma panóplia de outros consumos – onde é saliente a vertente terciarização da agricultura – congregada nas *Contas* da agricultura sob o apelativo de “outros bens e serviços”⁸. De reter, neste contexto, a articulação da economia da agricultura nas *Contas Nacionais*⁹. É a vista dos fluxos de bens e serviços carregados de outros ramos da economia para a agricultura que se resume: para além dos advenientes das indústrias que integram o designado complexo agroflorestal – onde, no caso, a expressão é das indústrias alimentares por via das aquisições de “alimentos para animais” –, destacam-se os abrangidos em “outros

bens e serviços” a que acima se aludiu. Assim, de forma simplificada, há bens incorporados dos “produtos químicos e fibras sintéticas” (para além de adubos e de pesticidas e de outros produtos agroquímicos, as matérias plásticas e as embalagens de plástico), de “têxteis” (cordas, cabos, cordéis ...), de “outros produtos minerais não metálicos” (emba-

unidades produtoras – o caso do aluguer de máquinas e aparelhos com o respectivo pessoal. Em relação aos “serviços agrícolas” e a “outros bens e serviços”, cf. Eurostat, *Manual de Contas Económicas da Agricultura e da Silvicultura* CEA/CES 97 (Rev. 1.1).

⁷ Os Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos, SIFIM.

⁸ Aqui, são os dispêndios com alugueres (por ex., máquinas e aparelhos sem o pessoal necessário ao seu uso), honorários de consultores, estudos de mercado e de publicidade, formação de pessoal, serviços de transporte, gastos bancários faturados, correios e telecomunicações, prémios brutos de seguros, quotas a associações profissionais e cooperativas, pagamentos às administrações públicas para obtenção de licenças/autorizações de exercício de atividades, pequenas ferramentas, roupa de trabalho, peças sobresselentes e material duradouro de baixo valor, embalagens/acondicionamento de produtos (ver INE, 2017).

⁹ Com base em INE, 2017.

⁶ Serviços agrícolas: no fundamental, os serviços prestados por *profissionais especializados, com as suas próprias*

gens de vidro), de “produtos metálicos” (bidões, tonéis, caixas e outras embalagens de ferro e aço); e há os serviços relativos às vendas, aos transportes e comunicações, à informação e comunicação, à consultoria e às atividades financeiras e jurídicas.

6. O fortalecimento e a expansão da hortofruticultura, nas últimas décadas, deram maior dimensão ao recurso a trabalho eventual, em especial nas operações em que se concentram grandes necessidades de mão-de-obra, em períodos limitados. Este é um

Nas unidades familiares, onde antes se mobilizava a entreaajuda, a nível local, beneficia-se agora, dada a grande melhoria nas condições de mobilidade, da vinda de familiares e amigos da cidade, durante um fim-de-semana ou umas curtas férias.

Nas explorações capitalistas, tem sobressaído o recurso à utilização de trabalho migrante, que atualmente não são ranchos migratórios que vêm do Centro Litoral ou das Beiras para a ceifa dos cereais, mas pessoas recrutadas noutros países (os trabalhadores imigrantes).

tema que, de algum modo, retoma o que se passou com os ranchos migratórios.

Nas unidades familiares, onde antes se mobilizava a entreaajuda, a nível local, beneficia-se agora, dada a grande melhoria nas condições de mobilidade, da vinda de familiares e amigos da cidade, durante um fim-de-semana ou umas curtas férias.

Nas explorações capitalistas, tem sobressaído o recurso à utilização de trabalho migrante, que atualmente não são ranchos migratórios que vêm

Caixa 3. Trabalho imigrante

- «Observando os tipos de exploração associados às sinalizações [de vítimas de tráfico de pessoas] em Portugal, continua a verificar-se clara representatividade de registos de (presumível) tráfico para fins de exploração laboral (152), sendo que das 108 vítimas confirmadas, 101 (93%) foram vítimas deste tipo de exploração sobretudo no setor agrícola (ex. apanha da azeitona, framboesa, mirtilos, amora, abóbora, melão, laranja, cereja, tomate, entre outras). ... Da observação da incidência territorial [distritos: Santarém, Beja, Bragança] e respetiva representação cartográfica estão ausentes 22 registos de vítimas confirmadas por tráfico para fins de exploração laboral na agricultura. O motivo decorre dos padrões de sazonalidade de determinadas produções agrícolas e respetivas regiões, resultando numa elevada mobilidade/rotatividade das vítimas, não só entre vários municípios num mesmo distrito mas igualmente entre vários distritos.» (MAI, *Relatório Anual de Segurança Interna*. Ano 2016, p. 49)
- «O Alentejo, e em especial o distrito de Beja, apresenta um especial risco de existência de tráfico de pessoas para exploração laboral. Cidadãos da Roménia, Bulgária, entre outros ..., e mais recentemente Nepal, Tailândia, Vietname ..., são trazidos para trabalhos temporários aqui, ou noutros pontos de Portugal – para a apanha da fruta, ou para outras campanhas como da azeitona, consoante a estação do ano Os trabalhadores podem circular por diferentes herdades numa mesma região ou deslocar-se entre regiões ...» (Ana Dias Cordeiro, 2015. “Tráfico de seres humanos”, in *Público* de 12 de março de 2015)
- «São dezenas – chegam à centena – de homens e mulheres imigrantes a dormir num barracão ... sem condições sanitárias. A denúncia é do presidente da Câmara da Vidigueira, A situação repete-se, ao ritmo das colheitas sazonais, à volta do Alqueva Para Carlos Graça, inspetor da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), não há dúvidas: estamos a falar de novos escravos. ... Carlos Graça, ... disse ao Público que o caso da Vidigueira “infelizmente não é único”. ... Reportando-se à realidade presente, ... diz que as empresas de contratação de mão-de-obra estrangeira, nas condições “degradantes” em que é feita, “é um fenómeno que está longe, mesmo muito longe de ser controlado”. ...» (Carlos Dias, 2017. “Falta de mão-de-obra no Alqueva alimenta novas formas de escravatura”, *Público* de 18 de janeiro de 2017)

do Centro Litoral ou das Beiras para a ceifa dos cereais, mas pessoas recrutadas noutros países (os trabalhadores imigrantes). Esta realidade tem hoje uma dimensão incontornável pois, apesar da sua grande invisibilidade social e estatística, não faltam notícias e evidências da sua relevância.

A motivação central para esta importação de trabalhadores são os diminutos salários que lhes pagam e a dependência, em que ficam, das entidades contratantes. A estes dois aspetos acresce ainda – como antes com os ranchos migratórios – as muito deficientes, e com frequência inaceitáveis, condições de vida e de trabalho a que estão sujeitos [Caixa 3].

7. Aqui chegados, para além da informação reunida no Anexo, ficam alguns destaques de uma observação, na atualidade, do trabalho nas grandes modalidades da agricultura do Continente português – agriculturas familiares e não familiares – e na hortofruticultura (ver Anexo).

- Desde logo o quadro geral: a) mais de 90% das unidades de trabalho concentram-se nas agriculturas familiares que, contudo, em média, empregam pouco mais de uma pessoa a tempo completo – o que compara com cerca de seis vezes mais na *grande* agricultura não familiar; b) o enorme fosso nos valores económicos gerados por unidade de trabalho entre agricultura familiar e não familiar: nesta, mais de 9 vezes os réditos, médios, por exemplo, da agricultura familiar em que prevalecem as pensões nas fontes de rendimentos exteriores à atividade da exploração.
- Naturalmente, o trabalho assalariado está sobretudo alocado às agriculturas não familiares (mais de 65%), fatia que tem um aumento expressivo no que respeita aos trabalhadores permanentes (acima de 80%); todavia, é relevante a partição

entre modalidades de agricultura no tocante aos assalariados eventuais: a parcela maioritária tem o seu desempenho nas agriculturas familiares.

- Ainda não são as orientações produtivas horto-arborícolas que dominam o trabalho agrícola (43% do total das unidades de trabalho). Entretanto, vislumbra-se diferenças no tipo de mão-de-obra mobilizada por estas orientações: a) de imediato, a proximidade de importância do trabalho familiar e assalariado na horticultura, o que não é o caso na arboricultura que, em linha com as demais orientações técnico-económicas (OTE), persiste na dependência expressiva de trabalho familiar (em redor de 80%); b) depois, a posição cimeira da horticultura no respeitante à afetação dos assalariados, sejam os permanentes, sejam os eventuais; c) em terceiro lugar, o contraste entre a especialização arboricultura e o conjunto de outras OTE: naquela, o ascendente do peso do trabalho temporário, neste, o dos assalariados permanentes.
- Maior impacto do trabalho temporário (contratado pelo produtor ou através do recurso a serviços por terceiros) na arboricultura do que nas unidades especializadas na horticultura, ou seja, nestas, o apelo aos trabalhadores permanentes é mais relevante.

... uma profunda transformação tecnológica aparece associada ao desenvolvimento da externalização/terciarização que tem contribuído para reconfigurar o quadro institucional do trabalho agrícola...

• Por fim, no reporte ao trabalho por contrato de serviços a terceiros, seguem-se, como destaques: a) por um lado, no total do trabalho temporário, a proximidade de peso relativo, nas agriculturas familiares e não familiares, quer na média global dos sistemas produtivos, quer na arboricultura, mas não na horticultura (maior relevância nas agriculturas familiares); b) por outro lado, a supremacia, no âmbito das unidades especializadas na horticultura, das agriculturas familiares face às não familiares no apelo ao trabalho não contratado diretamente pelo produ-

tor, o que contrasta com o relativo equilíbrio de proporções no conjunto dos sistemas produtivos.

8. O trabalho agrícola registou, no último século, grandes mudanças onde sobressaem a contínua retração dos que dele se ocupam e uma profunda transformação tecnológica. Esta aparece associada ao desenvolvimento da externalização/terciarização que tem contribuído para reconfigurar o quadro institucional do trabalho agrícola, multiplicando o número de intervenientes, e para possibilitar o emergir de novas possibilidades de organização dos sistemas de produção, na medida em que a gestão destes possa deixar de depender dos equipamentos e competências, de que dispõe *internamente* a exploração.

Acentuou-se, ainda, sobretudo desde meados do século XX, a distância entre o número dos que, de facto, trabalham na agricultura e os que, nos recenseamentos da população, se classificam como ativos agrícolas. Estes são, hoje, uma pequena parte comparada com o contributo dos que tendo como principal outra profissão/ocupação, também se dedicam à agricultura, e dos prestadores de serviços.

No caso do trabalho eventual, nas operações em que há uma grande necessidade de mão-de-obra num período reduzido, *tudo mudou mas tudo ficou na mesma*. Antes, eram os cereais e os ranchos de *ratinhos*; hoje, são as hortofrutícolas e o trabalho imigrante. Antes, eram as más condições de vida, de trabalho e de renumeração; hoje, tudo isto se mantém.

No caso do trabalho eventual, nas operações em que há uma grande necessidade de mão-de-obra num período reduzido, tudo mudou mas tudo ficou na mesma. Antes, eram os cereais e os ranchos de ratinhos; hoje, são as hortofrutícolas e o trabalho imigrante. Antes, eram as más condições de vida, de trabalho e de renumeração; hoje, tudo isto se mantém.

As alterações verificadas não apagaram, também, nos modelos de trabalho agrícola, a diferenciação entre as explorações familiares e as capitalistas. Esta diferenciação é marcada sobretudo pelas características distintas do trabalho familiar e do trabalho assalariado, este preponderante nas unidades empresariais. O primeiro, na sua gestão e renumeração, é o objetivo central das unidades familiares. O segundo, nas explorações capitalistas, é um custo, a reduzir o mais possível.

Referências bibliográficas

- Baptista, Fernando Oliveira (2010), *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Oeiras: Celta Editora
- Canadas, Maria João P. Rafael (1998), *Trabalho, Território e Tecnologia: transformação e situação actual na viticultura*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia [ISA]/UTL, dissertação apresentada no ISA para obtenção do grau de doutor em Engenharia Agrónomica. 414 p.
- Cordovil, Francisco c/ Rolo, Joaquim Cabral (2014), "Agricultura Familiar em Portugal. Esboço da sua importância e diversidade no limiar da década de 2010". *Em Rede, Revista da Rede Rural Nacional* n.º 5. DGADR / Rede Rural Nacional, pp. 13-21
- Radich, Maria Carlos e Baptista, Fernando Oliveira (2014), Tecnologia tradicional. Identificação e declínio, em "Caminhos e Diálogos da Antropologia Portuguesa. Homenagem a Benjamim Pereira", pp.23-43
- Rolo, Joaquim Cabral (1996), "Imagens de meio século da agricultura portuguesa" in AA.VV (J. Pais de Brito *et al.* coords.), *O voo do arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, pp. 77-157
- Rolo, Joaquim Cabral e Cordovil, Francisco, *Territórios, rural e agriculturas – Portugal nos anos 2000* (144 p. em PDF; no prelo)

Anexo

Quadro 1. Traços estruturais e importância de modalidades de agricultura

Continente: anos 2009-13			UTA/Expl. (n.º)	SAU/Expl. (ha)	SAU/UTA (ha)	VPP/UTA (€)	Expl.	UTA	SAU	VPP
Global			1,3	14,6	11,5	13 141,4	100	100	100	100
Agriculturas Familiares	Total		1,1	8,4	7,6	8 527,9	94,3	82,4	53,9	53,5
	> 50% Rend. EA		1,4	20,7	15,2	20 850,7	15,5	16,4	21,7	26,1
	Total		1,1	4,5	5,6	5 457,1	78,8	66,0	32,2	27,4
	> 50% Rend. Exter. EA	das quais > pensões	1,1	4,7	2,4	3 718,5	43,2	36,5	13,9	10,3
Agriculturas não familiares	Total ^(a)		3,9	118,0	30,2	34 724,8	5,7	17,6	46,1	46,5
	Empresários e sociedades	Total	3,9	111,9	28,4	35 767,3	5,3	16,6	40,9	45,2
		Grandes ^(b)	6,8	229,1	33,8	58 756,9	1,6	8,5	25,0	38,1

^(a) Para além dos produtores singulares empresários e com o estatuto de sociedade, engloba as outras formas jurídicas (Baldios, Estado e pessoas públicas – institutos públicos, empresas públicas ... –, Outras entidades – cooperativas, associações, fundações ...);

^(b) Grandes = explorações com mais de 100 mil € de VPP de titulares *empresários* e com a maior parte dos rendimentos dos agregados familiares com origem na exploração e as unidades com o registo de sociedade. Fonte: avaliação com base em INE (*Inquérito à estrutura das expl. agrícolas 2013 e Recenseamento Agrícola 2009* – apuramento específico, desenhado por J. C. Rolo e F. Cordovil, solicitado ao INE pelo GPP/MA que também procedeu à validação da congruência da informação).

Quadro 2. Repartição (%) dos tipos de mão-de-obra (em UTA) por modalidades de agricultura

% em coluna			Total	Familiar	Assalariada		
					Total	Perman.	Outros ^(a)
Global			100	100	100	100	100
Agriculturas Familiares	Total		82,4	98,8	32,7	17,9	55,1
	> 50% Rend. EA		16,4	17,2	12,3	9,6	16,0
	> 50% Rend. Exter. EA	Total	66,0	81,6	20,4	8,4	39,2
		das quais > pensões	36,5	46,0	9,1	2,9	19,0
Agriculturas não familiares	Total		17,6	1,2	67,3	82,1	44,9
	Empresário e sociedades	Total	16,6	1,2	64,2	77,7	43,5
		Grandes	8,5	0,8	27,5	33,7	18,0

^(a) Correspondem aos trabalhadores não contratados regularmente (os eventuais/temporários), seja pelo produtor/titular de exploração, seja não diretamente pelo produtor. Outras notas e fonte: idem quadro 1.

Quadro 3. Repartição e composição (tipo de mão-de-obra) das unidades de trabalho (UTA) por OTE especializadas na horticultura e na arboricultura

% no total de UTA (Global e em cada OTE)	Total		Familiar	Assalariada		
				Total	Perman.	Outros ^(c)
Global	100	100	78,6	21,5	12,5	9,0
Horticultura	6,2		52,2	47,7	33,7	14,1
Arboricultura ^(a)	36,8		80,9	19,1	7,9	11,2
Outras OTE ^(b)	57,1		79,3	20,8	15,9	4,8

^(a) As Orientações Técnico Económicas (OTE) especializadas em culturas permanentes: frutos frescos e citrinos, olival, vinha e outras (frutos de casca rijas e outras);

^(b) OTE especializadas em outros produtos vegetais e produtos animais (herbívoros, granívoros) e OTE policultura/mistas;

^(c) Correspondem aos trabalhadores não contratados regularmente (os eventuais/temporários), seja pelo produtor/titular de exploração, seja não diretamente pelo produtor – o contrato de serviços a terceiros. Fonte: idem quadro 1 e GPP (UTA por OTE).

Quadro 4. Importância do trabalho assalariado e da mão-de-obra eventual por modalidades de agricultura e nas OTE especializadas na horticultura e na arboricultura

Assalariados (em UTA): total e eventuais ^(a) (%)			TOTAL				Horticultura				Arboricultura			
			Assal. no Total de UTA	Trab. event. no total de assal.	Não contrat. diretam.		Assal. no Total de UTA	Trab. event. no total de assal.	Não contrat. diretam.		Assal. no Total de UTA	Trab. event. no total de assal.	Não contrat. diretam.	
					No total dos even- tuais	No Global			No total dos even- tuais	No Global			No total dos even- tuais	No Global
Global			21,5	41,8	15,6	100	47,7	29,5	21,6	100	19,1	58,8	13,3	100
Agriculturas Famíliares	Total		9,8	66,9	15,7	51,3	21,1	46,8	29,7	68,6	12,5	83,1	13,9	56,2
	> 50% Rend. EA		19,1	49,7	9,2	14,1	29,9	38,4	20,1	22,1	18,4	74,9	12,0	9,1
	> 50% Rend. Exter. EA	Total	7,9	73,4	10,0	37,2	15,0	58,5	38,4	46,5	11,6	84,6	14,3	47,1
		das quais > pensões	6,4	79,7	9,6	17,5	11,5	68,4	44,7	22,3	10,2	87,3	14,4	24,9
Agriculturas não familiares	Total		94,8	26,5	18,4	48,7	95,0	19,4	7,6	31,4	97,7	32,3	19,8	43,8
	Empresá- rio e socie- dades	Total	95,9	26,9	18,7	48,1	95,2	20,9	12,4	28,4	97,9	34,1	20,0	42,9
		Grandes	80,0	26,0	19,0	20,3	91,8	22,7	17,6	22,2	98,8	36,3	19,7	7,9

Notas e fonte: idem quadros anteriores.

A necessidade aguça o engenho (ou Como o setor agrícola vai tentando resolver os seus problemas)*

JOAQUIM DOMINGOS ÂNGELO

Economista, antigo Quadro Superior do Ministério da Agricultura

“Todo o mundo é composto de mudança”

Quem não tem, no cantinho da sua memória, formada de vida ou de ideias lidas ou ouvidas, a figura do agricultor e do trabalhador rural agarrado à enxada, a segurar o arado, ou os ranchos deslocando-se de umas regiões para outras em busca de trabalho? Ou quem não retém a lembrança da praça da jorna onde o poder da procura de trabalho, representado pelo capataz dos proprietários, enfrentava os trabalhadores isolados? Ou ainda a recordação de quando o trabalho de sol a sol era a norma para muitos e todo o solo mais ou menos arável era utilizado, quando a floresta fazia parte da vida e atividade do agricultor (integração), quando os agricultores esperavam pelos intermediários, que, segundo lhes diziam, “ficavam com o lombo e lhes deixavam os ossos”? Até a pobre ceifeira que cantava, e que serviu de elemento central a um inspi-

*... a norma na trajetória evolutiva da
atividade humana em geral é a mudança,
não se podendo esperar outra coisa da
atividade agrícola.*

rado poema de Fernando Pessoa, faz parte do quadro!

*Ela canta, pobre ceifeira,
Julgando-se feliz talvez;
Canta, e ceifa, e a sua voz, cheia
De alegre e anónima viuvez,*

*Ondula como um canto de ave
No ar limpo ...*

Fernando Pessoa *in Athena*, nº 3, Lisboa, dez 1924

Se fosse nos dias de hoje e nas suas circunstâncias, certamente a ceifeira não estaria no centro da construção de Pessoa... Com efeito, a norma na trajetória evolutiva da atividade humana em geral é a mudança, não se podendo esperar outra coisa da atividade agrícola. Compreende-se, aliás, que a própria mudança apresente aspetos inesperados, situação que já Luís de Camões tinha intuído quando nos últimos versos do soneto “Mudam-se os tempos” escrevia:

* O artigo não foi originalmente escrito ao abrigo do Acordo Ortográfico. [Nota da equipa editorial, a pedido do autor]

*E afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto,
Que não se muda já como soía.*

Luís de Camões *in Sonetos*

Mas a mudança que vai ocorrendo na atividade agrícola e no espaço rural não é, muitas vezes, percebida a tempo, por não se estar atento aos sinais iniciais e não se entender a sua força e a sua necessidade. Pior só quando ideias preconcebidas ou do “dever ser no futuro” criam obstáculos ao seu desenvolvimento natural.

Antecipação ou ajustamento à mudança

Simplificando o possível, entende-se por *exploração agrícola* uma entidade onde recursos escassos de terra, trabalho e capital são organizados de modo a obter um determinado resultado económico. Entendem-se como incluídas na análise todas as explorações, quer sejam de tipo familiar, quer sejam de tipo empresarial. Naquelas, o sustento e a melhoria das condições de vida da família são o objetivo dos seus elementos; nestas, o fim último tem a ver com a remuneração dos capitais próprios investidos.

De qualquer modo, o agricultor naqueles dois enquadramentos pode desempenhar, simultaneamente, os papéis de empresário, capitalista, gestor e trabalhador. Mas pode também ser capitalista, empresário e gestor ou apenas capitalista e empresário.

Embora relevantes, não se consideram na análise questões associadas à dimensão quer física quer

Mas a mudança que vai ocorrendo na atividade agrícola e no espaço rural não é, muitas vezes, percebida a tempo, por não se estar atento aos sinais iniciais e não se entender a sua força e a sua necessidade.

... a atividade agrícola subordinada à troca (mercado) baseia-se na equação Resultados = Proveitos – Custos (R=P-C). É no comportamento destas variáveis que se joga a necessidade de mudança.

económica das explorações, sendo, no entanto, conveniente elencar um conjunto de características que diferenciam o setor agrícola, pois, muitas vezes, estão na origem dos problemas que surgem: a sazonalidade de muitas produções e a incerteza quanto ao volume de produção, dependente das condições climáticas; a produção de produtos perecíveis e a necessidade de estes terem níveis de qualidade e de sanidade alimentar adequados.

Não devem, entretanto, esquecer-se duas outras situações incontornáveis para o setor. Em primeiro lugar, longe de ser sua

especificidade exclusiva, aponta-se, como regra, a não influência da exploração na formação dos preços, o que implica um acréscimo de incerteza face ao respetivo nível e evolução. Em segundo lugar, o quadro crescente das exigências da regulação que a política impõe e com que condiciona o setor. Neste último aspeto, a política, quer na sua face regulatória quer na sua face de subsidiação, não pode deixar de, ao ter implicações sobre as decisões dos agricultores, ter influência sobre a eficiência do setor, podendo criar situações de dificuldade de acesso de novos atores.

Em última análise, a *atividade agrícola* subordinada à troca (mercado) baseia-se na equação *Resultados = Proveitos – Custos (R=P-C)*. É no comporta-

mento destas variáveis que se joga a necessidade de mudança. Ou porque houve uma abertura de mercados e as receitas baixaram, ou porque uma nova tecnologia tem impacto na produ-

tividade ou nos custos unitários, ou ainda porque os resultados obtidos com os recursos aplicados ficam aquém dos que se obteriam noutras atividades ou aplicações.

A variação daquelas variáveis origina ao nível do agricultor e empresário agrícola um comportamento que o leva a procurar encontrar os mecanismos e processos que permitam a manutenção ou a melhoria da sua situação, representada nos resultados, variável dependente das outras duas.

Variação nos proveitos?

As receitas de uma exploração agrícola dependem dos *preços* e das *quantidades* vendidas da produção. O seu volume depende ainda da dimensão da cadeia de valor do produto dentro da exploração.

A norma é os *preços* serem formados sem interferência da exploração, dependendo das quantidades oferecidas (e procuradas) nos mercados, podendo, no entanto, ser diferenciados à luz de critérios como a qualidade ou ao seu carácter único. Se a exploração consegue um produto diferenciado pode conseguir maior poder de mercado, pelo menos temporariamente, e obter melhores preços.

Sem querer fazer uma análise exaustiva dos canais de acesso ao mercado final, mas tão-somente evidenciar que houve ao longo do tempo dominâncias diversas, refere-se que nesse acesso prevalecem as empresas de distribuição, as cooperativas e outras associações, empresas agroindustriais, cadeias de distribuição, e só residualmente o agricultor e o intermediário tradicional. Tal é o resultado das *grandes mudanças* ocorridas na distribuição e na cadeia de valor dos produtos agrícolas. Em termos temporais e na perspectiva do agricultor, esta situação começou com a percepção da diferença entre os preços que os intermediários pagavam à saída da exploração e o preço no consumidor final. Embora essa percepção assentasse, em parte, numa ilusão, implicou a expansão do movimento coope-

rativo que permitiu estabilidade dos preços, maior qualidade do produto final, aumento da dimensão da cadeia de valor, e nova lógica dos recebimentos. A prática da comercialização veio mostrar-lhe, por um lado, a influência que o risco de ocorrerem situações penalizadoras para a exploração poderia ter sobre os resultados e, por outro, a necessidade de especialização para chegar ao mercado final. Também lhe evidenciou os custos que uma ligação direta a esse mercado impunha.

Os ganhos conseguidos na fase de expansão das cooperativas agrícolas (por exemplo no leite, vinho, azeite, fruta) tiveram resposta do setor da intermediação que se modernizou e levaram ainda à ocorrência do fenómeno, sobretudo nas explorações agrícolas de maior dimensão, da concentração da

cadeia produtiva na esfera da exploração, de que resultou a secessão de muitas explorações das cooperativas ou de empresas de intermediação a que estavam associadas ou ligadas. Ocorreu ainda a emergência de sociedades baseadas em explorações agrícolas,

cujo objetivo era o domínio de algumas funções na cadeia produtiva. Desenvolveram-se contratos relativos à compra de produtos agrícolas, entre agricultores e empresas baseadas ou não em explorações agrícolas e que tinham como centro a atividade agroindustrial. Os agricultores passaram a fazer parte de clubes de produtores mediante o cumprimento de cadernos de encargos definidos pelas grandes cadeias de distribuição.

Com efeito, a observação empírica permite constatar que a atividade agrícola foi, ao longo do tempo, tentando novas formas de organização na sua ligação ao mercado que lhe permitisse ganhos quer através da ligação direta ao mercado final, quer pelo controlo direto da cadeia de valor da produção agrícola, ou, pelo contrário, pela especialização

na produção primária com minimização do risco comercial, financeiro ou de tesouraria.

Em síntese, a busca da melhor opção de organização tem apresentado várias soluções mais ou menos importantes ao longo do tempo, com diferenciação por setor de atividade. A característica mais interessante é a não cristalização numa única solução, antes o aparecimento de novas soluções merecedoras de serem consideradas no banco das soluções de resolução de dificuldades.

Por seu lado, a variável *quantidades* produzidas, dependendo da produtividade da terra, do capital (capacidade tecnológica) e do trabalho (adequação às tecnologias utilizadas), pode apresentar variações bastante pronunciadas. A produtividade da terra em condições tecnológicas normais será o elemento diferenciador e que permitirá maior poder a quem detém as melhores terras, através de um certo poder de monopólio expresso através de maiores rendas ou do consequente maior valor da terra. As atividades cuja diversificação é apontada como elemento de combate ao risco tendem para a especialização tanto na exploração como na região (vinha, leite, olival, fruticultura, horticultura, pecuária). As melhores práticas de umas explorações são seguidas por outras, no sentido de obterem melhores resultados.

Na variação dos proveitos há ainda as situações de *plurirrendimento* que o agricultor utiliza para manter o seu rendimento no caso de os resultados agrícolas descerem abaixo de um nível mínimo desejado ou para os melhorar a partir de oportunidades oferecidas pela própria exploração quer com atividades aí centradas, quer com a utilização do seu tempo de trabalho disponível noutras atividades fora da exploração.

... a atividade agrícola foi, ao longo do tempo, tentando novas formas de organização na sua ligação ao mercado que lhe permitisse ganhos quer através da ligação direta ao mercado final, quer pelo controlo direto da cadeia de valor da produção agrícola, ou, pelo contrário, pela especialização na produção primária com minimização do risco comercial, financeiro ou de tesouraria.

Em conclusão, do lado dos *proveitos* (vendas), os *serviços agrícolas* não são evidentes, a não ser no caso de associações e cooperativas agrícolas, já que estas são, por definição, uma extensão dos próprios agricultores e, portanto, as operações que desenvolvem não resultam, formalmente, de uma relação cliente-fornecedor, sendo sim desenvolvidas em nome e a favor dos seus sócios. Nas outras soluções em que o agricultor ou alargou o seu papel de empresário, ou aprofundou o seu papel de fornecedor, encontram-se diferentes opções. Tal sugere uma significativa margem

de manobra na escolha da solução que maximize os objetivos económicos do agricultor ou do empresário agrícola, nomeadamente, quando a ligação ao mercado passa por operações de transformação dos produtos agrícolas. Não consegue fugir, no entanto, de um conjunto de condicionalismos: período de fidelização à entidade compradora ou transformadora, pagamentos diferidos, exigência de níveis de qualidade mínimos, critérios de qualidade diferenciadores do preço, etc.

Variação dos custos?

Custos de capital

No capital de uma exploração agrícola, constituindo o seu ativo imobilizado, podem identificar-se de forma simples: Terra e respetivas Benfeitorias (Melhoramentos Fundiários, Plantações, Construções) que constituem o Capital Fundiário, Capital Fixo Vivo (Animais Reprodutores) e Capital Fixo Inanimado (Máquinas, Alfaias, Equipamentos).

Relativamente à Terra, o seu custo (de oportunidade) tem base teórica idêntica, qualquer que seja a origem (via herança, aquisição, arrendamento): a remuneração que o capital equivalente teria em situação normal de mercado. A diferença estaria

na necessidade de efetuar pagamento (tesouraria) de renda, no caso do arrendamento, e pagamento de juros, no caso de a aquisição envolver financiamento exterior à exploração. Deste modo, à primeira vista, a situação poderia levar a um comportamento neutro do agricultor face às três situações, pelo facto de apresentarem custos de oportunidade idênticos. No entanto, a situação de arrendamento (e a aquisição, se tiver juros associados) tem um custo subjetivo superior por duas razões: pela exigência de tesouraria, no tempo adequado, e pelo facto de os custos de oportunidade associados à herança e à aquisição com financiamento próprio poderem, ilusoriamente, ser diluídos no conceito abrangente de resultados gerais da exploração. O financiamento diferenciado da Terra cria, na parte originada em capitais próprios ou em herança, uma maior flexibilidade na perceção dos resultados obtidos, ao não dar a devida importância ao custo de oportunidade de cada um deles: o carácter perene da terra e a vida útil das benfeitorias reforça esta perceção. A longevidade de muitas explorações poderá ser explicada por esta ilusão. As explorações apresentarão resultados contabilísticos positivos, mas podem não remunerar adequadamente os diversos fatores de produção.

Quanto às outras formas do capital para além do seu custo de oportunidade, a sua incidência direta nos custos de exploração resulta da respetiva depreciação (amortizações) e de eventuais juros, caso adquiridos com financiamento externo. No que respeita ao Capital Fixo Inanimado, as alternativas existem ao nível do *leasing* ou da aquisição

de serviços relativos à utilização de alguns equipamentos. Em qualquer das situações, a opção pode gerar necessidades de tesouraria diferentes e implicar modificações nos custos.

... é possível que o investimento seja concretizado de forma dominante com aquisição de serviços: na instalação de Benfeitorias e de Construções será o processo normal; na utilização de Máquinas e Equipamentos, a aquisição de serviços e a sua locação poderão ser alternativas.

e a sua locação poderão ser alternativas.

O impacto na variação dos custos da exploração resultante da utilização do Capital (*stock*) tem duas fontes principais: uma ligada à potência tecnológica que lhe está associada; a outra ligada ao facto de, em regra, a utilização efetiva de um ativo (equipamento) ser muito inferior à sua utilização potencial. Tal situação pode estar na origem de ineficiências. Um estupendo parque de máquinas e equipamentos pode não ser um bom cartão de visita para uma exploração!

No entanto, é no âmbito do próprio processo de produção que as decisões organizativas podem ter maior efeito sobre a variação dos custos e, portanto, sobre os resultados.

Custos de exploração

Como qualquer outra atividade económica, a atividade agrícola exige uma organização mais ou menos racional face aos objetivos pretendidos. Que atividades desenvolver com as restrições impostas pela terra, pela água, pelo capital, pelo trabalho, de forma que estes fatores não faltem no momento

Em resumo, teoricamente, é possível que o investimento seja concretizado de forma dominante com aquisição de serviços: na instalação de Benfeitorias e de Construções será o processo normal; na utilização de Máquinas e Equipamentos, a aquisição de serviços

necessário ou não estejam em excesso, são decisões fulcrais no processo de definição e funcionamento do sistema de produção. Com igual importância surgem a definição do cliente, a forma de acesso ao mercado final, o domínio da tesouraria; noutro contexto, a definição dos diversos riscos (seguros), a identificação das exigências da produção (assistência veterinária, fitossanitária, de certificação) ou do quadro técnico necessário e adequado (produção, técnica de produção, contabilidade, informática).

... as mudanças que têm ocorrido no sentido de a exploração agrícola se tornar mais eficiente (o que, em última instância, significa produção com custos unitários mais baixos) fazem apelo cada vez maior à utilização de serviços externos à exploração.

Seguindo a estrutura das contas do SNC (Sistema de Normalização Contabilística), apresentam-se de forma esquemática os principais custos de funcionamento que a exploração agrícola pode enfrentar, de acordo com a sua origem:

- nos fornecedores de bens (mercadorias, matérias-primas, subsidiárias, ativos biológicos) cuja integração no processo produtivo implica a determinação dos respetivos custos
- nos fornecedores de serviços (serviços técnicos, informáticos, serviços de contabilidade, análises laboratoriais, aquisição de eletricidade, combustíveis e água, transporte de pessoal, transporte de mercadorias, rendas e alugueres de terrenos, edifícios e de equipamentos, comunicação, seguros, publicidade, ...)

Como facilmente se verificará, grande parte das mudanças que ocorrem no processo agrícola vão ter expressão nesta classe de custos, tendo como contrapartida a sua redução, eventualmente, na classe do pessoal e da depreciação e amortização dos ativos. Estas mudanças podem ter na sua origem exigências impostas pela regulação, resultantes de exigências gerais a todas as atividades ou de exigências específicas ao setor.

Ou podem ter origem em decisões tomadas pelo agricultor, visando tornar a sua atividade eficiente ou mais eficiente. No primeiro grupo estão a fiscalidade, sanidade animal e vegetal, regras ambientais, o próprio processo associado às ajudas ao setor (regulação). No segundo, serviços específicos ligados ao processo produtivo, decorrentes ou não de novas práticas agrícolas ou resultantes de diversificação das atividades, serviços associados a máquinas e equipamentos, quer sejam serviços de aluguer ou de reparação, ou ainda

serviços relacionados com os riscos que a exploração pode enfrentar. Isto é, mesmo na situação em que o agricultor assume os diversos papéis de capitalista, empresário, gestor e trabalhador qualificado ou não qualificado, as mudanças que têm ocorrido no sentido de a exploração agrícola se tornar mais eficiente (o que, em última instância, significa produção com custos unitários mais baixos) fazem apelo cada vez maior à utilização de serviços externos à exploração.

De forma simples, o objetivo de tal comportamento é fazer com que os custos da exploração estejam estritamente associados às funções que são necessárias e ao tempo da sua execução. A inadequação das máquinas de uma exploração às suas necessidades e o custo adicional que tal representa é um exemplo recorrente para ilustrar a situação. Deste modo, se o agricultor encontra a oferta necessária e adequada de tais serviços poderá, em qualquer momento, optar pela utilização de recursos exteriores à exploração. Naturalmente, apenas o fará se daí retirar benefício económico e desde que não lhe traga riscos adicionais por não controlar diretamente esses recursos (tempo e qualidade). Esta é a questão crítica do futuro: a existência da oferta necessária de serviços!

Esta é a questão crítica do futuro: a existência da oferta necessária de serviços!

Obviamente que a aquisição de serviços implica um incremento do relacionamento direto com a fiscalidade através do IVA, obrigando à sua recuperação (exceto nos casos de isenção), o que, mesmo para as situações à partida menos formais (impostos diretos da exploração em anexo B do IRS), impõe adequado registo contabilístico e cumprimento das correspondentes exigências fiscais.

- no pessoal (pessoal permanente, eventual, encargos sociais, seguros de pessoal)

A alternativa que aqui se coloca é a que é utilizada há mais tempo. O agricultor controla diretamente quer o trabalho permanente quer o trabalho eventual. O trabalho à jorna foi e ainda será a expressão do trabalho eventual que sempre existiu nas diferentes formas de agricultura, estando associado ao carácter sazonal da produção agrícola. A sua substituição por serviços ligados à agricultura é, sobretudo, uma forma de o mercado resolver vários problemas de um só golpe: disponibilizar mão-de-obra agrícola que é escassa, com a qualificação adequada para as diversas funções e com capacidade para executar tarefas em calendários apertados. As empresas de prestação de serviços agrícolas conseguem ultrapassar estes pontos críticos. Ótimo para as explorações agrícolas é quando existem na sua freguesia e de preferência várias no seu concelho!

A substituição de trabalho eventual por aquisição de serviços implica um custo adicional de IVA que terá de ser recuperado (exceto nos casos de isenção).

- na depreciação e amortização de ativos (tangível, biológico, intangível)

É outra classe de custos que tem grande importância no quadro das opções associadas às mudanças. Deter ou não deter todo o ativo tangível? Aquisição de serviços com máquinas e equipamentos associados ou aluguer através de *leasing* financeiro ou operacional são alternativas à propriedade desses ativos com implicações nos custos e na tesouraria da exploração.

- nos serviços bancários (juros)

A monetarização da economia agrícola, com pagamentos certos e recebimentos muitas vezes incertos e alongados no tempo, obriga ao recurso a financiamento bancário para suprir necessidades temporárias de tesouraria, com os custos associados. A ligação ao movimento cooperativo já vinha preparando a assunção deste tipo de custos com a incorporação de desconto nos recebimentos, mesmo quando sujeitos a faseamento acordado.

Como conclusão, pode dizer-se que as mudanças provocam uma revolução na estrutura de custos com ganhos e perdas entre eles, com aparecimento de uns em substituição de outros que desaparecem ou perdem importância. O balanço dessa revolução pode ser a favor ou contra a exploração.

O trabalho à jorna foi e ainda será a expressão do trabalho eventual que sempre existiu nas diferentes formas de agricultura. A sua substituição por serviços ligados à agricultura é ... uma forma de o mercado resolver vários problemas de um só golpe: disponibilizar mão-de-obra agrícola que é escassa, com a qualificação adequada para as diversas funções e com capacidade para executar tarefas em calendários apertados.

... as mudanças provocam uma revolução na estrutura de custos com ganhos e perdas entre eles, com aparecimento de uns em substituição de outros que desaparecem ou perdem importância. O balanço dessa revolução pode ser a favor ou contra a exploração.

Por outro lado, a passagem de uma economia mais ou menos informal para uma economia regulada implicou uma realidade com maiores custos asso-

ciados às novas exigências, nomeadamente em termos fiscais, pese embora a possibilidade de utilização pelos *pequenos agricultores* de um regime simplificado, em alternativa ao regime de contabilidade organizada. Todos os rendimentos obtidos pelas explorações agrícolas, sejam de atividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias (vendas ou prestações de serviços) sejam de subsídios, de diverso tipo, destinados quer à exploração quer à aquisição de equipamentos, são tributados (embora possam ficar dispensados de tributação até determinado montante). A determinação do rendimento tributável no regime simplificado, mesmo para os *muito pequenos agricultores* é feita através da aplicação de coeficientes sobre os diferentes proveitos (IRS anexo específico do Modelo 3). Tal implica o pressuposto de que os resultados da exploração são sempre positivos, o que, como se sabe, poderá não ser o caso.

Sendo um regime simplificado, os titulares dos rendimentos desta categoria que não possuam contabilidade organizada são obrigados, de acordo com as operações desenvolvidas, a efetuar os registos nos seguintes livros: de compras de mercadorias e de matérias-primas e de consumo; de vendas de mercadorias e de produtos fabricados; de serviços prestados; de movimentos de produtos, gado, materiais e de imobilizações. Resulta, assim, que, não sendo obrigados a dispor de contabilidade organizada, têm de possuir um sistema de contabilidade que satisfaça os requisitos adequados ao correto apuramento e fiscalização dos impostos.

Embora esses custos sejam definidos com alguma flexibilidade de aplicação, no sentido de minimizar os seus impactos sobre as explorações, não deixam de constituir um peso adicional. Os custos da passagem para uma base formal não se resumem exclusivamente ao detentor ou gestor do património. O *espaço rural* também sofre as consequências, não se medindo, em regra, tal facto na definição de políticas de incidência geral. A não consideração destes impactos e a preocupação apenas com

resultados ideais desligados do quadro de funcionamento daquele espaço não neutralizam as respetivas consequências. Daí resultam dificuldades na definição de políticas ajustadas e eficazes, já que o desaparecimento de um modo de produzir, e da organização do espaço que lhe está associado, implica mudanças para esse espaço. Querer replicar modos de fazer do passado em novas situações tem todas as condições para não produzir os efeitos desejados. Analogamente, a atuação desligada do modo de organização da produção dos novos atores, nesse espaço, terá todas as condições para não obter os resultados pretendidos ou, pelo menos, para ser ineficiente e, portanto, com prazo à vista! A questão da gestão da floresta, longe dos dias em que essa gestão estava integrada na exploração agrícola, evidencia essa dificuldade.

Variação dos resultados?

Conscientes dos distintos objetivos que podem ser atribuídos às empresas familiares e não familiares, e que levam à definição de conceitos de resultados adequados a cada uma dessas situações, opta-se pela forma simplificada de que, aliás, se partiu: $R=P-C$. Ainda no campo das simplificações, supõe-se que nos resultados R está contida a remuneração do fator de produção Terra e do fator de produção Capital (nos custos C estariam incluídas as rendas pagas e amortizações do imobilizado, mas não o seu custo de oportunidade; de igual modo, os juros também se supõem incluídos).

Assim, em condições de normal remuneração dos fatores, R teria de ser igual (ou maior) às remunerações que o capital equivalente à Terra e o capital equivalente ao restante imobilizado receberiam numa aplicação alternativa. Deste modo:

$$R \geq \text{Remunerações normais da Terra e Capital.}$$

Da igualdade $R=P-C$ pode resultar:

$$R \leq 0;$$

$$R > 0.$$

Em termos teóricos, a exploração teria ultrapassado o limiar de encerramento com $R \leq 0$, e com $R > 0$ só não teria ultrapassado esse limiar de encerramento se o valor positivo de R fosse pelo menos igual às “Remunerações normais da Terra e do Capital”. Isto é, não bastaria que os resultados fossem positivos para se estar acima do limiar de encerramento.

Mas as explorações encerram quando o agricultor não consegue remunerar normalmente os fatores de produção aplicados na exploração? Na verdade, isso pode não acontecer. Os custos de oportunidade da Terra e do Capital passam a ser considerados como autênticos *custos afundados* e, se necessário, nem se pensa na criação de condições para substituição de máquinas e equipamentos, levando em consideração a sua depreciação como custo, satisfazendo-se com uma situação limite de Proveitos (P) igual aos custos variáveis (C_v), desde que a sua remuneração esteja contida em C_v : $P - C_v = 0$ (situação frequentemente descrita para o abandono de uma atividade dentro da exploração).

O que pode o agricultor fazer se ninguém se propõe a arrendar ou a comprar a Terra, dando-lhe um qualquer valor? O seu prazo acaba por ser o prazo do encerramento da exploração! A herança transformará alguém em proprietário rural que esperará por um milagre de arrendamento ou de compra. Entretanto, naquele território, o espaço rural deixou de ser o que era. Esse espaço vai ser visto com raiva que leva ao virar de costas, por lhe ter ficado com o esforço sem a devida recompensa; ou, de forma contrária, retendo na memória elementos inesquecíveis desse espaço que já não existe, como é fixado no poema:

*Havia a horta havia
um limoeiro
ao fundo alfarrobeiras à frente as
oliveiras, no muro uma passagem*

*depois de atravessarmos
a estrada*

*Na horta atrás da casa laranjeiras
Figueiras e uma
romãzeira junto à nora*

*Às vezes vagarosa a mula com antolhos
Rodava toda a tarde
Fazendo os alcatruzes despejar
Incessantemente água*

Gastão Cruz, *Duas Hortas (Estoi) in Rua de Portugal e outros lugares*

Para os casos em que os resultados (R) remuneram os fatores, a luta será contínua no sentido de aumentar os proveitos (P) e reduzir os custos (C) (pelo menos os custos unitários). Para tal, utilizarão todas as possibilidades de acrescentar valor aos

produtos ou pelo menos de se apropriarem de algum do valor acrescentado; estarão atentos a novas maneiras de produzir que, aumentando as produtividades físicas, consigam menores

custos unitários, maiores proveitos e, sobretudo, melhores resultados (R). Naturalmente, provocando alterações de ordenamento, de paisagem, de intensidade na utilização dos recursos e, portanto, construindo um novo espaço rural. Mas o que é o espaço rural senão este acumular de espaços rurais?

Não pode, entretanto, deixar de se referir a importância que a *política agrícola europeia* tem no quadro das explorações agrícolas, desempenhando um poderoso papel redistributivo entre países, regiões e setores, quer sob a forma de apoio direto ao rendimento quer sob a forma de apoio ao investimento. Em qualquer dos casos, esta redistribuição de rendimento acaba, direta ou indiretamente nos proveitos e nos resultados da exploração, como, aliás, o respetivo procedimento contabilístico e a fiscalidade evidenciam (é interessante o facto de o IRS

e o IRC incidirem sobre estes subsídios provenientes de impostos pagos, sobretudo, por contribuintes estrangeiros). Este assunto (dos efeitos da política) é de grande relevo no âmbito de estudos sobre o futuro das explorações, sendo o elemento diferenciador nos estudos da viabilidade e rentabilidade das explorações. Outra questão é o efeito que produzem no comportamento dos agricultores e decisores agrícolas. A sua permanência em prazo mais ou menos alargado (costuma ouvir-se dizer que é preciso aproveitar bem os fundos do próximo programa comunitário, porque é bem possível que seja o último!...) tem influência na forma como a gestão é exercida, através da moderação que a segurança e estabilidade lhe asseguram, face à ação exclusiva do mercado.

Áreas críticas

Os problemas que o setor agrícola sempre enfrentou levaram a que seja hoje constituído por um conjunto de explorações com determinada orientação produtiva, dimensão física e económica. Muitas foram as pessoas que nelas aplicaram os seus recursos e viveram diretamente dos seus produtos. Muitas delas foram resolvendo ao longo do tempo os seus problemas, outras não, em processos abruptos ou prolongados, que levaram ao encerramento de explorações e ao consequente abandono do espaço rural por parte dessas pessoas.

A primeira área crítica da mudança resulta do definhamento progressivo das explorações até ao abandono total da atividade agrícola, não sendo situação isolada acontecer que, em algumas zonas rurais, deixem de existir explorações agrícolas.

A mobilidade mais fácil e a possibilidade de alguns trabalhos se poderem fazer à distância diminui a área crítica do trabalho que se coloca quer ao nível do trabalho permanente, eventual ou através de prestação de serviços.

A utilização da prestação de serviços pode ser feita a partir de trabalhadores individuais e a partir de empresas que terão na obtenção dos recursos necessários uma das suas preocupações centrais. Os concelhos inseridos em zonas agrícolas podem ter capacidade para a geração de várias empresas de prestação de serviços, o que é bom para as explorações pela existência de concorrência. A capacidade de gerar outras atividades que possibilitem dispo-

Sobretudo, zonas com fraca aptidão agrícola, quer em qualidade quer em dimensão. O que permitirá um repovoamento baseado em atividade rentável ou viável? E um novo reordenamento do espaço e da paisagem? Aquele espaço voltará a ter uma qualquer atividade económica?

A diminuição da população das áreas rurais, que sempre teve caminho aberto para o estrangeiro e os grandes centros urbanos, apresentou, na fase recente de grandes alterações no setor agrícola, movimentos que passaram primeiro por centros urbanos com forte ligação ao rural, ao nível dos concelhos e dos próprios distritos. Tal ainda permite soluções, pela permanência dos recursos necessários em zonas de proximidade acessíveis, que contrariem o abandono de espaços anteriores ocupados.

Na verdade, os problemas que o setor hoje enfrenta exigem novas soluções. Os recursos humanos disponíveis serão os necessários e qualificados para as soluções mais eficientes em determinadas zonas rurais? A mobilidade mais fácil e a possibilidade de alguns trabalhos se poderem fazer à distância diminui a área crítica do trabalho que se coloca quer ao nível do trabalho permanente, eventual ou através de prestação de serviços.

A utilização da prestação de serviços pode ser feita a partir de trabalhadores individuais e a partir de empresas que terão na obtenção dos recursos necessários uma das suas preocupações centrais. Os concelhos inseridos em zonas agrícolas podem ter capacidade para a geração de várias empresas de prestação de serviços, o que é bom para as explorações pela existência de concorrência. A capacidade de gerar outras atividades que possibilitem dispo-

nibilidade para satisfazer a sazonalidade do trabalho agrícola pode ser determinante. A *qualificação necessária* só será elemento crítico no curto prazo. De qualquer modo, esta concentração de proximidade pode aproveitar a fácil mobilidade no território para utilizar formas de trabalho a tempo parcial, a pluriatividade e o trabalho à distância.

Para resolver o problema da falta de recursos de trabalho, a solução muitas vezes equacionada de organização do processo produtivo é a mecanização; para além de associada ao ponto crítico do financiamento, entronca noutro elemento crítico que é a dimensão física e económica da exploração de que resulta uma área crítica da gestão que é a da utilização eficiente do equipamento. A prestação de serviços pode ser a solução, caso não seja bloqueada pela não disponibilidade do fator trabalho.

Outra área crítica é a regulação como fator de limitação: condições que podem ser inibidoras do acesso ao setor; benefícios que são apropriados pelos já instalados e que dão poder de renda. Do mesmo modo, a rigidez na utilização do solo em zonas qualificadas numa perspetiva ambiental pode ter efeitos contrários em termos da permanência da atividade agrícola.

A favor do encontro de soluções está a especialização de atividades na exploração e nas regiões. Este é um elemento facilitador para a prestação de serviços e, principalmente, para a permanência de pessoas e de explorações centradas nas zonas

com maior aptidão agrícola, natural ou construída pelo homem. Quer uma quer outra são elementos que contribuem para a existência de empresas de prestação de serviços com mercados específicos na sua área de ação. Quem fica para seguir em frente, lutando, afasta-se de um modo de vida para viver outro, reconfigurando o espaço, criando novas interdependências.

Concluindo, a área crítica resultante das mudanças será a própria existência de explorações agrícolas

Outra área crítica é a regulação como fator de limitação: condições que podem ser inibidoras do acesso ao setor; benefícios que são apropriados pelos já instalados e que dão poder de renda.

A existência de capacidade de prestação de serviços poderá resolver os problemas, em termos técnicos ... mas como atuar face às questões críticas de índole financeira, de tesouraria e, enfim, do valor económico da produção a obter no novo espaço?

em determinados espaços rurais. O quadro de abandono da exploração agrícola faz com que reste apenas a terra e a figura do proprietário da terra. Se não consegue vender ou arrendar o que se pode esperar? Não conseguindo repor o quadro anterior que levou ao abandono, ficará obrigado ao papel de gestor de espaço florestal ou potencialmente florestal. Ficarão ele sujeito a procedimentos de gestão adequada da floresta que implementará numa missão com custos anuais (técnicos e de regulação) e proveitos associados a elevadíssimos riscos (com forte probabilidade de terem valor próximo de zero) a prazos de uma, duas ou três gerações conforme as espécies (não valendo a pena sequer calcular o valor presente de tais proveitos)? A existência de capacidade de prestação de serviços poderá resolver os problemas, em termos técnicos, através da execução das tarefas apropriadas, mas como atuar face às questões críticas de índole financeira, de tesouraria e, enfim, do valor económico da produção a obter no novo espaço?

O Direito do Trabalho na agricultura*

ANTÓNIO GARCIA PEREIRA

Advogado especialista em Direito do Trabalho, Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão

A evolução das atividades agrícolas, bem como da sua natureza e características, e ainda das entidades que as prestam e dos modos como o fazem constituem uma temática particularmente interessante, também do ponto de vista do Direito do Trabalho, que, porém e dada a sua dimensão, procuraremos aqui tratar apenas do ponto de vista de alguns dos seus aspetos essenciais.

Assim, e antes de mais, importará ter presente que, após décadas e décadas de exclusão da regulação do trabalho rural do âmbito das principais leis do trabalho (tais como a chamada LGT – Lei Geral do Trabalho – isto é, o Decreto lei n.º 49408, de 24 de Novembro de 1969, ou a LDT – Lei da Duração do Trabalho – ou seja, o Decreto Lei n.º 409/71, e ainda a denominada Lei das Faltas, Férias e Feriados – o Decreto Lei n.º 864-A/76), o Código do Trabalho de 2009 (tal como já o de 2003) e a sua Regulamentação não contêm qualquer norma genérica de exclusão deste tipo de relações laborais relativamente ao seu próprio âmbito de ampliação, pelo que se terá então de concluir que, ao invés do que sucederia antes, o regime jurídico constante daqueles dois últimos diplomas (os Códigos do Trabalho) se passou a aplicar genericamente também ao contrato de trabalho rural.

Deve, porém e desde logo, reconhecer-se que este entendimento não foi, nem é, pacífico. Por um lado, porque, não obstante quer aquela clara exclusão consagrada na LGT e noutros diplomas, quer os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais no sentido de que o contrato de trabalho rural seria regulado, não pelas leis laborais, mas pela lei civil, e designadamente pelos art.ºs 1391º e 1395º do Código Civil de 1867, afinal muito tempo antes do Código de 2003 também já existiam entendimentos de que, apesar de tudo, “as normas gerais do contrato individual de trabalho são extensivas ao contrato de trabalho rural, salvo na medida em que as condições especiais inerentes à atividade agrícola justifiquem tratamento diverso” (como, entre outros, se consagrou no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29/1/88, *in Proc. 001714.dgsi. Net*). E isto mesmo enquanto o art.º 5º do decreto preambular da já referida LGT apenas estabelecia que o seu regime, quando muito, poderia “ser tornado extensivo, por decreto regulamentar, no todo ou em parte, e com as adaptações exigidas pela sua natureza, aos contratos de serviço doméstico ou de trabalho rural”.

Por outro lado, o Código do Trabalho atual (2009), no seu art.º 9º, e *a contrario sensu*, afasta precisamente a aplicação aos “contratos com regime especial” daquelas suas normas que se mostrem incompatíveis com as especificidades de tais contratos, o

* O artigo não foi originalmente escrito ao abrigo do Acordo Ortográfico. [Nota da equipa editorial, a pedido do autor]

que pareceria ser o caso do trabalho subordinado nas áreas agrícola, florestal e pecuária, mas relativamente ao qual, como também já referido, inexistia contudo qualquer regulamentação legal de natureza especial.

Em qualquer caso, face à amplitude dos conceitos de “trabalho” e de “trabalhador” consagrados na Constituição da República, designadamente nos seus art.ºs 47º e 53º a 59º, parece-nos inquestionável a aplicabilidade ao trabalho rural da regulação jurídico-laboral, quer de natureza legal, quer constitucional.

Por fim, deverá igualmente dizer-se que, mesmo aceitando-se – como é nosso entender – a plena aplicabilidade das normas do Código do Trabalho e do Regulamento do Código do Trabalho ao trabalho rural, haverá que ter presente que o único e geral instrumento normativo específico que regula esta matéria é a mais que vetusta Portaria de Regulamentação do Trabalho (PRT) para a Agricultura de 1979 (publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 21/79, 1ª Série, de 8/6/79¹).

A qual, sendo uma fonte de direito hierarquicamente inferior à lei, terá de ter as respetivas normas compatibilizadas com as supra referenciadas e superiores fontes legais, de harmonia com os critérios de aplicação estabelecidos no art.º 3º do Código. O mesmo sucedendo com as várias con-

venções coletivas existentes e as respetivas Portarias de Extensão.

Temos pois, e antes de tudo o mais, um quadro normativo relativo ao trabalho rural assalariado ou dependente que é constituído por uma regulamentação legal geral, manifestamente não virada para as especificidades próprias deste setor, e por um instrumento genérico de regulamentação coletiva de natureza administrativa, esse sim específico mas com quase 40 anos de vigência, a que acrescem umas poucas convenções coletivas de trabalho e Portarias de Extensão.

... face à amplitude dos conceitos de “trabalho” e de “trabalhador” consagrados na Constituição da República, ... parece-nos inquestionável a aplicabilidade ao trabalho rural da regulação jurídico-laboral, quer de natureza legal, quer constitucional.

Temos pois, e antes de tudo o mais, um quadro normativo relativo ao trabalho rural assalariado ou dependente que é constituído por uma regulamentação legal geral, manifestamente não virada para as especificidades próprias deste setor, e por um instrumento genérico de regulamentação coletiva de natureza administrativa, esse sim específico mas com quase 40 anos de vigência...

Acresce, por outro lado, que a relativamente pequena expressão do número de trabalhadores por conta de outrem no setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e, dentro deste, especificamente na agricultura, e a perda de peso desta última na estrutura da população empregada por profissão, mesmo dos trabalhadores mais qualificados, e muito em particular nos períodos de 2011/2013 e de 2013/2015, tem servido para justificar, ou pelo menos explicar, a pouca atenção dada pelo legislador português a uma regulação jurídica mais específica das relações de trabalho, quer subordinado, quer autónomo, nesta área de atividade.

Acresce ainda que, e não decerto por acaso, as novas formas contratuais consagradas no Código do Trabalho para além da contratação a termo, certo ou incerto, e a pensar (também) no trabalho agrícola, e em particular no de carácter sazonal,

¹ http://bte.gep.msess.gov.pt/completos/1979/bte21_1979.pdf (pág. 1538)

não têm assumido praticamente qualquer expressão numérica ou estatística digna de registo.

Assim, o contrato de trabalho intermitente, previsto no art.º 157º e seguintes do Código do Trabalho e correspondente a uma espécie de contrato de trabalho sem termo mas utilizável em atividades caracterizadas pela variabilidade da sua intensidade ou até pela sua descontinuidade (como é o caso do setor da agricultura, e também do turismo), segundo o Livro Verde das Relações Laborais abrangeu, em 2013, o número total de 2 039 trabalhadores e, em 2014, o de 2 154 trabalhadores, mais de metade dos quais qualificados e semiquualificados (especializados), ou seja, representou uma forma contratual de incidência perfeitamente residual (0,08%).

E os números constantes do mesmo Livro Verde referentes ao “contrato de trabalho de muito curta duração” (em atividade sazonal agrícola ou também para realização de evento turístico de duração não superior a 15 dias), que está previsto e regulamentado no art.º 142º do Código do Trabalho e tem em vista necessidades temporárias de duração muito limitada, precisamente por visar a satisfação de necessidades temporárias de setores em que a sazonalidade da atividade contratada constitui uma sua característica muito própria, apresentam-se tão irrisórios quanto significativos. Ou seja, são de uma reduzidíssima, para não dizer quase inexistente, dimensão na maior parte dos meses e apenas apresentam “picos” repentinos em setembro e outubro de cada ano, provavelmente relacionados

com campanhas agrícolas como as vindimas, mas mesmo aí representando, ainda de acordo com o já referido Livro Verde das Relações Laborais, qualquer coisa como 0,066% do número total dos vínculos laborais.

... as novas formas contratuais consagradas no Código do Trabalho para além da contratação a termo, certo ou incerto, e a pensar (também) no trabalho agrícola, e em particular no de carácter sazonal, não têm assumido praticamente qualquer expressão numérica ou estatística digna de registo.

tente...) “excessiva rigidez” dessa legislação laboral.

Basta atentar em que o contrato de trabalho de muito curta duração, nos termos do n.º 1 do já citado art.º 142º do Código do Trabalho, não exige sequer forma escrita e estipula apenas uma obrigação de comunicação à Segurança Social da sua celebração (ainda que mediante formulário eletrónico). E o contrato de trabalho intermitente, impondo-se embora a sua forma escrita, exige somente dois elementos (a identificação das partes e respetivos domicílios e a indicação do número anual ou de horas de trabalho ou de dias de trabalho a tempo completo).

Dir-se-á, porventura, que mesmo estas exigências, designadamente as de ordem formal, serão de difícil cumprimento por parte de trabalhadores e empre-

gadores, sobretudo individuais, e em particular dos caracterizados por fracos níveis de instrução.

Mas o certo é que aqueles requisitos legais se revelam indispensáveis para se procurar assegurar que

... requisitos legais que se revelam indispensáveis para se procurar assegurar que estas formas contratuais de acentuada temporalidade ou precariedade não sejam utilizadas de modo abusivo. E a questão essencial residirá, não na sua eliminação ou revogação, mas sim no asseguramento das condições mínimas indispensáveis para o seu cumprimento.

estas formas contratuais de acentuada temporalidade ou precariedade não sejam utilizadas de modo abusivo. E a questão essencial residirá, não na sua eliminação ou revogação, mas sim no asseveramento das condições mínimas indispensáveis para o seu cumprimento.

Por fim, importará ainda ter presente que, em 2014, todo o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca era constituído, segundo as estatísticas dos quadros de pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social citadas ainda e sempre no já referido Livro Verde das Relações Laborais, por 13 063 empresas, com 13 885 estabelecimentos e 59 974 pessoas ao serviço, das quais 54 661 eram trabalhadores por conta de outrem, numa média de 4,3 trabalhadores por estabelecimento.

Tudo isto representa que a esmagadora maioria das estruturas empresariais do setor agrícola são, de acordo com a classificação do art.º 100º do Código do Trabalho, microempresas e, por outro lado, que há ainda um número muito considerável de produtores em nome individual.

Há todavia que sublinhar igualmente que a situação de uma agricultura fundada na propriedade individual de um pequeno camponês ou até de uma micro ou pequena empresa agrícola, e baseada em trabalho essencialmente manual ou pelo menos com muito fraca incorporação tecnológica, tem vindo a sofrer alterações significativas, em particular nos últimos 10 anos, assistindo-se à concentração da propriedade em unidades empresariais bem maiores, à industrialização crescente de diversos setores e a uma progressiva adoção de novas tecnologias nas suas diversas áreas (desde a rega à fertilização dos solos, passando pela mobilização deste e pelo combate às doenças e pragas), com o

consequente aumento de produtividade e de competitividade de uma área crescente deste setor. Setor esse que, contudo, se caracteriza (ainda) por uma acentuada falta de juventude, pois que mais de 50% dos agricultores portugueses permanece tendo mais de 65 anos de idade.

O que tudo isto significa é que, apesar de tudo, estamos a falar de um setor da população, de uma forma geral, com pouca capacidade logística para compreender, dominar e aplicar correta e plenamente não apenas os institutos e instrumentos jurídicos que formal e abstratamente a lei lhes impõe ou disponibiliza, mas também toda a panóplia de requisitos, formais e substanciais, indispensáveis ao mais correto e preparado desenvolvimento da sua atividade. Desde a negociação e celebração de contratos de seguros e de financiamentos bancários, passando pela candidatura a programas de apoios e pela aquisição e manutenção de equipamentos mais adequados, até ao conhecimento das regras e procedimentos legalmente impostos,

designadamente em matéria de segurança e saúde no trabalho e de regras ambientais. Com o consequente recurso e, não raramente, a completa sujeição, técnica e/ou económica, a entidades terceiras, prestadoras de serviços nessas áreas.

Sendo em absoluto de rejeitar (até por já podermos ver hoje com bastante clareza onde elas nos conduziriam...) as teorias e as práticas de busca da produtividade e da competitividade com base na lógica essencial, para não dizer exclusiva, dos baixos “custos unitários do trabalho” – leia-se, dos salários de miséria... – e da fraude à lei (designadamente, com o uso de falsos recibos verdes para encobrir verdadeiros contratos de trabalho subordinado e com o recurso às formas do chamado trabalho informal, não declarado ou atípico, ou seja,

Há todavia que sublinhar igualmente que a situação de uma agricultura fundada na propriedade individual de um pequeno camponês ou até de uma micro ou pequena empresa agrícola ... tem vindo a sofrer alterações significativas ... com o consequente aumento de produtividade e de competitividade de uma área crescente deste setor.

desenvolvido por completo à margem da lei, senão mesmo ao trabalho escravo ou a ele equiparável), há assim que refletir seriamente sobre os caminhos que se impõe trilhar para assegurar uma estratégia de desenvolvimento assente no respeito pelos direitos de quem trabalha e no combate às lógicas da “lei da selva”, que sempre tendem, em particular em setores como este, a instalar-se, nomeadamente por via de processos de autêntico “dumping social” e de verdadeira concorrência desleal.

Antes de tudo o mais, porém, existe um conjunto de questões de base, cada vez mais incontornáveis, que configuram e condicionam fortemente a nossa realidade quotidiana e que, também na agricultura, não é possível continuar a preterir ignorar e silenciar. Trata-se, em especial, das seguintes questões:

1.^a Qual o papel estratégico que deve ser atribuído à agricultura (e também às pescas, por exemplo) num país como o nosso? Devem ou não tais setores estar essencialmente vocacionados para, antes de tudo, assegurarem a nossa autossuficiência, pode dizer-se mesmo a nossa soberania alimentar, garantindo à população portuguesa o abastecimento, em quantidade suficiente, dos alimentos básicos para a sua subsistência?

2.^a A chamada integração quer na União Europeia, quer no euro, facilita ou dificulta, ou até mesmo impossibilita, esse objetivo (já que a chamada Política Agrícola europeia tem assentado na lógica de que, no espaço europeu, a atividade e produção agrícolas são essencialmente para França, como a Pesca é para a Espanha e a Indústria para os países do Norte, sobretudo a Alemanha, reservando assim a Portugal o papel de um país do terciário,

sobretudo do Turismo e das prestações de serviços menos qualificadas)?

3.^a Em que é que pode e deve consistir a organização da produção agrícola nacional num país e num setor produtivo com as características que já acima se assinalaram, senão na associação dos produtores em estruturas cooperativas que permitam aos agricultores passarem a dispor da “massa crítica” logística e financeira suficiente para poderem aceder aos meios e equipamentos e aos serviços de que necessitam para o desenvolvimento da sua atividade?

Depois, impõe-se igualmente sublinhar que, não obstante todas as especificidades e todas as dificuldades inerentes, as relações de trabalho na agricultura devem, até por imperativo

constitucional, ser reguladas de forma correta e eficaz, de molde a se evitarem as práticas e as “estratégias de competitividade” assentes na fraude à lei e no desrespeito dos direitos fundamentais de quem trabalha neste setor.

Assim, e com tal objetivo, podem e devem ser devidamente ponderadas e adotadas as seguintes medidas:

1.^a Fiscalização efetiva (hoje em dia praticamente inexistente) por parte da ACT quanto à celebração e à existência de contratos de trabalho sem termo para todas as situações de preenchimento e satisfação de necessidades permanentes de trabalho.

2.^a Dinamização do recurso à contratação coletiva (entre associações sindicais dos assalariados agrícolas e as entidades empregadoras ou associações

... há assim que refletir seriamente sobre os caminhos que se impõe trilhar para assegurar uma estratégia de desenvolvimento assente no respeito pelos direitos de quem trabalha e no combate às lógicas da “lei da selva” ...

... não obstante todas as especificidades e todas as dificuldades inerentes, as relações de trabalho na agricultura devem, até por imperativo constitucional, ser reguladas de forma correta e eficaz ...

empresariais do setor) como forma de superar e atualizar os normativos fundamentais, e já muito desatualizados, ainda constantes da PRT de 1979; e, caso tal não se revele possível em tempo útil, elaboração (a título de garantia de condições mínimas) de uma nova PRT para a agricultura, definindo o respetivo regime jurídico-laboral nomeadamente quanto a “patamares mínimos de regulação” relativamente a remunerações, horários de trabalho, condições de segurança e saúde no trabalho, e também (questão esta hoje em dia particularmente relevante) de regime(s) de alteração dos locais de trabalho, tudo isto em termos que garantam o adequado equilíbrio entre as reais necessidades decorrentes da prestação e da especificidade da atividade em causa e a organização e estabilidade familiares, bem como a fixação das próprias populações.

3.^a Divulgação essencialmente pedagógica e ampliação da aplicação dos regimes de contratação temporária ou intermitente, mas apenas nos casos – que, ainda assim, são diversos e bastante amplos – em que se verifiquem os respetivos pressupostos legais.

4.^a Firme perseguição e sancionamento de todas as formas ilegais de contratação de trabalhadores e severa e contínua atuação contraordenacional e até criminal contra os responsáveis por situações de escravatura ou equiparadas a esta, ou de trabalho informal ou clandestino.

... e ... podem e devem ser devidamente ponderadas e adotadas as seguintes medidas ...

Fiscalização efetiva ...

Dinamização do recurso à contratação coletiva ...

Divulgação ... da aplicação dos regimes de contratação temporária ou intermitente ...

Firme perseguição e sancionamento de todas as formas ilegais de contratação de trabalhadores ...

Restrição (e fiscalização) do recurso a empresas prestadoras de serviços e empresas de trabalho temporário ...

5.^a Restrição (e fiscalização) do recurso a empresas prestadoras de serviços e empresas de trabalho temporário unicamente às situações em que tal

recurso tenha estrita justificação legal, bem como efetivo acionamento da “responsabilidade em cascata” das várias empresas envolvidas (contratantes e beneficiárias) nas matérias de responsabilidade, designadamente pelo pagamento das remunerações e pelo cumprimento das obrigações relativas à promoção e salvaguarda da segurança e saúde no trabalho.

Por fim, naturalmente que estas medidas, a nível essencialmente laboral, não poderão deixar de ser

ainda acompanhadas de outras, de natureza política, administrativa e até fiscal, como instrumentos de dinamização ao desenvolvimento da atividade agrícola, nomeadamente através não apenas do apoio organizativo – com serviços públicos de atendimento e apoio, próximos, disponíveis e eficazes, que ajudem ao preenchimento dos requisitos burocráticos atinentes aos diversos aspetos da atividade e ao próprio cumprimento das normas e regulamentos –, mas também de medidas de discriminação positiva em favor das estruturas e organizações que decidam fixar-se em áreas consideradas estrategicamente importantes, aí

levem a cabo atividade produtiva e criem postos de trabalho, contribuindo desse modo para o desenvolvimento daquela concreta

área geográfica e do país no seu conjunto e para o combate à desertificação e ao abandono das regiões mais interiores.

... discriminação positiva em favor das estruturas e organizações que decidam fixar-se em áreas consideradas estrategicamente importantes ...

Novos desafios ao trabalho na agricultura

PEDRO TORRES

Diretor da Multitempo – Grupo RHmais

Na última década, assistiu-se a uma crescente necessidade de aquisição de produtos e serviços a fornecer ao setor agrícola, fruto de uma especialização deste setor pelo aumento das exigências que vão desde os recursos humanos aos equipamentos, manutenção, utilização de tecnologias de ponta, entre outros. No recrutamento e seleção para o trabalho agrícola sazonal existe um elevado grau de exigência, no sentido de aferir a capacidade de desempenho dos recursos humanos, com vista a gerar uma produtividade qualitativa e quantitativa inerente e necessária a esta atividade.

Figura 1 – Objetivos da PAC 2014-2020



2013 nova reforma → PAC 2014-2020
objetivos:

- ❑ Estimular a competitividade da agricultura
 - ❑ Fomento da transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal
- ❑ Promover a inovação e o combate às alterações climáticas
 - ❑ Restauro, preservação e melhoria dos ecossistemas relacionados com a agricultura e a silvicultura
- ❑ Apoiar o crescimento e emprego em áreas rurais
 - ❑ Promoção da inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais

Fonte: Comissão Europeia – Agricultura e Desenvolvimento Rural

Em muitas das culturas atuais, a exportação dos produtos ganha primazia nas relações comerciais estabelecidas, não só pelo valor gerado mas também por o mercado nacional atual ser muito

pequeno para o volume de produção previsto. Existe um aumento da área global de cultivo nos últimos anos, essencialmente nos produtos frutícolas, hortícolas e olivícolas, visível na expansão de áreas em empresas já existentes e também no surgimento de novas explorações, na sua maioria apoiadas pelo “Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020”.

Este desenvolvimento e crescimento empresarial resultam na necessidade de gerar constantes evoluções nas diversas áreas de intervenção ligadas ao setor agrícola. De registar as inovações na robótica agrícola ligada à tecnologia de equipamentos e também na gestão dos recursos humanos, tão essenciais na organização das diferentes campanhas ao longo do ano civil.

Independentemente do tipo de cultura que se regista na exploração agrícola, a legislação laboral em vigor

Figura 2 – Robótica na agricultura



Fonte: Robotics & Automation News

CAIXA 1 – Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro

SECÇÃO IX

Modalidades de contrato de trabalho

Artigo 141.º

Forma e conteúdo de contrato de trabalho a termo

- 1 – O contrato de trabalho a termo está sujeito a forma escrita e deve conter:
 - a) Identificação, assinaturas e domicílio ou sede das partes;
 - b) Atividade do trabalhador e correspondente retribuição;
 - c) Local e período normal de trabalho;
 - d) Data de início do trabalho;
 - e) Indicação do termo estipulado e do respetivo motivo justificativo;
 - f) Datas de celebração do contrato e, sendo a termo certo, da respetiva cessação.
- 2 – Na falta da referência exigida pela alínea d) do número anterior, considera -se que o contrato tem início na data da sua celebração.
- 3 – Para efeitos da alínea e) do n.º 1, a indicação do motivo justificativo do termo deve ser feita com menção expressa dos factos que o integram, devendo estabelecer-se a relação entre a justificação invocada e o termo estipulado.
- 4 – Constitui contraordenação grave a violação do disposto na alínea e) do n.º 1 ou no n.º 3.

Artigo 142.º

Casos especiais de contrato de trabalho de muito curta duração

- 1 – O contrato de trabalho em atividade sazonal agrícola ou para realização de evento turístico de duração não superior a uma semana não está sujeito a forma escrita, devendo o empregador comunicar a sua celebração ao serviço competente da segurança social, mediante formulário eletrónico que contém os elementos referidos nas alíneas a), b) e d) do n.º 1 do artigo anterior, bem como o local de trabalho.
- 2 – Nos casos previstos no número anterior, a duração total de contratos de trabalho a termo com o mesmo empregador não pode exceder 60 dias de trabalho no ano civil.
- 3 – Em caso de violação do disposto em qualquer dos números anteriores, o contrato considera -se celebrado pelo prazo de seis meses, contando-se neste prazo a duração de contratos anteriores celebrados ao abrigo dos mesmos preceitos.

SUBSECÇÃO VI

Trabalho temporário

DIVISÃO I

Disposições gerais relativas a trabalho temporário

Artigo 172.º

Conceitos específicos do regime de trabalho temporário

Considera -se:

- b) Contrato de trabalho temporário, o contrato de trabalho a termo celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a prestar a sua atividade a utilizadores, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário;
- b) Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária, o contrato de trabalho por tempo indeterminado celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a prestar temporariamente a sua atividade a utilizadores, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário;
- c) Contrato de utilização de trabalho temporário, o contrato de prestação de serviço a termo resolutivo entre um utilizador e uma empresa de trabalho temporário, pelo qual esta se obriga, mediante retribuição, a ceder àquele um ou mais trabalhadores temporários.

que regulamenta a contratação de recursos humanos tem vindo a evoluir no sentido de cada vez mais possibilitar aos agricultores contratarem estes recursos estritamente para as suas necessidades, decorrentes da sazonalidade das culturas e ciclo de campanha anual. Por exemplo, a legislação em vigor permite contratos a termo para as campanhas desde 1 dia a 12 meses, conforme descrito nos artigos específicos do Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro (ver Caixa 1).

Desta forma, a legislação vigente determina que não se podem realizar indiscriminadamente contratos de prestação de serviços / *outsourcing* para as diferentes campanhas anuais, nomeadamente para tarefas de colheita, estando muito bem identificados os casos em que se pode realizar este tipo de parcerias, dos quais se destacam:

... a legislação laboral em vigor que regulamenta a contratação de recursos humanos tem vindo a evoluir no sentido de cada vez mais possibilitar aos agricultores contratarem estes recursos estritamente para as suas necessidades, decorrentes da sazonalidade das culturas e ciclo de campanha anual.

- Faturação de um produto ou serviço final que engloba vários fatores que não só a mão-de-obra;
- Empresa prestadora do serviço pode realizá-lo nas instalações do cliente, mas com os seus próprios meios e mecanismos independentes;
- Supervisão do serviço para a concretização final do contratado não pode envolver a estrutura do cliente.

Também nos contratos a termo de trabalho temporário existe a necessidade de controlar os direitos e deveres de produtores e trabalhadores, sendo um exemplo a publicação da Lei n.º 28/2016 de 23 de agosto. Esta alteração ao Código do Trabalho, conforme nota informativa seguinte, legisla o regime jurídico das Empresas de Trabalho Temporário e Agências Privadas de Emprego:

Nota informativa sobre a alteração ao Código de Trabalho (Lei n.º 28/2016 de 23 de agosto)

A Lei n.º 28/2016, que entra hoje em vigor e foi publicada em Diário da República a 23 de agosto, promove a alteração ao Código do Trabalho, à Lei da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (Lei n.º 102/2009, de 10-9) e ao Decreto-Lei do Regime Jurídico das Empresas de Trabalho Temporário e Agências Privadas de Emprego (DL 260/2009, de 25-9).

As alterações preconizadas têm, essencialmente, a ver com o regime de responsabilização das empresas de trabalho temporário e das empresas utilizadoras, no que respeita a créditos salariais e encargos sociais, bem como a coimas. Não tendo havido mais alterações no regime do trabalho temporário definido até então.

Assim, veio a lei, com esta alteração, alargar a responsabilidade pelos eventuais créditos emergentes da relação de trabalho temporário, a favor do trabalhador, aos gerentes, administradores e diretores da empresa utilizadora, bem como aumentar o prazo daquela responsabilização.

O art.º 174º do Código do Trabalho, que tem por epígrafe “Casos especiais de responsabilidade da empresa de trabalho temporário ou do utilizador”, manteve a redação anterior, no seu n.º 1, da responsabilidade solidária da empresa utilizadora com a empresa de trabalho temporário pelos créditos do trabalhador, emergente do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação, relativos aos últimos três anos, bem como pelos encargos sociais correspondentes, quando aquela tenha celebrado contrato de utilização de trabalho temporário com empresa de trabalho temporário não licenciada.

O n.º 2 do citado artigo foi alterado, passando a ter a seguinte redação:

«2 – A empresa de trabalho temporário e o utilizador de trabalho temporário, bem como os respetivos gerentes, administradores ou diretores, assim como as sociedades que com a empresa de trabalho temporário ou com o utilizador se encontrem em relação de participações recíprocas, de domínio ou de grupo, são subsidiariamente responsáveis

pelos créditos do trabalhador e pelos encargos sociais correspondentes, assim como pelo pagamento das respectivas coimas.»

A diferença aqui (em relação à anterior redação do n.º 2, que responsabilizava o utilizador pelos créditos dos trabalhadores, e encargos sociais, relativos aos 12 primeiros meses de trabalho) passa não só a estender a responsabilização a administradores, gerentes e diretores das empresas – de trabalho temporário e utilizadora –, mas também, e em relação ao utilizador, já não se circunscreve a um ano – aos primeiros 12 meses. A responsabilidade vai abranger ainda as sociedades que sejam parte do mesmo grupo, ou detenham participações recíprocas, da empresa de trabalho temporário e da empresa utilizadora.

A primeira alteração abrange, como responsáveis, os administradores, gerentes e diretores das empresas (não será tanto o facto de passar a ser incluída aqui a empresa de trabalho temporário, pois a sua responsabilidade pelos créditos e encargos sociais já derivava do facto de ser entidade empregadora); a segunda, porquanto, vai passar, com esta figura, a responsabilizar igualmente as entidades utilizadoras. Sabe-se que, muitas vezes, pode existir essa ligação nos contratos de trabalho temporário em que a empresa utilizadora é do mesmo grupo, ou tem ligações societárias, com a empresa de trabalho temporário.

Nesta alteração ao n.º 2 do art.º 174º, acrescenta-se que aquela responsabilidade solidária se estende também ao pagamento de coimas – valendo aqui as considerações atrás feitas (e sendo certo que, aqui, a responsabilidade dos gerentes, administradores ou diretores pelo pagamento da coima já estava prevista no art.º 551º, n.º 3 do CT).

Na alteração ao art.º 551º do Código do Trabalho, a nova redação do n.º 4 passou a responsabilizar pelo pagamento de coimas o contratante, bem como o proprietário da obra, empresa ou exploração agrícola, os respetivos administradores, gerentes e diretores, e também as empresas associadas (nos mesmos termos que o anterior: participações recíprocas, de domínio ou de grupo) pelas violações das normas do subcontratante e pagamento das respetivas coimas (antes a responsabilidade era apenas do contratante, cingindo-se às contra ordenações muito graves).

No mesmo sentido, a alteração ao art.º 102/2209, com o aditamento – que passa a responsabilizar, além das entidades que com a empresa de trabalho temporário ou a prestação de serviços (assim como a responsabilidade pelo pagamento das coimas resultam), a alteração ao art.º 5 ao mesmo, as empresas utilizadoras de trabalho temporário quanto a seguros de acidentes contribuições à segurança de trabalho temporário não de trabalho, ou não liquidar social, a empresa utilizadora tenham relações societárias) ponder, solidariamente, pelo

... cabe às empresas utilizadoras de trabalho temporário, na medida em que passam a ter mais responsabilidade no que respeita ao cumprimento das obrigações legais por parte da empresa de trabalho temporário, serem mais assertivas na seleção das empresas de trabalho temporário que elegem como seus parceiros.

Criam-se, assim, mecanismos legais para afastar do mercado empresas que não tenham enquadramento legal para o exercício da atividade e não cumpram com as obrigações legais.

ração ao art.º 16º da Lei n.º de um novo número – n.º 5 solidariamente, pela violação e saúde no trabalho todas as que recorre ao trabalho temporário tenham relações socializar essas entidades pelo tantes dessas violações).

art.º 13º da Lei n.º 260/2009, responsabilidade das empresas de trabalho temporário pelos eventuais de trabalho temporário tes de trabalho e pagamento social. Assim, se a empresa tiver seguro de acidentes as obrigações à segurança (e as empresas que com esta podem ser chamadas a res- incumprimento daquela.

Em conclusão, com estas alterações, cabe às empresas utilizadoras de trabalho temporário, na medida em que passam a ter mais responsabilidade no que respeita ao cumprimento das obrigações legais por parte da empresa de trabalho temporário, serem mais assertivas na seleção das empresas de trabalho temporário que elegem como seus parceiros.

Criam-se, assim, mecanismos legais para afastar do mercado empresas que não tenham enquadramento legal para o exercício da atividade e não cumpram com as obrigações legais.

Fonte: Gabinete Jurídico do Grupo RHmais

Atualmente, existe uma grande falta de mão-de-obra disponível para as operações agrícolas de uma forma geral, seja de trabalhadores nacionais seja de trabalhadores estrangeiros com habilitação legal para poderem laborar no nosso país. Neste sentido, tornou-se essencial nos últimos

... existe uma grande falta de mão-de-obra disponível ... seja de trabalhadores nacionais seja de trabalhadores estrangeiros com habilitação legal para poderem laborar no nosso país. Neste sentido, tornou-se essencial nos últimos anos a criação de mecanismos legais que permitam a entrada de estrangeiros em Portugal de forma controlada ...

anos a criação de mecanismos legais que permitam a entrada de estrangeiros em Portugal de forma controlada, tendo sido recentemente publicada a legislação que consta da Caixa 2.

Uma das grandes oportunidades na gestão dos recursos humanos, de forma a

CAIXA 2 – Lei n.º 59/2017 de 31 de julho

Quarta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à quarta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, alterada pelas Leis n.º 29/2012, de 9 de agosto, que a republicou, 56/2015, de 23 de junho, e 63/2015, de 30 de junho.

Artigo 2.º

Alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho

Os artigos 88.º, 89.º e 135.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, alterada pelas Leis n.º 29/2012, de 9 de agosto, 56/2015, de 23 de junho, e 63/2015, de 30 de junho, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 88.º

[...]

1 –

2 – Mediante manifestação de interesse apresentada através do sítio do SEF na Internet ou diretamente numa das suas delegações regionais, é dispensado o requisito previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 77.º, desde que o cidadão estrangeiro, além das demais condições gerais previstas naquela disposição, preencha as seguintes condições:

a) Possua um contrato de trabalho ou promessa de contrato de trabalho ou tenha uma relação laboral comprovada por sindicato, por representante de comunidades migrantes com assento no Conselho para as Migrações ou pela Autoridade para as Condições do Trabalho;

b) Tenha entrado legalmente em território nacional;

c) Esteja inscrito na segurança social, salvo os casos em que o documento apresentado nos termos da alínea a) seja uma promessa de contrato de trabalho.

3 – (Revogado.)

4 –

5 –

Artigo 89.º

[...]

1 –

2 – Mediante manifestação de interesse apresentada através do sítio do SEF na Internet ou diretamente numa das suas delegações regionais, é dispensado o requisito previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 77.º, desde que o cidadão estrangeiro tenha entrado legalmente em território nacional.

3 –

*Artigo 135.º**Limites à expulsão*

1 – Não podem ser afastados coercivamente ou expulsos do País os cidadãos estrangeiros que:

- a) Tenham nascido em território português e aqui residam;*
- b) Tenham efetivamente a seu cargo filhos menores de nacionalidade portuguesa a residir em Portugal;*
- c) Tenham filhos menores, nacionais de Estado terceiro, residentes em território português, relativamente aos quais assumam efetivamente responsabilidades parentais e a quem assegurem o sustento e a educação;*
- d) Se encontrem em Portugal desde idade inferior a 10 anos e aqui residam.*

2 – O disposto no número anterior não é aplicável em caso de suspeita fundada da prática de crimes de terrorismo, sabotagem ou atentado à segurança nacional ou de condenação pela prática de tais crimes.”

*Artigo 3.º**Norma revogatória*

É revogado o n.º 3 do artigo 88.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, alterada pelas Leis n.º 29/2012, de 9 de agosto, 56/2015, de 23 de junho, e 63/2015, de 30 de junho.

Aprovada em 23 de junho de 2017.

O Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues

Promulgada em 20 de julho de 2017.

Publique-se.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa

Referendada em 24 de julho de 2017.

O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa

solucionar as necessidades temporárias dos produtores ao longo do período das suas campanhas agrícolas anuais, está na diversificação dos produtos de forma a complementar a necessidade de mão-de-obra durante o ano civil. Um exemplo a que cada vez se assiste mais é o agricultor que produz frutícolas também ter hortícolas, ou o produtor de olivícolas também ter vitivinícolas, e aqui o papel das empresas é fundamental para agrupar vários produtores por região, de forma a conseguir manter uma estabilidade contratual anual aos trabalhadores.

O Grupo RHmais é um grupo empresarial integrador de serviços de gestão e desenvolvimento de recursos humanos, presente no mercado desde 1987, que atua nas áreas de recrutamento e seleção, formação, consultoria, outsourcing, handling e gestão de trabalho temporário em diferentes setores, tais como serviços, logística, distribuição, agricultura e indústria, entre outros. O Grupo RHmais é atualmente constituído por três empresas: RHmais – Organização e Gestão de Recursos Humanos, SA; Multitempo – Empresa de Trabalho Temporário, Lda.; e Multitempo – Serviços, Unipessoal, Lda.

OBSERVATÓRIO

CULTIVAR

Fig. *FORMAR PELA INSTRUÇÃO, DESENVOLVER.*

A nova geração de empregos qualificados na agricultura

PEDRO SANTOS

CONSULAI - Consultoria Agroindustrial

Não sendo um especialista na área dos recursos humanos, este é um daqueles temas que é transversal a todo o setor, cuja importância tem sido crescente ao longo dos últimos anos e sobre o qual há uma atenção especial. Enquanto empresário da área da consultoria, sinto estas questões de forma muito regular e na qualidade de dirigente da Associação *Alumni* do Instituto Superior de Agronomia acompanho outras vertentes da mesma questão.

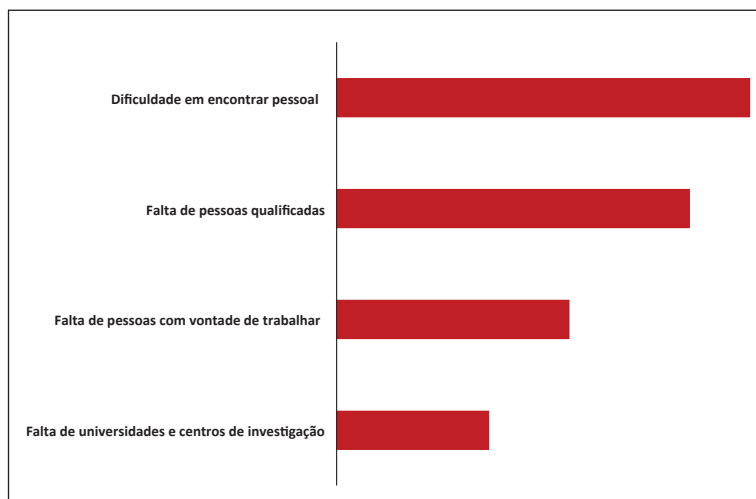
Ainda recentemente, numa reunião de reflexão sobre o setor com um grupo restrito de empresários, a questão do emprego qualificado da nova geração foi apontada como uma das questões prioritárias para as empresas.

Por isso, respondi positivamente ao desafio lançado pela CULTIVAR e procurarei dar uma visão pragmática do tema, resultado da discussão com diferentes agentes do setor e de questionários que tive oportunidade de fazer junto de empregadores do setor e de recém-empregados.

A importância dos recursos humanos nas empresas do setor não se resume apenas ao peso que tem em termos de custos para as empresas – que no caso das culturas mais intensivas chega a representar mais de 50% dessa estrutura de custos – mas,

e de forma cada vez mais marcada, à capacidade de ter pessoas altamente qualificadas e de reter esse talento nas empresas, muitas vezes localizadas em zonas rurais menos atrativas para as novas gerações. Os empresários do setor têm muito presente a importância de ter boas pessoas nas empresas e o custo que representa a eventual perda das mesmas. É, sem sombra de dúvidas, um dos temas mais relevantes para o desenvolvimento de muitos negócios, com implicações diretas na competitividade das empresas e na sua capacidade de responderem a novos desafios e de se adaptarem a novas realidades. No inquérito feito aos empregadores, as três principais dificuldades apontadas estão relacionadas com a dificuldade em encontrar pessoal (situação esta que condiciona muito o desenvolvimento de culturas mais intensivas em mão-de-obra), a falta de pessoas qualificadas e a dificuldade em encontrar pessoas com vontade de trabalhar (Figura 1). Estas são preocupações diárias de muitas das empresas do setor, quer ao nível da produção quer da transformação.

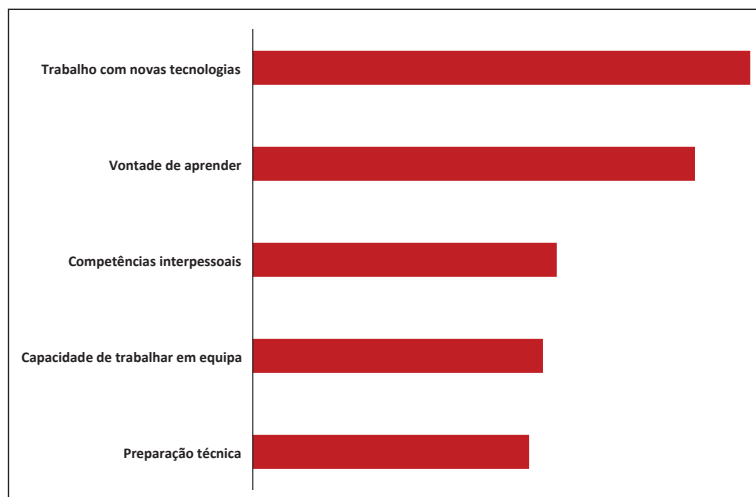
Para além disso, os modelos de organização do trabalho promovem, em muitos casos, a necessidade de recorrer à externalização na prestação de serviços especializados e ao aumento da especialização, assim como a exigência de muitos serviços com-

Figura 1. Principais dificuldades apontadas pelos empregadores do setor

plementares à atividade produtiva (banca, seguros, consultoria, rega, sanidade, mercados, trabalhos agrícolas,). Em muitos desses serviços existe uma forte componente tecnológica, para a qual a nova geração está mais preparada. Esta geração está a chegar ao mercado de trabalho com um posicionamento diferente de gerações anteriores, o que conduz a que as empresas tenham de alterar algumas estratégias ligadas à gestão dos recursos humanos.

seniores e posições de liderança. Em Portugal, os *millennials* representam cerca de 23% da população total ativa (dados INE) e, aproximadamente, 32% da população empregada. Esta nova geração é considerada a mais bem preparada de sempre, em muitos casos com experiências (de formação ou trabalho) no estrangeiro, com um conjunto de contactos espalhados pelo mundo, com grande ligação a redes sociais e, por isso, com uma vida global e digital.

Apesar de serem manifestamente a geração mais qualificada (muitos têm mestrados obtidos nas melhores universidades com boas classificações, tendo também experiência internacional), são também a que tem registado salários mais baixos e maior instabilidade laboral. Aparentemente fizeram tudo bem, mas chegam ao mercado de trabalho e a sua expectativa salarial não ultrapassa os 1 000 euros, muitas vezes a recibos verdes.

Figura 2. Perceção dos empregadores face à nova geração empregada

A geração *millennial* (jovens nascidos entre 1983 e 2000, que têm atualmente entre 17 e 34 anos) representa uma parcela importante da força de trabalho atual, e futura, e muitos deles já ocupam cargos

Os empregadores reconhecem que esta nova geração tem grandes aptidões para trabalhar com novas tecnologias e tem vontade de aprender (Figura .2), mas revelam maior dificuldade em reconhecer que os mesmos tenham algumas das competências mais relevantes para as suas atividades, nomeadamente as competências interpessoais, a capacidade de trabalhar em equipa ou a própria preparação técnica.

Por isso, compreender as expectativas desta nova geração constitui

um dos principais desafios das empresas no que diz respeito à gestão do seu pessoal, em particular na captação, retenção e desenvolvimento de talentos.

Muito recentemente, foi publicado o estudo “*Millennials @ Work: expetativas sobre as empresas e lideranças em Portugal*”, pelo BCSD Portugal, pela Deloitte e pela Sonae¹, em que se procurou conhecer em maior detalhe os *millennials* que se encontram a trabalhar em Portugal, com vista a permitir que as organizações renovem as suas políticas e práticas de gestão de pessoas ao longo do ciclo de vida do colaborador. Nesse estudo é possível concluir que esta nova geração:

- Privilegia ter novas experiências e novos desafios ao longo da sua carreira, pelo que não pretendem ter um emprego para a vida;
- Ambiciona o equilíbrio entre vida pessoal e profissional;
- Valoriza um trabalho com significado, onde existam oportunidades de crescimento, desenvolvimento e aplicação das suas competências e talento;
- Ambiciona assumir posições de liderança;
- Gostaria de usufruir de condições de trabalho mais flexíveis, tendo maior liberdade para gerir os seus próprios horários e local de trabalho;
- Gostaria que as organizações, no geral, passassem a incluir outros objetivos nas suas agendas para além dos objetivos financeiros;
- Valoriza os temas da sustentabilidade e da ética das organizações.

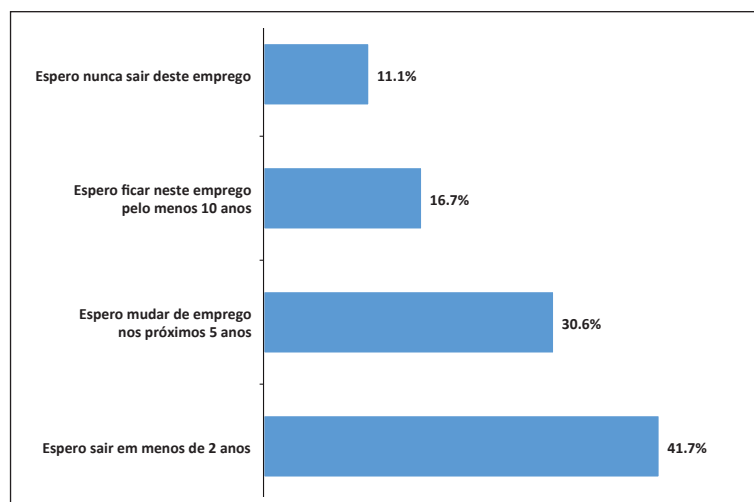
Apesar de se tratar de um estudo abrangente (cerca de 2 500 entrevistados), não se focaliza em nenhum setor em particular e tem muitas respostas cuja adequação ao setor primário é discutível. Por isso, a

análise e os dados que serão posteriormente apresentados baseiam-se numa avaliação feita com respostas a inquéritos a empregadores e a *millennials* empregados do setor agrícola, florestal e agroalimentar.

Expetativas gerais de futuro

Esta nova geração procura novas oportunidades e novas experiências profissionais, sendo expetável que tenham diferentes empregos ao longo das suas carreiras. Na análise feita, mais de 70% dos inquiridos espera ficar menos de 5 anos no atual emprego, e apenas 11% dos inquiridos tem a expetativa de se manter nesse emprego para sempre (Figura 3).

Figura 3. Expetativa de permanência no atual emprego por parte dos *millennials* do setor



O “ciclo de vida” destes colaboradores na mesma empresa, apesar de tender a ser mais reduzido, ganha uma nova configuração e deve ser gerido segundo um novo paradigma. Em muitos casos, a expetativa destes colaboradores, sobretudo os que gostam do que fazem e de onde estão, passa por poderem sair com a possibilidade de voltar no futuro, trazendo conhecimento e novas experiências. Em muitas empresas do setor primário, este posicionamento causa muitas dificuldades pelo elevado custo da formação interna dos quadros, pelo que a retenção de talento se torna um assunto sobre o qual vale a pena refletir.

¹ <http://www.bcsdportugal.org/noticias/millennialswork-expetativas-sobre-as-empresas-e-liderancas-em-portugal>

A maioria dos inquiridos considera importante ou muito importante tornar-se líder durante a sua carreira ou área de especialidade (Figura 4); esse aspeto é sobretudo mais marcado naqueles que já trabalham há mais de 5 anos na mesma empresa. Apesar disso, e de uma forma generalizada, têm consciência de que ainda não possuem as competências interpessoais associadas à liderança. Esta ambição de muitos destes profissionais é, por si só, um desafio para inúmeras organizações que necessitam, em muitos casos com o envolvimento dos próprios, de criar oportunidades de crescimento das pessoas. Este é um ponto muito sensível em empresas agrícolas familiares em que os cargos de liderança acabam por estar alocados, quase sempre, aos elementos da família.

A escolha do emprego

Relativamente a este ponto, foram colocadas questões semelhantes para os empregadores e para os *millennials* empregados. É curioso perceber a perceção distinta que existe.

Do lado desta nova geração, e como apresentado na Figura 5, os fatores mais relevantes na escolha de um emprego são a satisfação pessoal, medida essencialmente pela capacidade de conciliar a vida pessoal e profissional, e a possibilidade de progressão na carreira. Só em terceiro lugar aparece o pacote salarial. Do ponto de vista dos empregadores, considera-se que as expectativas principais destes *millennials* são o pacote salarial apresentado e o reconhecimento e solidez da organização (Figura 6).

Figura 4. Expetativa de assumir cargos de liderança no futuro

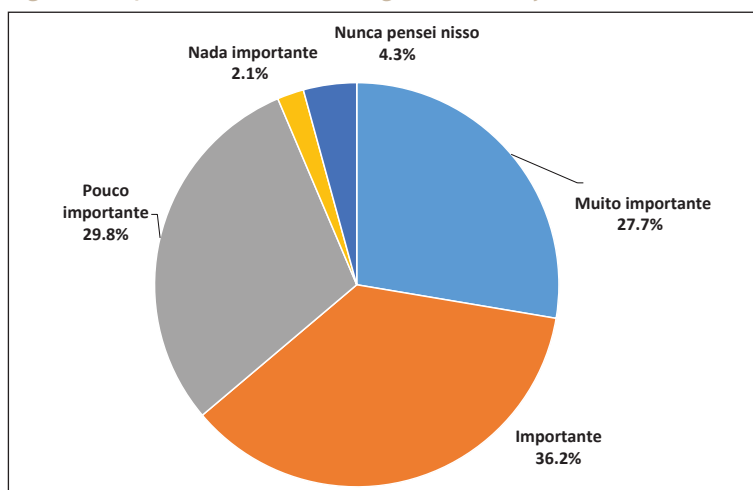
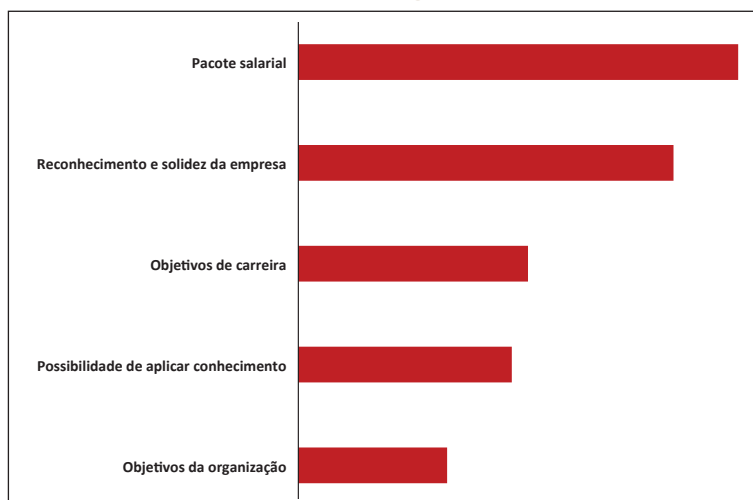


Figura 5. Aspetos mais valorizados pelos millennials na escolha do emprego



Figura 6. Aspetos que os empregadores consideram mais valorizados pelos millennials na escolha do emprego



O pacote salarial, não sendo o fator mais relevante no momento da escolha do emprego, tende a ser um importante fator de retenção e o aspecto que mais contribui para a vontade de mudar expressa pelos *millennials*.

Grau de satisfação atual

No questionário realizado, foi possível apurar qual o grau de satisfação dos *millennials* empregados no setor, tendo sido valorizados sobretudo as oportunidades de aprendizagem, a possibilidade de aplicar os conhecimentos, a variedade de experiências que têm e o reconhecimento por parte da organização relativamente às tarefas desempenhadas (Figura 7).

A mesma pergunta feita aos empregadores, relativamente aos *millennials* que têm empregados, revela que a percepção é similar, apesar de ser mais desvalorizado o reconhecimento por parte da organização.

Para além disso, é curioso verificar que o pacote salarial é visto como o aspecto com menor grau de satisfação por parte dos empregados e percebido como tal por parte dos empregadores (Figura 8).

Desafios para as organizações

Esta nova geração coloca desafios novos à gestão das empresas e pode conduzir a ajustes nas práticas e nas políticas de cada organização, para responder a uma nova forma de estar e de pensar. Algumas destas alterações implicam mudanças de fundo nas organizações, mas outras passam por ajustar pequenos detalhes na forma de relacionamento com esta nova geração.

Figura 7. Grau de satisfação dos *millennials*, no emprego atual



Figura 8. Grau de satisfação dos *millennials*, no emprego atual, na ótica dos empregadores



Desde logo, é fundamental que as organizações criem uma perspetiva de médio-longo prazo para os seus colaboradores, introduzindo oportunidades para o crescimento dos mesmos na organização e para o desenvolvimento das suas competências técnicas e interpessoais. Outra questão, que é referida recorrentemente pelos empregados, está relacionada com o acompanhamento que existe na saída de colaboradores, garantindo que as pessoas saem satisfeitas e que serão “embaixadores” da organização no local para onde forem.

De qualquer forma, e tendo por base o conhecimento de várias empresas, podem ser implemen-

tadas algumas estratégias interessantes e com impacto, como sejam:

- Definir um plano de carreira e um programa de formação desafiante e adaptado ao perfil de cada colaborador;
- Criar uma lógica de mentoria, aproximando atuais e futuros líderes internos e preparando a sucessão na empresa;
- Promover a delegação e a autonomia dos trabalhadores, dando responsabilidade e as condições necessárias para que esta nova geração possa aplicar e desenvolver o seu talento, conhecimento e competências;
- Apostar numa cultura de *feedback* numa base regular e de forma construtiva;
- Disseminar a cultura da organização, utilizando estratégias simples de comunicação interna e promovendo eventos e iniciativas que ajudem a consolidar os valores e o propósito da organização;
- Valorizar o compromisso dos colaboradores, não só em termos de compensação monetária, mas

também na promoção do equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal;

- Partilhar, de forma sistemática, os resultados da organização a vários níveis, e não apenas os resultados financeiros;
- Implementar uma estratégia de sustentabilidade, que envolva todos os colaboradores e que ajude a dar mais sentido ao trabalho do dia-a-dia.

A maioria destas ações são aparentemente simples, mas na prática (e sei bem que sim!) acabam por ser muitas vezes difíceis de implementar. Na grande maioria das organizações, independentemente da sua dimensão, estes assuntos estão em cima da mesa há muito tempo. No entanto, a entrada desta geração *millennials* no mercado de trabalho leva a que se tornem prioritários.

O emprego qualificado no setor irá certamente aumentar nos próximos anos, o que será fundamental para responder ao desafio de acrescentar valor à produção nacional e à crescente internacionalização dos produtos. Esta nova geração será a chave para responder a este desafio.

Questões da agricultura – promoção do trabalho digno

EQUIPA DE ECONOMIA RURAL, DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SETORIAIS

OIT - Organização Internacional do Trabalho, Genebra, Suíça

(por intermédio do escritório da OIT em Lisboa, Mafalda Troncho e Fernando Sousa Jr.)

Tendências globais na agricultura

Mais de mil milhões de pessoas, cerca de um terço da mão-de-obra mundial, trabalham no setor agrícola. Embora a respetiva percentagem no emprego total tenha caído de 41,2% para 28,6% nas duas últimas décadas, a agricultura continua a ser o principal pilar de muitos países de baixo rendimento, representando 60% do emprego no conjunto dos países menos desenvolvidos e, em alguns desses países, contribuindo com até dois terços do Produto Interno Bruto (PIB).

A agricultura nos países em desenvolvimento é importante sobretudo devido à dimensão do setor e ao grande número de pessoas que dela dependem para a sua subsistência. No entanto, em muitos destes países, o emprego agrícola é caracterizado por um grande défice de trabalho digno, não garantindo níveis adequados de rendimento e de meios de subsistência sustentáveis. Na verdade, taxas mais elevadas de emprego agrícola estão associadas a taxas mais elevadas de pobreza extrema, com os trabalhadores agrícolas a sofrerem em muitos países a mais alta incidência de pobreza. Estes estão, frequentemente, entre os grupos de trabalhadores socialmente mais vulneráveis, com

acesso limitado ou desprovidos de acesso a segurança e proteção social. Os mais recentes dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que a maioria dos trabalhadores em situação de extrema pobreza está na agricultura. Em termos de taxas de pobreza, um quarto dos trabalhadores do setor encontra-se em estado de pobreza extrema.¹ Além disso, a maioria das crianças a trabalhar (dos 5 aos 17 anos de idade) encontra-se nas zonas rurais, sobretudo na agricultura, pescas e silvicultura, que representam 71% de todo o trabalho infantil, ou seja, mais de 108 milhões de crianças em termos absolutos.² Também o trabalho forçado é prevacente na agricultura, juntamente com atividades económicas como a construção, a exploração mineira, o trabalho doméstico e a indústria transformadora. A agricultura continua a ser a principal fonte de emprego para as mulheres em países de baixo rendimento e de baixo-médio rendimento. No sul da Ásia e na África subsaariana, mais de 60% de todas as mulheres trabalhadoras continuam na agricultura, muitas vezes concentradas em ativida-

¹ OIT: *World Economic and social Outlook 2016: Transforming Jobs to End Poverty*, (Genebra 2016), p. 15

² OIT: *Global estimates of child labour: Trends and Results 2012-2016*, (Genebra 2017), p. 9

des intensivas em tempo e mão-de-obra, que ou não são remuneradas ou são mal remuneradas.³

Embora a partir da década de 1980 a agricultura e o desenvolvimento rural tenham recebido pouca atenção dos decisores políticos e dos doadores, ressurgiram na agenda das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais na década de 2000, principalmente devido ao impacto do aumento do preço dos alimentos. O importante papel da agricultura na redução da pobreza foi trazido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Com mais de 80% dos casos de pobreza extrema ou moderada nos países em desenvolvimento e emergentes a ocorrerem em zonas rurais e dois terços dos mais pobres a trabalharem na agricultura, não será possível alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sem uma forte aposta no desenvolvimento rural e nos meios de subsistência em zonas rurais. Isto aplica-se particularmente aos países menos desenvolvidos, onde a maioria das pessoas se dedica à agricultura e onde, apesar da rápida urbanização, em 2050 metade da população continuará a residir em zonas rurais.

Os dados sugerem que o crescimento agrícola provocado pelo crescimento da produtividade do trabalho pode ter um impacto particularmente positivo na segurança alimentar e, consequentemente, na redução da pobreza e da fome.⁴ O sucesso económico de muitos países em desenvolvimento - por exemplo, no Sudeste Asiático - tem por base um desenvolvimento agrícola e rural a favor dos mais pobres. Nestes países, as alterações ao crescimento agrícola nos anos 70 e 80 do século passado revelaram uma associação direta e significativa com a redução da pobreza.⁵ Segundo um estudo do Banco Mundial, cada aumento de 1% no rendimento agrí-

cola *per capita* reduz o número de pessoas a viver em pobreza extrema entre 0,6% e 1,8%.⁶

O crescimento agrícola tem efetivamente um potencial significativo de contribuição para o crescimento noutros setores económicos, mais do que a indústria ou os serviços, e não só a jusante (com uma produção agrícola crescente a fornecer matérias-primas para a transformação e a reduzir o custo dos alimentos, contribuindo assim para aumentar a competitividade da indústria), mas também a montante (com uma população agrícola cada vez mais próspera a constituir uma fonte crescente de procura de fatores de produção agrícola e de bens de consumo produzidos localmente). Neste contexto, o crescimento do setor agrícola não só tem um impacto positivo na segurança alimentar e no rendimento e emprego do setor agrícola, mas também estimula a criação e a expansão de novas atividades não-agrícolas geradoras de rendimento para a economia rural. Para que isso aconteça, a natureza do crescimento económico tem de mudar, o que implica: ampliar a base produtiva e aumentar a diversificação (e a sofisticação) da produção e do comércio; melhorar a produtividade agrícola que beneficia os mais pobres; promover a transição do setor agrícola para atividades mais lucrativas e melhores condições de trabalho fora da agricultura.

Principais desafios em matéria de trabalho digno no setor agrícola

A agricultura, e a economia rural em geral, tem um significativo potencial de criação de trabalho digno e produtivo, assim como de prosperidade. Aproveitar esse potencial é essencial para conseguir um desenvolvimento sustentável e obter crescimento económico. Atualmente, porém, em muitas economias em desenvolvimento e emergentes, a agricultura e as zonas rurais em que ela sobretudo ocorre

³ OIT: *Women at Work. Trends 2016* (Genebra, 2017) p. xiii

⁴ OIT: "Why Agriculture Still Matters" in *World Employment Report 2004-05* (Genebra, 2005)

⁵ Lee: "The Role of Agriculture in Developing Countries" (manuscrito inédito) (Genebra, OIT, 2013)

⁶ D. Henley: "The Agrarian Roots of Industrial Growth: Rural Development in South-East Asia and sub-Saharan Africa," in *Development Policy Review*, 2012, Vol. 30 (s1), pp. 25-47

estão longe de conseguir realizar esse potencial. A dura realidade que enfrentam é o resultado de uma série de fatores, incluindo instituições do mercado de trabalho fracas; aplicação da lei e inspeção do trabalho ineficazes; falta de sensibilização e de mecanismos em matéria de direitos; ambiente pouco adequado ao desenvolvimento empresarial e prevalência da informalidade. A situação é ainda exacerbada por infraestruturas deficientes e acesso limitado a serviços, incluindo educação e cuidados de saúde. Estes desafios, alguns dos quais são adiante descritos com mais pormenor, exigem uma atenção especial se quisermos encontrar uma solução sustentável para a pobreza em meio rural.

Segurança e saúde no trabalho (SST)

A agricultura é um dos setores mais perigosos da economia e está associada a uma alta incidência de doenças profissionais e acidentes de trabalho relacionados com as condições de segurança e saúde no trabalho e à exposição a agroquímicos. A OIT estima que cerca de 170 mil trabalhadores agrícolas morrem todos os anos, o que significa que correm o dobro do risco de morrer no trabalho, quando comparados com os trabalhadores de outros setores. E milhões de outros trabalhadores agrícolas sofrem também lesões em acidentes de trabalho envolvendo máquinas agrícolas, ou envenenamento por pesticidas e outros agroquímicos.

O trabalho agrícola é, por natureza, fisicamente exigente e árduo, e o risco de acidentes é muitas vezes ampliado pela fadiga, pelo terreno difícil, pela exposição a condições climáticas extremas ou a animais selvagens, ou pelas más condições de saúde, resultantes das condições de trabalho e de vida prevalentes na maioria das economias remotas e rurais. A pressão para trabalhar mais depressa ou para colher maiores quantidades aumenta ainda mais o risco de acidentes. Além disso, muitos trabalhadores agrícolas são especificamente excluídos das leis nacionais de proteção do trabalho, como as que determinam salários mínimos, horário máximo de trabalho, baixa por doença remunerada e segurança social.

No entanto, todos os trabalhadores agrícolas, independentemente de serem trabalhadores temporários, sazonais ou migrantes, e do seu estatuto legal e género, têm o direito de trabalhar em condições adequadas de segurança e saúde. A Convenção n.º 184 da OIT, sobre Segurança e a Saúde na Agricultura, poderá ajudar os países nos seus esforços para criarem um setor agroalimentar sustentável. No entanto, até agora a Convenção foi apenas ratificada por 16 países. Desenvolver e aplicar uma política de SST que abranja todos os setores da economia rural, promovendo uma cultura preventiva ao nível setorial e nas explorações agrícolas, e sensibilizar as pessoas para os importantes benefícios da implementação de práticas de trabalho seguras são ações fundamentais para promover a sustentabilidade do setor agrícola. Além dos programas de formação, isso deve implicar o acesso à informação e ao conhecimento de todos os aspetos da saúde e da segurança na produção agrícola, incluindo o impacto da utilização de produtos químicos, assim como instrumentos legais, serviços de saúde e outros mecanismos mais amplos disponíveis para proteger os direitos de trabalhadores e empregadores. Além disso, as abordagens inovadoras, as práticas ecológicas e os avanços tecnológicos têm-se revelado cada vez mais benéficos nos nossos esforços de promoção de estratégias preventivas, assim como uma fonte importante de emprego “verde”. Devemos procurar maximizar os benefícios destas alternativas, explorando-as ainda mais.

Trabalho infantil

Como referido, cerca de 71% do trabalho infantil (envolvendo 108 milhões de crianças) ocorre no setor da agricultura, pescas e silvicultura (que inclui agricultura propriamente dita, pecuária, pesca, aquicultura e florestas). Apesar dos enormes progressos alcançados, o trabalho infantil continua a ser motivo de preocupação nas grandes explorações. Em muitos países, estas explorações aproveitam-se de lacunas legislativas e de falhas na aplicação que afetam negativamente uma abordagem ao desenvolvimento baseada em direitos e a favor

dos mais pobres. As crianças são por vezes incluídas como parte do trabalho familiar contratado por empresas que produzem para o mercado interno e para exportação, mas podem também ser contratadas para trabalho eventual em grandes explorações, num sistema de tarefa ou de quota, através de recrutamento informal não regulamentado, efetuado por intermediários.

No entanto, a maioria das crianças que trabalham no setor agrícola (67,5%) fazem-no como trabalhadores não remunerados em explorações familiares. A escassez de oportunidades de trabalho digno na economia rural para adultos e jovens em idade ativa, associada a rendimentos inadequados e instáveis e à falta de proteção social, à natureza sazonal da produção agrícola, à baixa produtividade e à falta de conhecimento e de competências, ao acesso limitado a tecnologias modernas e à deficiente prestação de serviços públicos, em particular educação, tornam a eliminação do trabalho infantil no setor da pequena agricultura uma tarefa particularmente difícil. Embora estas crianças contribuam para a produção de alimentos ou matérias-primas utilizados noutros setores da economia, o seu trabalho é muitas vezes invisível e difícil de detetar. Seja em pequenas ou grandes explorações, a tarefa das crianças é sobretudo ajudar os pais ou familiares. E, uma vez que os trabalhadores e as suas famílias vivem frequentemente nas explorações ou perto das explorações onde trabalham, identificar o trabalho infantil ou as crianças em risco poderá não ser fácil. Mais importante ainda, as economias rurais estão muitas vezes insuficientemente cobertas pela legislação do trabalho, devido à natureza do trabalho que aí prevalece, caracterizado pela ausência de relações contratuais, ou simplesmente porque em muitas zonas remotas a aplicação da lei, a inspeção do trabalho e o cumprimento das disposições laborais falham ou são ineficazes. Mesmo quando existem, as leis relativas ao trabalho infantil são muitas vezes menos rigorosas na agricultura do que noutros setores.

Em termos de segurança e saúde no trabalho, os riscos que as crianças envolvidas em atividades agrícolas correm são ainda maiores do que aqueles que os adultos enfrentam, dado que o seu corpo ainda está em desenvolvimento e elas podem não ter capacidade nem conhecimentos para lidar com certas situações. O seu envolvimento no trabalho agrícola começa muitas vezes em idade precoce, implicando longas horas de trabalho, muitas vezes sob temperaturas extremas e envolvendo movimentos repetitivos em posições incómodas, como permanecer dobrado, transportar cargas pesadas ou trabalhar com instrumentos afiados ou maquinaria pesada. A exposição a pesticidas é uma das maiores ameaças à saúde das crianças envolvidas no trabalho agrícola.

Vale a pena acrescentar que o trabalho infantil contribui para que os jovens (15 a 24 anos) constituam uma percentagem desproporcionadamente elevada dos trabalhadores em situação de pobreza em todo o mundo. Os jovens representam 23,5% dos trabalhadores em situação de pobreza nos países com dados disponíveis, em comparação com apenas 18,6% dos trabalhadores que não se encontram nessa situação. A maior parte destes jovens trabalhadores pobres está no setor agrícola.

Igualdade de género

As mulheres desempenham um papel fundamental na agricultura, representando em alguns países mais de metade da mão-de-obra agrícola total e produzindo 60% a 80% dos alimentos nos países em desenvolvimento. O padrão de migração das zonas rurais para as urbanas contribuiu para aquilo a que se tem chamado a “feminização da agricultura”, particularmente visível na Ásia e em África. No entanto, as mulheres deparam-se com frequência com trabalho eventual e irregular. Têm também normalmente menos possibilidades de exercer trabalho assalariado do que os homens e, quando o fazem, ocupam frequentemente postos de trabalho a tempo parcial, sazonais e/ou de baixa remuneração na economia informal. Um número significa-

tivo de mulheres envolvidas na produção agrícola fazem parte da mão-de-obra familiar.

Embora haja uma expectativa crescente de que as mulheres possam satisfazer grande parte das necessidades de segurança alimentar da sua família, em simultâneo com o trabalho doméstico e reprodutivo, a desigualdade de género continua a ser uma das principais causas e efeitos da pobreza e da fome. A discriminação baseada no género, prevalente em muitas partes do mundo, é responsável pelo acesso limitado das mulheres a capital, crédito, direitos fundiários, fatores de produção, tecnologia e mercados. Se as mulheres tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos que os homens, poderiam aumentar o rendimento das suas explorações em 20-30% e o número de pessoas com fome no mundo poderia ser reduzido em até 150 milhões.⁷

É importante notar que o assédio e a violência sexual continuam a ser um problema muito relevante no setor agrícola, frequentemente exacerbado quando as mulheres vivem no local das grandes explorações. Neste aspeto, a promoção da capacitação das mulheres e a integração das questões de género nos quadros legais e institucionais a todos os níveis de governação, associadas à discriminação positiva (ou ação positiva) concreta, ao mesmo tempo que se assegura a prestação e melhoria dos cuidados de saúde, dos sistemas financeiros e dos cuidados materno-infantis, constituem elementos cruciais na luta contra a pobreza e na garantia da igualdade de oportunidades no local de trabalho.

Liberdade de associação e negociação coletiva

Em muitos países, as zonas rurais enfrentam lacunas legislativas e falhas de aplicação no que toca a princípios e direitos fundamentais do trabalho. Os trabalhadores agrícolas e rurais vêem-se frequentemente confrontados com sérios obstáculos

ao exercício dos seus direitos à liberdade de associação e à negociação coletiva, que são fundamentais para garantir salários e meios de subsistência sustentáveis. Em resultado disso, há relativamente poucos sindicalistas agrícolas em comparação com o número total de trabalhadores do setor. Em alguns países, os trabalhadores agrícolas são excluídos da proteção do salário mínimo. Noutros, são os tipos específicos de profissões ou trabalhadores que frequentemente se encontram nas grandes explorações, como os trabalhadores eventuais e sazonais, que não podem beneficiar de um salário mínimo.

As organizações livremente estabelecidas de empregadores e de trabalhadores, com capacidade de exercerem plenamente o seu papel e as suas responsabilidades, são importantes para alcançar o objetivo universal de trabalho digno para todos, em qualquer contexto, e têm benefícios diretos evidentes para os trabalhadores e os empregadores do setor agrícola. Embora a organização dos trabalhadores e a negociação coletiva possam ser mais sólidas nas grandes explorações do que noutros setores rurais, também aí subsistem impedimentos legais e desafios práticos. Em alguns casos, a discriminação, a legislação ou obstáculos administrativos antissindicais (por exemplo, a reduzida capacidade dos trabalhadores para criarem organizações de acordo com as suas condições e necessidades, devido, por exemplo, a requisitos quanto a número mínimo de membros ou quantidade mínima de fundos) coartam o direito dos trabalhadores a criarem ou aderirem a sindicatos. Há, naturalmente, algumas boas práticas. Uma delas é o Acordo-Quadro Internacional no setor da banana, de 2001, entre a empresa *Chiquita*, a *International Union of Food, Agricultural, Hotel, Restaurant, Catering, Tobacco and Allied Workers' Associations* (IUF) e o *Coordinating Body of Latin American Banana and Agro-industrial Unions* (COLSIBA), que se revelou fundamental para apoiar os esforços de organização sindical na Colômbia e nas Honduras e que ajudou a abordar a questão dos contratos de trabalho na Costa Rica, assim como do assédio sexual em geral.

⁷ FAO: *State of Food and Agriculture in the World: Women in Agriculture* (Roma, 2011)

A falta de organização no setor da pequena agricultura coloca igualmente desafios relacionados com a produtividade e os rendimentos. E os agricultores podem conseguir muito, organizando-se em associações de produtores, cooperativas e outras organizações da economia social e solidária. Agricultores bem organizados conquistam uma melhor posição no acesso a mercados de alto valor acrescentado (como os nichos de mercado biológicos) e na ligação a empresas num nível superior da cadeia de abastecimento alimentar, podendo até, em alguns casos, encurtá-la. As cooperativas podem ser fundamentais para melhorar as competências técnicas e empresariais dos seus membros e podem ajudar os agricultores a ter acesso a tecnologia e mercados, a adotar normas e classificações que lhes permitam captar uma maior percentagem do valor acrescentado dos seus produtos, cumprindo requisitos em matéria de segurança alimentar ou de comércio justo. Podem atuar como intermediários ou abonadores de empréstimos dos seus membros, ou promover acordos de crédito e empréstimos entre esses membros. Podem ainda aumentar o poder negocial dos pequenos produtores, garantindo que eles obtêm uma proporção justa do valor gerado e conseguem assim maior rendimento. Através do trabalho conjunto, os membros das cooperativas podem garantir melhores preços para os fatores de produção, comprando quantidades maiores. As cooperativas e as organizações de produtores podem ajudar a gerar rendimento e emprego para os seus membros e abrir uma via para outras empresas e prestadores de serviços chegarem ao setor da pequena agricultura, de outra forma inacessível.

O setor agrícola: uma fonte inexplorada de emprego

Um número crescente de países tem vindo a reconhecer a necessidade de desenvolver o potencial, muitas vezes menosprezado, da agricultura e das economias rurais na criação de emprego digno e produtivo e na contribuição para o desenvolvi-

mento sustentável e o crescimento. Nos últimos anos, têm-se assistido a um ressurgimento do interesse na agricultura e no desenvolvimento rural e à promoção de meios de subsistência sustentáveis nas zonas rurais como elemento fundamental na eliminação da pobreza.

Tendo em conta o aumento da procura mundial de alimentos, o setor agrícola oferece oportunidades de emprego inexploradas, sobretudo para os jovens. No entanto, para atrair uma nova geração de agricultores, o setor precisa de se modernizar mais, de aumentar a produtividade e o rendimento e de melhorar a perceção que tem como fonte de empregos dignos. Será essencial melhorar a qualidade do emprego agrícola – que está normalmente entre o trabalho menos protegido, mais mal remunerado, mais perigoso e de estatuto mais baixo. São também necessárias soluções eficazes para os desafios que vão surgindo, como a alteração nas relações de trabalho decorrente da externalização, nomeadamente nas grandes explorações. O trabalho digno promove o crescimento e a produtividade agrícolas, que, por sua vez, podem aumentar o rendimento rural, promover um maior consumo e gerar efeitos multiplicadores significativos em toda a economia.

Há muitos atores nacionais e internacionais envolvidos na agricultura e no desenvolvimento rural. As intervenções da OIT nesta área baseiam-se em vantagens comparativas: uma abordagem normativa ao desenvolvimento, uma capacidade única de reunir os principais atores e um mandato e experiência no mundo do trabalho. A *Decent Work Agenda* (Agenda para um Trabalho Digno) da OIT⁸ oferece muitos instrumentos, abordagens e ferramentas para apoiar governos, empregadores e trabalhadores nos seus esforços de promoção de meios de subsistência sustentáveis nas zonas rurais. Aproveitar o potencial da economia rural através do traba-

⁸ <http://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--en/index.htm>

lho digno é fundamental para o desenvolvimento sustentável e imprescindível ao cumprimento da promessa dos ODS de “não deixar ninguém para trás”.

Bibliografia

Decent and Productive Work in Agriculture, Sectoral Policies Department, International Labour Office - Genebra: OIT, 2015

Decent Work for Food Security and Resilient Rural Livelihoods, Sectoral Policies Department, International Labour Office - Genebra: OIT, 2015

Promoting Decent Work for Rural Workers at the Base of the Supply Chain, Sectoral Policies Department, International Labour Office - Genebra: OIT, 2015

Safety and health in agriculture, Sectoral Policies Department, International Labour Office- Genebra: OIT, 2011

The rural economy: An untapped source of jobs, growth and development - OIT, 2017

Women at Work. Trends 2016 – Genebra: OIT, 2017

World Employment and Social Outlook 2016: Transforming jobs to end poverty, International Labour Office – Genebra: OIT, 2016

As novas condições de trabalho na agricultura

MARIA FILOMENA TEIXEIRA, MARIA DE FÁTIMA PISCO, CARLOS MONTEMOR, MANUEL MADURO ROXO

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho

Introdução

A agricultura, a silvicultura e a pecuária, na procura constante de melhoria da sua competitividade, vêm sendo alvo de processos de mudança tecnológica e organizacional acelerados cujo impacto nas relações de trabalho e nas condições de segurança e saúde de quem ali trabalha merecem uma atenção especial. O presente texto procura evidenciar as características mais relevantes dessa mudança para perspetivar a ação empreendida e a empreender pelos atores sociais interessados em promover a melhoria contínua das condições de trabalho da população empregada e, por essa via, acrescer fatores de produtividade nas explorações agrícolas.

1. A agricultura e as relações de trabalho

Com efeito, há uma mudança significativa na natureza dos riscos profissionais, associada ao incremento das novas tecnologias e a novas formas de organização do trabalho. O mercado de trabalho está mais fragmentado, devido ao desenvolvimento de formas contratuais de emprego: o trabalho temporário, o recurso ao trabalho não declarado e à migração de trabalhadores estrangeiros, entre outros.

Com base neste breve enunciado, podem identificar-se algumas linhas de orientação para valorizar a prevenção dos riscos profissionais no trabalho para os setores agrícola, pecuário e florestal, incluindo os grupos de trabalhadores mais vulneráveis, designadamente os trabalhadores com vínculo precário e os estrangeiros:

- Estimular a contratação de trabalhadores com base na valorização do trabalho agrícola nas micro, pequenas e médias empresas, que têm recursos escassos para assegurar uma boa gestão da prevenção, principalmente no que diz respeito à avaliação de riscos e à formação dos trabalhadores;
- Melhorar a informação e o rigor do tratamento de dados estatísticos sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais para que possam ser identificadas e adotadas medidas preventivas adequadas;
- Prestar especial atenção à investigação em matéria de exposição dos trabalhadores aos fatores de risco profissional e conhecer as consequências geradas por essa exposição;
- Melhorar a prestação dos serviços (internos e externos) de segurança e saúde no trabalho.

Finalmente, o papel desempenhado pelas associações sindicais e de empregadores em todo este processo é fundamental para envolver as empresas e os trabalhadores na melhoria contínua e sustentada das condições de trabalho, exigindo uma ação que possibilite o desenvolvimento de estratégias de participação por quem melhor conhece a realidade da atividade, das empresas e dos trabalhadores, contribuindo para a promoção de uma organização do trabalho mais estruturada, modernizada e gerida profissionalmente.

a. Algumas características estruturais

A dificuldade de intervenção no âmbito da segurança e saúde no trabalho no setor agrícola prende-se, no essencial, com o elevado número e diversidade de atividades agrícolas que envolvem acentuado grau de risco de acidentes e condições de trabalho penosas. Por outro lado, a estrutura empresarial apresenta características que podem contribuir para dificultar a gestão dos riscos profissionais associados às atividades de trabalho:

- O setor agrícola nacional é integrado, em mais de 95% dos casos, por empresas familiares e micro e pequenas empresas (MPE) muito dispersas, com défices de organização do trabalho marcado por uma forte sazonalidade;
- Na agricultura intensiva em zonas geográficas mais aptas, as empresas deste segmento reúnem cada vez mais as características comuns às empresas dos demais setores de atividade, salvo no que respeita à sazonalidade que aqui é maior;
- A modernização do setor agrícola, principalmente com máquinas e produtos químicos, contrasta com o nível de competências disponíveis na população trabalhadora para gerir os riscos profissionais associados;
- A proteção social dos trabalhadores exige programas específicos e adaptados;
- Os salários mínimos, normalmente baixos, tornam o setor pouco atraente para jovens ou para profissionais mais qualificados;

- A representação sindical e de empregadores é altamente fragmentada, em particular por razões de pertença a um território e/ou a uma determinada produção agrícola e tem impacto na perda global de influência social.

b. Problemas principais

As características do trabalho agrícola e as particularidades do meio rural levantam alguns problemas que podem sintetizar-se nos aspetos seguintes:

- Desconhecimento ou má compreensão das disposições legais por parte dos trabalhadores e de muitos empregadores o que levanta problemas de adesão à sua aplicação na prática;
- Recrutamento e colocação ilegal de trabalhadores com recurso ao trabalho de imigrantes - principalmente durante a época das colheitas - pode desencadear situações de tráfico de seres humanos e de exploração laboral;
- Utilização de trabalho não declarado;
- Necessidade de disponibilizar alojamentos temporários aos trabalhadores nem sempre com condições dignas ou seguras;
- Recurso crescente à subcontratação, fazendo crescer deveres de coordenação quer quanto aos diferentes interventores, quer quanto a uma definição clara da repartição de responsabilidades pela segurança e saúde dos trabalhadores e pelos demais encargos sociais.

2. Cumprir a legislação laboral

No quadro do equilíbrio entre as suas funções de aconselhamento, verificação e controlo da legalidade constitui objetivo da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), promover boas condições de trabalho. O desenvolvimento de uma cultura de prevenção no mundo laboral é um eixo fundamental que integra a política inspetiva neste domínio.

A Convenção n.º 129 da OIT sobre a Inspeção do Trabalho (Agricultura), de 1969, e a Convenção n.º

184 da OIT sobre a Segurança e a Saúde na Agricultura, de 2001, ambas ratificadas por Portugal, devem ser entendidas como condição de efetividade das diretivas comunitárias já adotadas e transpostas para o direito nacional em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores no trabalho. Este quadro legal é aplicável às atividades agrícolas e similares, embora não contemple determinadas situações específicas.

O Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho - Lei n.º 102/2009, de 10.09, alterada pela Lei n.º 3/2014, de 28.01 - decorre da transposição da Diretiva 89/391/CEE, de 12.06, define a aplicação de princípios relativos à segurança e saúde no trabalho comuns a todo o mundo do trabalho, todos os setores de atividade económica, incluindo o setor agrícola e florestal.

Esta lei compreende metodologias adequadas à prevenção de acidentes de trabalho, tendo como principal campo de ação o reconhecimento e o controlo dos riscos associados aos componentes materiais do trabalho, bem como um conjunto de metodologias não médicas necessárias à prevenção das doenças profissionais, que visam o controlo da exposição aos agentes físicos, químicos e biológicos presentes nos componentes materiais do trabalho.

Compete à ACT, na vertente de inspeção do trabalho, a fiscalização do cumprimento deste quadro legal, podendo acarretar a aplicação das correspondentes sanções, bem como a realização de inquéritos de acidente de trabalho mortal ou que evidencie uma situação particularmente grave.

a. A formação dos inspetores do trabalho

O exercício da atividade dos profissionais de inspeção do trabalho tem contribuído para garantir a efetividade do direito e para realizar os valores sociais do desenvolvimento.

É hoje reconhecido que os inspetores são elementos essenciais na promoção de boas condições de

trabalho: no uso dos seus poderes de autoridade modificam situações inseguras; aplicam sanções com efeito dissuasor junto dos agentes económicos; exercem diariamente uma função informativa junto dos empregadores, dos trabalhadores e dos seus representantes.

A ACT enquadra-se num modelo de inspeção de tipo generalista em que as competências dos inspetores, para além da segurança e saúde no trabalho, abrangem o domínio das relações de trabalho e da organização do trabalho. Na formação dos inspetores de trabalho, para além das matérias nucleares que integram o desempenho da função inspetiva, salienta-se a formação ministrada em matérias que contribuem para o aperfeiçoamento do seu gesto profissional, bem como o contacto e informação em áreas de intervenção diversificada.

Neste contexto, para o desenvolvimento de competências técnicas e científicas necessárias a uma adequada intervenção inspetiva nas áreas agrícola, pecuária e florestal, são colocados especiais desafios de qualificação na concretização de um gesto profissional correto. Um gesto que não passe só pelo mero controlo inspetivo, mas que inclua a capacidade de produzir informação e aconselhamento técnico, tendo em conta a atividade do setor agrícola e o peso das MPE na nossa economia.

Do ponto de vista dos requisitos para a formação dos inspetores do trabalho, a natureza específica das (principais) tarefas agrícolas, pecuárias e florestais requer uma atenção especial, nomeadamente quanto aos seguintes aspetos:

- Características do mundo rural;
- Identificação dos fatores de risco associados ao trabalho agrícola e estabelecimento das principais medidas preventivas;
- Legislação aplicável e desenvolvimento do gesto inspetivo mais adequado;
- Papel da cooperação com os atores sociais do setor.

Decorrendo esta formação essencialmente em contexto de trabalho, na componente agrícola e agropecuária, é dado maior enfoque ao trabalho com tratores, às máquinas agrícolas, bem como à aplicação de produtos fitofarmacêuticos. Na componente florestal, abordam-se as principais operações silvícolas e de exploração florestal, com destaque para os tratores e máquinas florestais, motosserras e motorroçadoras.

b. A cooperação e o trabalho em rede

A crise económica, financeira e social impôs a necessidade de reorientação de políticas e de programas de ação dos organismos da administração pública em resposta às dificuldades das organizações e dos seus trabalhadores. Aos problemas anteriormente sinalizados acrescem novos desafios que exigem respostas adequadas das organizações, nomeadamente quanto à revisão e forma de aplicação da legislação, à negociação coletiva e ao diálogo social.

Atendendo à importância da agricultura no mundo rural, é importante que os diferentes atores implicados em processos de desenvolvimento rural clarifiquem o papel que podem ter na promoção da segurança e saúde no trabalho e a forma como podem concertar as energias entre si, tendo como objetivo uma intervenção mais eficaz.

A ACT, enquanto organismo responsável pelo controlo e pela promoção do cumprimento da legislação em matéria de relações laborais e de segurança e saúde no trabalho, ocupa um lugar central na dinamização das entidades públicas e privadas que integram o sistema e a rede nacional de prevenção de riscos profissionais.

O Estado promove o desenvolvimento de uma “Rede Nacional para a Prevenção de Riscos Profissionais”, constituída pelas entidades públicas ou privadas que detêm competências específicas nas áreas relevantes do sistema de prevenção de riscos profissionais. A dinamização da intervenção des-

as entidades constitui papel dos serviços públicos da administração do trabalho (com destaque para a ACT) e, para isso, pode socorrer-se de processos diversificados: programas de ação comuns, acordos, divulgação dos resultados das suas atividades, etc.

Da ação da ACT é esperado que confira consistência à intervenção dos demais organismos da rede de prevenção de riscos profissionais, dada a sua vocação para intervir nos locais de trabalho onde pode suscitar necessidades e disseminar informação disponível.

Do ponto de vista da cooperação e do trabalho em rede, estão em causa nos setores agrícola, pecuário e florestal:

- A promoção do diálogo social setorial (que constitui uma alavanca fundamental);
- A negociação coletiva de trabalho como ferramenta de produção de normas flexíveis e adaptáveis (essencial para afinar a regulamentação das condições de trabalho, incluindo a definição dos salários), tendo em conta as necessidades das empresas e dos trabalhadores agrícolas;
- A vantagem de definir e conduzir com as associações sindicais e de empregadores, programas de ação para resolver problemas específicos (em ligação com instituições públicas e/ou privadas de interesse e competência para atuar em temas problemáticos);
- A variedade de ferramentas (educação, informação e comunicação, formação, etc.) e um sentido estratégico que expressem, a médio e longo prazo, a possibilidade de as organizações promoverem ações junto do seu público-alvo.

c. Metodologias de intervenção

A ação da ACT assume um papel determinante ao suscitar a necessidade de, nos locais de trabalho, se garantir uma boa relação entre as medidas definidas e os comportamentos esperados. Do ponto de

vista da metodologia de intervenção da inspeção, importa reter algumas ideias:

- O uso balanceado da persuasão e da dissuasão em resposta cuidadosa à motivação de adesão à lei expressa pelo destinatário da inspeção são pontos de ancoragem que enquadram a ação para obter um controlo efetivo da lei;
- A realização dessa filosofia é crucial para moldar a perceção externa da intervenção da inspeção do trabalho e do que se pode esperar dessa intervenção;
- A harmonização do gesto profissional dos inspetores do trabalho, incluindo uma cultura comum de exercício da sua autonomia técnica, é essencial para garantir a confiança e expectativas do público sobre as vantagens da adesão à aplicação da lei;
- A realização consistente de visitas de inspeção com ou sem aviso prévio, bem como a necessidade de acautelar algumas especificidades na realização dessas visitas à agricultura, constituem o contexto operacional da filosofia interventiva enunciada.

3. Programas de intervenção

O diálogo social tripartido entre Estado e organizações de trabalhadores e empregadores e seus representantes facilita o encontro de soluções para a resolução dos problemas laborais, sociais e económicos.

As especificidades e os condicionalismos das tarefas desenvolvidas na agricultura, na pecuária e na silvicultura requerem uma intervenção bem planeada, desenvolvida e avaliada. As campanhas de prevenção de riscos profissionais constituem importantes instrumentos para a promoção da melhoria das condições do trabalho, quando desenvolvidas de modo tripartido, envolvendo os atores da rede de prevenção, em conformidade com as convenções e recomendações da OIT.

a. As campanhas de prevenção

No período entre 2012 e 2015, a ACT desenhou e desenvolveu, conjuntamente com parceiros sociais e institucionais¹ o *Plano Estratégico de Ação para os Setores Agrícola, Pecuário e Florestal*². Este plano destinava-se a dirigentes, gestores e quadros de associações e cooperativas, a empregadores e seus representantes, a trabalhadores e seus representantes e teve por objetivo contribuir para a efetiva melhoria das condições de segurança e de saúde no trabalho. A ação a desenvolver perspectivou-se ao nível da informação, da formação e do controlo, como formas de promover a prevenção de riscos profissionais e o reforço da capacidade de intervenção dos diferentes atores relevantes para esse fim. A implementação do Plano capitalizou as sinergias instituídas na rede estabelecida, nomeadamente durante as ações de sensibilização direcionadas a empregadores e trabalhadores e nos *workshops* dirigidos a dirigentes associativos e a técnicos de aconselhamento agrícola na área da segurança e saúde no trabalho. Igualmente importante foi a produção de suportes informativos abordando os principais riscos, as respetivas medidas preventivas e de proteção coletiva e individual, bem como de ins-

¹ *Parceiros institucionais*: Autoridade Florestal Nacional (AFN), Centro Nacional de Proteção de Riscos Profissionais (CNPRP, do ISS IP), Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), Direção Geral da Saúde (DGS), Direção Geral de Veterinária (DGV), Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), Instituto de Seguros de Portugal (ISP). *Parceiros sociais*: Associação Florestal de Portugal (FORESTIS), Associação Nacional de Empreiteiros Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA), Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI), Confederação Nacional dos Jovens Agricultores (CNJA), Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais (FNAPF), Fórum Florestal e Sindicato da Agricultura Alimentação e Florestas (SETAA).

² Apresentado na Secção III desta edição (Nota da equipa editorial)

trumentos de aplicação das principais obrigações legais impostas pelas diferentes normas aplicáveis³.

Durante a campanha, procurou-se o equilíbrio entre as medidas de prevenção, de informação e sensibilização e de aplicação de procedimentos inspetivos dissuasores, tendo-se estabelecido duas fases distintas.

Na primeira fase, foram desenvolvidas mais iniciativas de informação, sensibilização, aconselhamento e de formação de atores de segurança e saúde no trabalho, com vista ao estabelecimento de um dispositivo de informação para permitir o acompanhamento dos processos de aconselhamento agrícola e de apoio à rede de informação setorial em segurança e saúde no trabalho.

Na prevenção dos riscos profissionais associados às tarefas agrícolas, pecuárias e florestais priorizaram-se os riscos associados à utilização dos tratores e máquinas agrícolas e florestais, ao manuseamento e aplicação de fitofármacos, à utilização de motosserra e motorroçadoura.

Na segunda fase do plano - e sem descurar as atividades preventivas -, o foco principal visou a transformação dos locais de trabalho, tornando-os mais seguros e saudáveis através da intervenção inspetiva, realizada em dois momentos: a primeira visita inspetiva com agendamento e possibilidade de acompanhamento pelos parceiros do plano, técnicos de prevenção e médicos do trabalho e a segunda visita sem qualquer aviso prévio, realizadas em período de pico de trabalho, nomeadamente nas épocas de sementeira/plantação e de colheitas.

As principais irregularidades identificadas nas visitas inspetivas relacionaram-se com a ausência de

organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho, a falta de avaliação de riscos, de realização dos exames de saúde, a falta de seguro de acidentes de trabalho, a falta de formação - em especial, a formação habilitante para a condução e operação com trator -, de informação, de verificação e manutenção de máquinas e equipamentos de trabalho e de utilização de equipamentos de proteção individual.

A promoção da melhoria das condições de trabalho na agricultura, pecuária e floresta ultrapassou a fronteira temporal do referido plano e continuou, de forma planeada e articulada com os parceiros em outras campanhas. É o caso da Campanha de Prevenção de Riscos Profissionais com a Utilização de Máquinas e Equipamentos de Trabalho - sendo o trator umas das máquinas em destaque -, a Campanha Nacional de Segurança e Saúde para os Trabalhadores Temporários e a Campanha Ibérica de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Atendendo à importância da aplicação das normas técnicas ao setor florestal, designadamente nas áreas de certificação florestal e à comercialização de máquinas e equipamentos, a ACT participou de forma ativa em Comissões Técnicas, para promover através da normalização, o cumprimento da legislação e a construção de locais e de equipamentos trabalho dignos e seguros.

b. O caso particular do uso de tratores agrícolas

O volume e a severidade da sinistralidade decorrente do uso de tratores agrícolas ocupam um espaço importante na ação desenvolvida e a desenvolver.

A formação constituiu um dos temas centrais de debate entre os diferentes parceiros das campanhas, nomeadamente quanto à necessidade de definição da formação habilitante para operar com o trator agrícola. Por existirem exigências diferenciadas quanto à habilitação legal para conduzir

³ Disponíveis em [http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/Campanhas/Campanhasrealizadas/Trabalho_Agricola_Florestal](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Campanhas/Campanhasrealizadas/Trabalho_Agricola_Florestal).

o trator em estrada e para operar no interior das explorações, houve necessidade de definir a respetiva formação habilitante.

O Governo, através do Despacho n.º 295/2017, de 5.01, criou um grupo de trabalho para analisar a sinistralidade com tratores e apresentar um relatório com propostas de medidas para a redução da sinistralidade associada. De entre as várias medidas, salienta-se a relativa à formação habilitante para conduzir e operar o trator, materializada pela criação da Unidade de Formação de Curta Duração UFCD 9596 – Condução e operação com o trator em segurança. Os operadores com carta de condução dos tipos B e C devem frequentar a UFCD 9596, para obterem a formação habilitante, ministrada por entidades certificadas e reconhecidas pelo Ministério da Agricultura.

Neste contexto, defende-se a implementação de algumas medidas para a redução da sinistralidade no setor agrícola, designadamente com tratores, tais como:

- O registo de acidentes com tratores numa plataforma comum que permita a análise pelas diferentes instituições, no âmbito das suas atribuições –acidentes rodoviários que também são acidentes de trabalho, acidentes no trabalho que não são acidentes de trabalho, etc.;
- A recolha de informação no Boletim Estatístico de Acidentes de Viação (BEAV) relativa à existência de relação laboral nos acidentes ocorridos nas estradas nacionais, assumidos pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) como acidentes de “viação”;
- A alteração ao Código da Estrada, nomeadamente quanto à habilitação legal, à posição ativa das estruturas de segurança na estrada, à montagem de pirilampo e à inspeção obrigatória aos tratores agrícolas e florestais;
- As medidas que incentivem a modernização do parque de máquinas a nível nacional e que obri-

guem a colocação de estruturas de proteção nas máquinas antigas que representam cerca de metade dos tratores em uso;

- O controlo efetivo de máquinas no mercado de segunda mão, em especial as importadas e não homologadas em Portugal, mediante a adoção dos normativos legais e técnicos adequados;
- A realização de *spots* televisivos que alertem a opinião pública e o meio rural para a elevada mortalidade com tratores, a mais elevada da Europa;
- A criação de fóruns setoriais para discussão e análise da informação recolhida, consensuando medidas de prevenção adequadas.

Conclusões e perspetivas

Do balanço final do *Plano Estratégico de ação para a segurança e saúde no trabalho dos setores agrícola, pecuário e florestal*, importa salientar a dinâmica implementada pelos parceiros sociais e institucionais, pelo que a rede estabelecida dará continuidade ao trabalho desenvolvido.

Ao longo dos diferentes fóruns, foram debatidas possíveis soluções que poderiam ser implementadas no futuro para reduzir a sinistralidade. A redução da sinistralidade com a utilização de tratores continua a merecer destaque particular, dado o seu volume e severidade.

É amplamente reconhecido que a ação da inspeção do trabalho produziu progressos consideráveis, mas ainda há um longo caminho a percorrer para eliminar os principais problemas que afetam e dificultam o desenvolvimento do trabalho digno na agricultura. É essencial que os serviços de inspeção do trabalho disponham de recursos adequados para assegurar que os inspetores visitem regularmente as empresas agrícolas e que estejam adequadamente formados e informados sobre as questões de segurança e saúde no trabalho destes setores de atividade económica.

O trabalho na agricultura portuguesa

GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. Enquadramento

Na análise que se segue, são apresentados os dados relativos à evolução 1995/2015 do emprego no setor primário, e em particular no setor agrícola, através de uma abordagem setorial, regional e comunitária. Em seguida, caracterizam-se as particularidades do trabalho na agricultura portuguesa. Esta análise baseia-se em informação das Contas Nacionais (CN), Contas Regionais (CR), Contas Económicas da Agricultura (CEA), Recenseamentos Agrícolas (RA) e Inquéritos às Estruturas das Explorações Agrícolas (IEEA), do INE e do Eurostat.

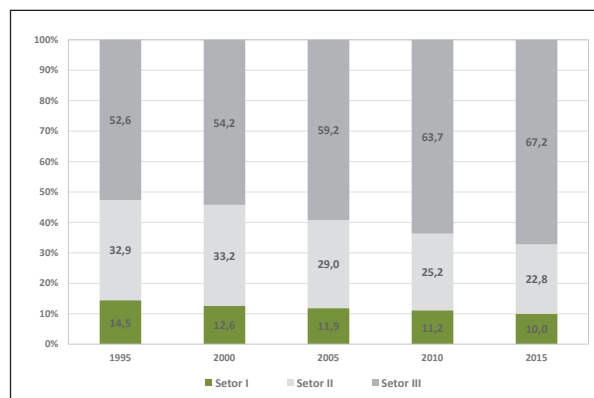
2. Resumo

- A evolução verificada nos setores primário (e secundário) revela uma perda de importância relativa do emprego nestes setores em favor de uma crescente “terciarização” do emprego na economia – o setor primário representa 10% e o terciário 67% do emprego nacional em 2015.
- No setor primário, há uma grande relevância do trabalho a tempo parcial, nomeadamente no setor agrícola, o que é uma particularidade face aos restantes setores da economia.
- Em termos regionais, o emprego do setor primário tem maior importância nas regiões NUTS III do Douro e Terras de Trás-os-Montes, Oeste e Alto Tâmega. De um ponto de vista evolutivo, nota-se um decréscimo em todas as regiões NUTS III.
- Saliente-se a importância da agricultura para o emprego em Portugal, face à média da UE.
- O crescimento considerável do consumo de serviços pela agricultura (35% do total de consumos intermédios), nomeadamente do item “outros bens e serviços”, poderá ser o reflexo, pelo menos parcial, da substituição da contratação de trabalhadores de forma direta por aquisições de serviços a empresas. Após a industrialização da agricultura sentida particularmente após os anos 80, parece estar verificar-se uma terciarização da agricultura¹.
- Embora em queda, em 2013, a população agrícola familiar, 605 mil pessoas, representava 6,1% da população residente do Continente, valor que na região de Trás-os-Montes era 35% (máximo nacional).

¹ O conceito económico de agricultura fica com fronteiras mais indefinidas. Se a partição agricultura/indústria leva a dificuldades, em particular, em setores muito integrados como os laticínios, o vinho, o azeite, a carne, esta dificuldade alarga-se ao caso dos serviços. Em termos contabilísticos (e, para simplificar, abstraindo dos subsídios e impostos), o VAB agrícola resulta da diferença entre o valor da Produção e o dos Consumos Intermédios e reparte-se em excedente bruto e salários. Quando os trabalhadores eram contratados diretamente pelos agricultores, a interpretação é direta. Mas se os trabalhadores forem contratados de forma indireta a empresas prestadoras de serviços, o valor desse trabalho tende a ser classificado como uma aquisição de serviços, ou seja um consumo intermédio e não como uma remuneração. Desse modo, é deduzido no apuramento do VAB agrícola e imputado ao VAB dos serviços.

- A população agrícola familiar caracteriza-se, de uma forma global, por um peso significativo e crescente de pessoas com 65 ou mais anos, com um nível de instrução baixo, embora apresentando melhorias consideráveis, e com uma formação agrícola essencialmente assente na prática, mas também neste caso, com significativos avanços.
- A mão-de-obra agrícola familiar, em 2013, era composta por cerca de 518 mil pessoas (correspondentes a 230 mil Unidades de Trabalho Anual - UTA), a grande maioria (86,2%) a tempo parcial, mostrando uma tendência de aumento desta forma de participação nos trabalhos da exploração, associado a incremento da procura de outras fontes de rendimento fora da exploração.
- A mão-de-obra que não faz parte da estrutura familiar do produtor representava, em 2013, um volume total de perto de 75 mil UTA (123 mil UTA em 1989), ou seja, cerca de 25% do volume total de mão-de-obra agrícola (15% em 1989).

Gráfico 1. Estrutura do emprego por setor da economia (%)



Fonte: GPP, a partir da variável "nº de indivíduos totais por ramo de atividade, A38" das Contas Nacionais, INE. Data da última atualização: setembro de 2017

- Os trabalhadores assalariados com carácter permanente representavam um volume de trabalho de 46 mil UTA (15% do volume total da mão-de-obra agrícola e 7% em 1989), levado a cabo por cerca de 57 mil pessoas.
- A mão-de-obra eventual representava 7,8% do volume de trabalho do Continente, em 2013, pro-

porção que se mantém relativamente estável ao longo do tempo.

- A mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor tem uma reduzida importância (1,6% do volume total de mão-de-obra em 2013), mas tem apresentado um aumento significativo (crescimento médio anual de 18% entre 2007 e 2013), parecendo ser um dos fatores que impulsionou o crescimento das remunerações de trabalho assalariado nos anos mais recentes.²

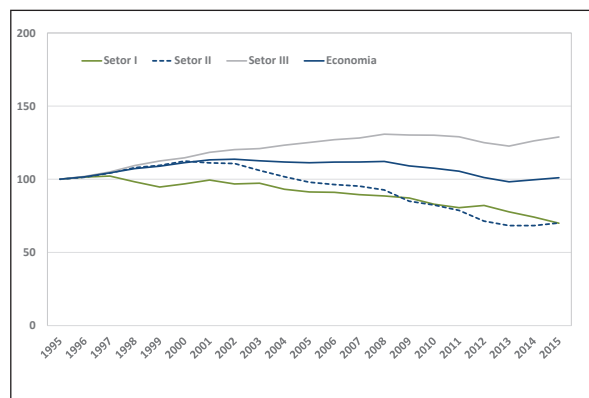
3. O emprego no setor primário em Portugal

a) O emprego na economia portuguesa

Crescente "terciarização" do emprego na economia

O setor primário³, não obstante representar apenas 2,4% do VAB, concentra 10% do emprego nacional em 2015. Já os setores secundário e terciário pesam

Gráfico 2. Evolução do emprego por setor da economia (1995=100)



Fonte: GPP, a partir da variável "nº de indivíduos totais por ramo de atividade, A38" das Contas Nacionais, INE. Data da última atualização: setembro de 2017

² Face ao valor e crescimento acentuado de aquisições de serviços, parece ainda haver utilização de trabalho adicional a esta mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor.

³ O setor primário inclui os ramos de atividade 01 (Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados), 02 (Silvicultura e exploração florestal) e 03 (Pesca e aquicultura).

Quadro 1. Evolução do emprego por setor da economia (A38)

		Estrutura do emprego (%)			Taxa de crescimento médio anual (%)	Contributo médio para a variação do emprego (p.p.)
		1995	2015	Var. 1995/2015 (p.p.)	1995/2015	
A	Agricultura, silvicultura e pesca	14,5	10,0	-4,5	-1,8	-0,21
B	Indústrias extrativas	0,3	0,3	-0,1	-1,5	0,00
CA	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	2,7	2,4	-0,3	-0,6	-0,01
CB	Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro	8,4	4,6	-3,8	-2,9	-0,17
CC	Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão	2,2	1,3	-0,9	-2,6	-0,04
CD	Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados	0,1	0,0	0,0	-2,9	0,00
CE	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais	0,4	0,3	-0,1	-2,1	-0,01
CF	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	0,2	0,1	-0,1	-1,5	0,00
CG	Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos	2,0	1,4	-0,6	-1,8	-0,03
CH	Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	2,0	1,9	-0,1	-0,2	0,00
CI	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos eletrónicos e óticos	0,3	0,2	0,0	-0,8	0,00
CJ	Fabricação de equipamento elétrico	0,6	0,4	-0,2	-1,8	-0,01
CK	Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	0,6	0,5	-0,1	-0,7	0,00
CL	Fabricação de material de transporte	1,0	0,8	-0,2	-1,0	-0,01
CM	Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	1,8	1,6	-0,2	-0,6	-0,01
D	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio	0,3	0,2	-0,1	-2,8	-0,01
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,8	0,9	0,1	0,6	0,00
F	Construção	9,2	6,0	-3,3	-2,1	-0,15
Sector secundário		32,9	22,8	-10,1	-1,8	-0,44
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	13,5	15,2	1,7	0,6	0,09
H	Transportes e armazenagem	2,9	3,6	0,6	1,0	0,03
I	Atividades de alojamento e restauração	3,9	6,2	2,3	2,4	0,11
JA	Atividades de edição, gravação e programação de rádio e televisão	0,5	0,4	0,0	-0,5	0,00
JB	Telecomunicações	0,3	0,4	0,0	0,6	0,00
JC	Consultoria, atividades relacionadas de programação informática e atividades dos serviços de informação	0,3	1,1	0,8	6,5	0,04
K	Atividades financeiras e de seguros	2,1	1,8	-0,3	-0,7	-0,01
L	Atividades imobiliárias	0,5	0,6	0,2	1,6	0,01
MA	Atividades jurídicas, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e atividades de ensaios e análises técnicas	1,7	3,1	1,5	3,2	0,07
MB	Investigação científica e desenvolvimento	0,2	0,2	0,0	0,5	0,00
MC	Outras atividades de consultoria, científicas e técnicas	0,5	0,7	0,3	2,2	0,01
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,0	6,9	2,9	2,9	0,14
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	6,2	6,3	0,1	0,1	0,01
P	Educação	5,9	6,6	0,7	0,6	0,04
QA	Atividades de saúde humana	3,4	4,7	1,4	1,8	0,07
QB	Atividades de apoio social	2,0	3,3	1,3	2,6	0,06
R	Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	0,6	1,0	0,4	2,6	0,02
S	Outras atividades de serviços	1,6	2,3	0,7	1,8	0,03
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico. atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio	2,6	2,7	0,1	0,2	0,01
Sector terciário		52,6	67,2	14,5	1,3	0,71
Total		100,0	100,0		0,1	

Fonte: GPP, a partir da variável "nº de indivíduos totais por ramo de atividade, A38" das Contas Nacionais, INE
Data da última atualização: setembro de 2017

respetivamente 22,8% e 67,2%. A evolução verificada nos setores primário e secundário revela uma perda de importância relativa do emprego a favor do setor terciário.

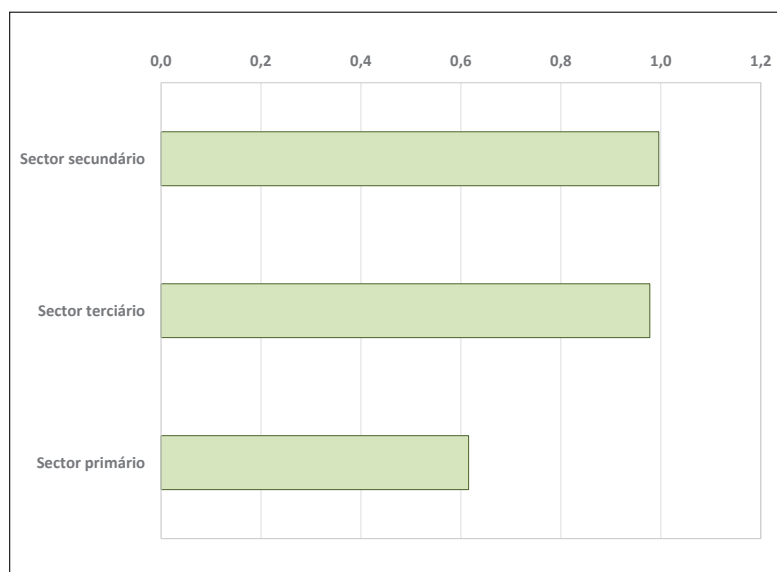
Durante o período em análise, o emprego, medido em número de pessoas, do setor primário tem vindo a apresentar um decréscimo acentuado (-1,8% ao ano, entre 1995 e 2015). O emprego do setor secundário regista uma evolução idêntica (-1,8% média anual 1995/2015), sobretudo devido ao decréscimo verificado na indústria têxtil (-2,9% média anual) e na construção (-2,1% média anual). A indústria apresentou um contributo médio negativo para a evolução do emprego nacional (-0,4 p.p.), inferior ao verificado no setor primário (-0,2 p.p.).

O emprego no setor terciário tem crescido consecutivamente desde 1995, embora recuando no período da crise económico-financeira e retomando o crescimento a partir de 2012. Para a evolução positiva do emprego da economia entre 1995 e 2014 contribuíram as atividades administrativas e dos serviços de apoio (0,14 p.p.), as atividades de alojamento e restauração (0,11 p.p.), o comércio por grosso e a retalho (0,09 p.p.) e as atividades jurídicas, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e atividades de ensaios e análises técnicas (0,07 p.p.).

Saliente-se que, se o emprego for medido em volume de trabalho (equivalentes a tempo completo - ETC⁴), verifica-se que o rácio entre o volume de trabalho e número de empregados é significa-

tivamente inferior no setor primário em resultado da maior relevância do trabalho a tempo parcial, o que não acontece na maior parte dos outros setores da economia. Em 2015, o setor primário empregou 458 mil pessoas, mas quando medido em ETC representa somente 282 mil unidades.

Gráfico 3. Rácio entre o nº de ETC e o nº de empregados, por setor da economia em 2015



Fonte: GPP, a partir das Contas Nacionais, INE
Data da última atualização: setembro de 2017

b) As regiões NUTS III e o emprego

Norte e Centro reúnem 76,5% do emprego do setor primário

Analisando a distribuição do emprego do setor primário por região NUTS II, observa-se uma concentração de 76,5% do emprego nas regiões Norte e Centro do país. Contudo, é de salientar o ganho de importância da região Norte (2,8p.p.) e perda da região Centro (-3,3 p.p.). As regiões NUTS III que apresentaram um maior contributo para o decréscimo do emprego primário entre 2000 e 2014 foram a região Oeste (-0,38 p.p.), área metropolitana do Porto (-0,22 p.p.) e região de Leiria (-0,20 p.p.).

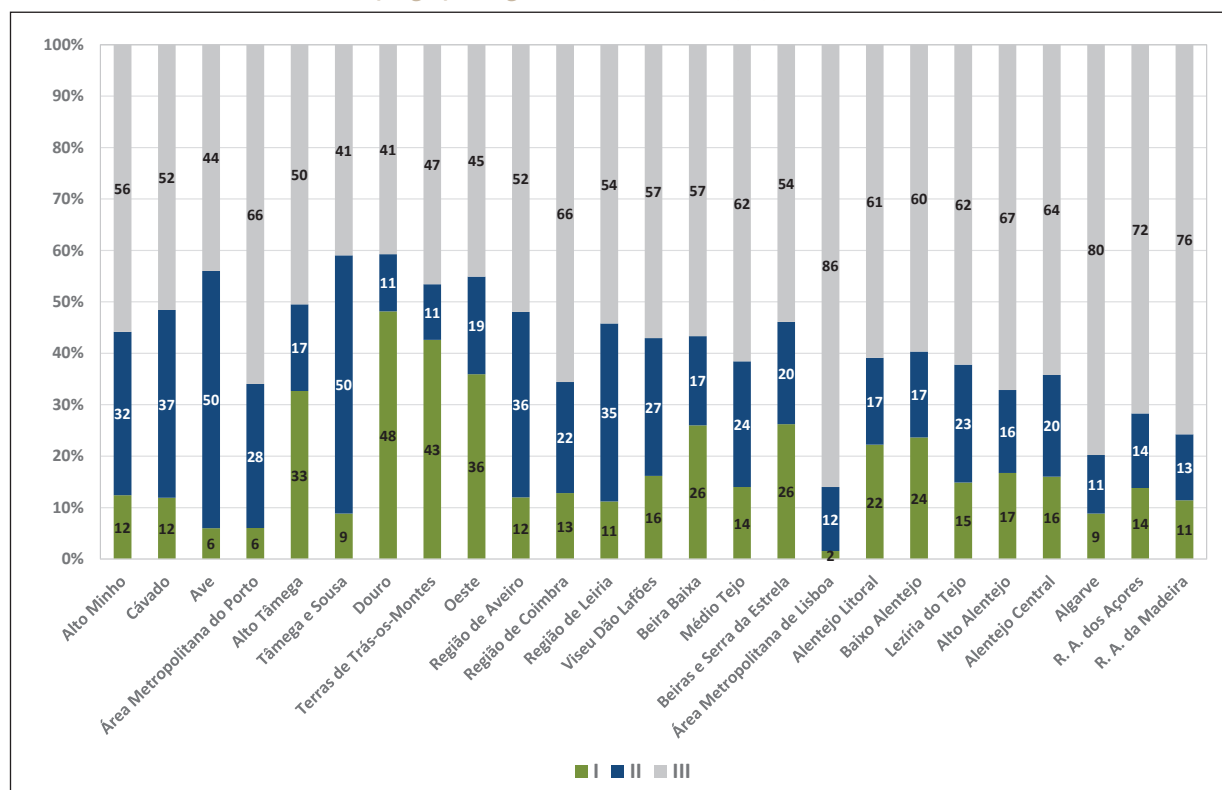
⁴ O emprego equivalente a tempo completo, que é igual ao número de empregos equivalentes a tempo completo, é definido como o total de horas trabalhadas dividido pela

média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo no território económico.

Quadro 2. Estrutura do emprego primário por regiões NUTS III e respetivas variações

	Estrutura do emprego primário (%)			Taxa de crescimento médio anual em volume (%)	Contributo médio para a variação do emprego (p.p.)
	2000	2014	Variação 2000/2014 (p.p.)	2000/2014	
Portugal	100,0	100,0		-1,9	
NUTS II					
Norte	35,4	38,1	2,8	-1,4	-0,52
Centro	41,7	38,4	-3,3	-2,5	-0,95
Área Metropolitana de Lisboa	3,2	4,2	1,0	0,1	-0,01
Alentejo	9,1	10,4	1,3	-0,9	-0,10
Algarve	3,8	3,4	-0,3	-2,5	-0,09
R.A. Açores	3,2	2,9	-0,3	-2,7	-0,07
R.A. Madeira	3,7	2,5	-1,2	-4,5	-0,13
NUTS III					
Alto Minho	2,1	2,3	0,2	-1,3	-0,03
Cávado	4,8	4,4	-0,3	-2,4	-0,11
Ave	2,1	2,2	0,1	-1,5	-0,03
Área Metropolitana do Porto	9,6	9,2	-0,4	-2,2	-0,22
Alto Tâmega	1,6	2,2	0,6	0,3	0,01
Tâmega e Sousa	2,8	3,0	0,2	-1,4	-0,04
Douro	8,8	10,2	1,4	-0,8	-0,08
Terras de Trás-os-Montes	3,6	4,6	1,0	-0,2	-0,01
Oeste	15,2	13,5	-1,8	-2,7	-0,38
Região de Aveiro	3,0	4,0	1,0	0,2	0,01
Região de Coimbra	5,5	4,9	-0,6	-2,8	-0,14
Região de Leiria	4,9	3,0	-1,8	-5,2	-0,20
Viseu Dão Lafões	3,3	3,4	0,1	-1,7	-0,06
Beira Baixa	1,6	2,0	0,4	-0,2	-0,01
Médio Tejo	3,9	2,6	-1,3	-4,7	-0,15
Beiras e Serra da Estrela	4,2	5,0	0,7	-0,8	-0,03
Área Metropolitana de Lisboa	3,2	4,2	1,0	0,1	-0,01
Alentejo Litoral	1,4	1,8	0,4	0,0	0,00
Baixo Alentejo	1,7	2,3	0,6	0,2	0,00
Lezíria do Tejo	2,7	2,7	0,0	-1,9	-0,05
Alto Alentejo	1,3	1,4	0,1	-1,3	-0,02
Alentejo Central	2,0	2,2	0,2	-1,2	-0,03
Algarve	3,8	3,4	-0,3	-2,5	-0,09
R.A. Açores	3,2	2,9	-0,3	-2,7	-0,07
R.A. Madeira	3,7	2,5	-1,2	-4,5	-0,13

Fonte: GPP, a partir da variável "nº de indivíduos totais por ramo de atividade, A3" das Contas Regionais, INE
 Data da última atualização: dezembro de 2016

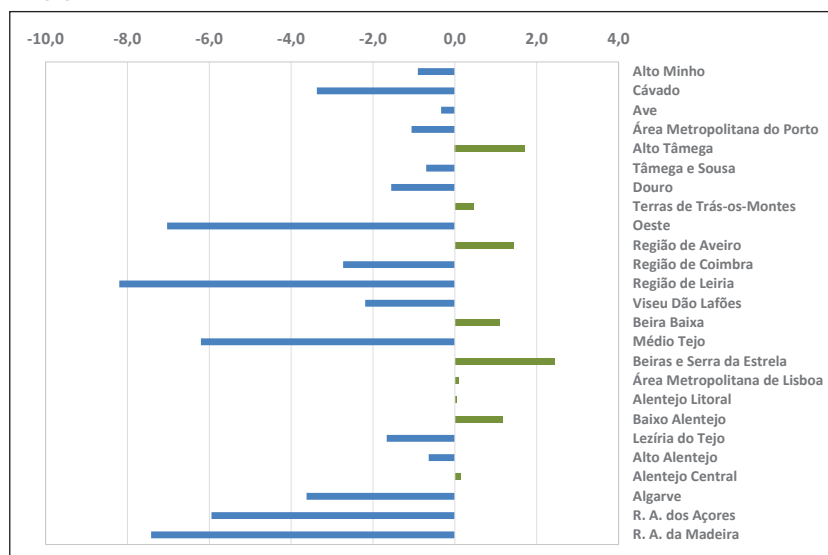
Gráfico 4. Estrutura setorial do emprego por regiões NUTS III – 2014 (%)

Fonte: GPP, a partir da variável "nº de indivíduos totais por ramo de atividade, A3" das Contas Regionais, INE
Data da última atualização: dezembro de 2016

O setor primário tem maior importância na formação de emprego nas regiões NUTS III do Douro e Terras de Trás-os-Montes, Oeste e Alto Tâmega

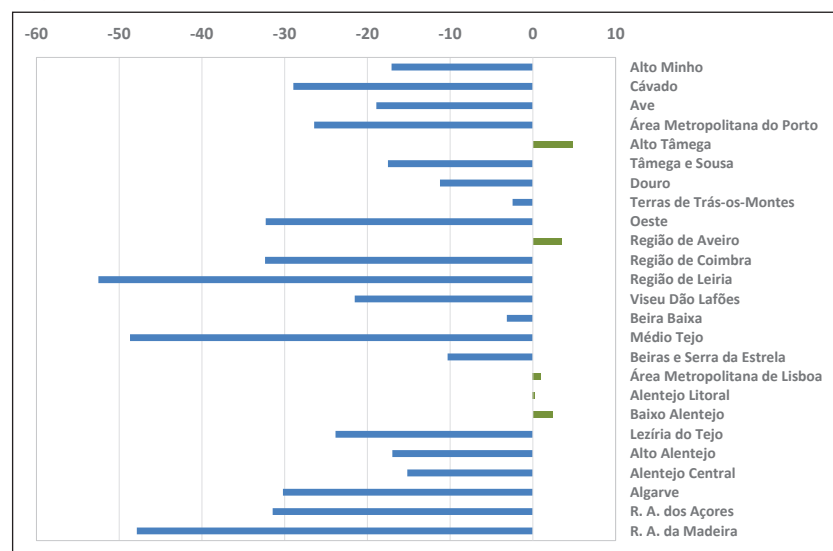
O emprego ao nível do setor primário é determinante para algumas sub-regiões do país, nomeadamente as sub-regiões do Douro e Terras de Trás-os-Montes, correspondendo, respetivamente, a 48% e 43% do emprego regional. De facto, as zonas localizadas no interior norte de Portugal são as que revelam uma maior importância do emprego do setor primário, fruto da importância da agricultura na economia regional. Saliente-se o ganho de importância do emprego primário, nomeadamente para

as regiões Beira e Serra da Estrela (2,4 p.p.), Alto Tâmega (1,7 p.p.) e Região de Aveiro (1,4 p.p.).

Gráfico 5. Variação 2000/2014 do peso do emprego primário por regiões NUTS III (p.p.)

Fonte: GPP, a partir da variável "nº de indivíduos totais por ramo de atividade, A3" das Contas Regionais, INE
Data da última atualização: dezembro de 2016

Gráfico 6. Taxa de variação 2000/2014 do emprego primário por regiões NUTS III (%)



Fonte: GPP, a partir da variável "nº de indivíduos totais por ramo de atividade, A3" das Contas Regionais, INE
Data da última atualização: dezembro de 2016

As áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa apresentam a menor expressão do emprego no setor primário, com valores de 6,0% e 1,6% da população empregada, respetivamente.

Emprego no setor primário diminuiu em quase todas as regiões NUTS III

A diminuição do emprego no setor primário foi transversal à grande maioria das regiões NUTS III, exceto o Alto Tâmega (4,7%), Região de Aveiro (3,5%), Baixo Alentejo (2,4%), Área Metropolitana de Lisboa (1,0%) e Alentejo Litoral (0,2%), cuja evolução foi positiva no período 2000/2014.

c) O volume de trabalho na agricultura portuguesa⁵

Diminuição acentuada do volume de trabalho agrícola

O volume de trabalho agrícola tem vindo a decrescer continuamente desde 1995 (média anual

1995/2015: -2,6%), em particular o volume de trabalho não assalariado (-3,0% ao ano).

Substituição do emprego agrícola por serviços

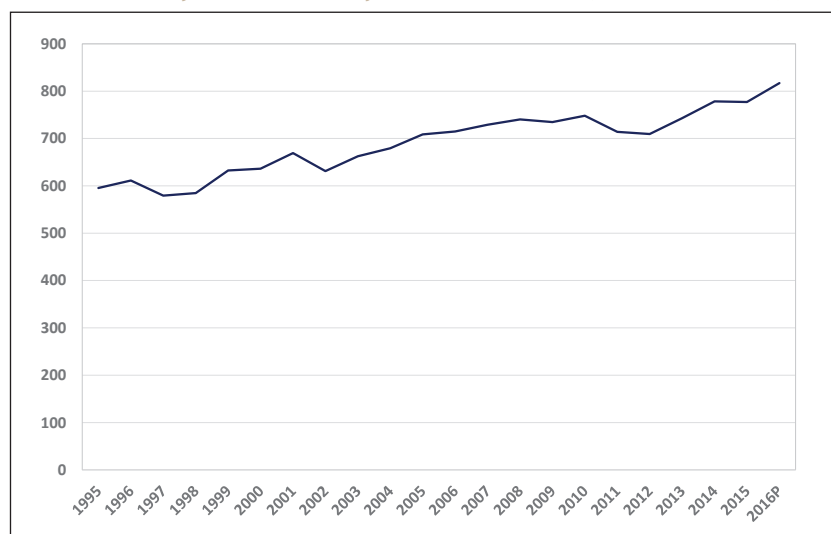
O volume de consumos intermédios utilizado pela agricultura tem vindo a crescer, entre 1995 e 2016 (51%), sobretudo devido às aquisições de serviços⁶, nomeadamente, os "outros bens e serviços"⁷ (350%). Estes representavam 27% em 1995 e 35% em 2016, dos quais os "outros bens e serviços representaram, respetivamente, 17% e 22%. Esta

evolução parece apontar para uma substituição da aquisição de serviços de forma direta por meios indiretos, que se reflete apenas parcialmente no valor das remunerações dos assalariados mas não na totalidade. Em resultado, uma parte do trabalho

⁶ Inclui as rubricas: "Despesas com veterinários"; "Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas"; "Manutenção e Reparação de Edifícios Agrícolas e de Outras Obras"; "Serviços Agrícolas"; "Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM)" e "Outros Bens e Serviços".

⁷ Os valores contabilizados no item "outros bens e serviços" são muito diversos, em resultado nomeadamente das diferentes estruturas produtivas e métodos de produção. Apesar da característica "diversidade", os "outros bens e serviços" são, na UE27, os segundos maiores itens da estrutura de consumos intermédios, sendo por esta razão necessário conhecer os verdadeiros valores para a determinação correta do VAB e do rendimento. Um estudo elaborado pelo Eurostat revela que, em 2007, os "outros bens e serviços" pesavam em média 14% na estrutura de consumos intermédios, embora variando entre EM (de 3% na Polónia a 26% em Portugal), em resultado de dificuldades associadas à contabilização de, nomeadamente, custos não incluídos ou custos mal classificados (e.g. em vez de serem classificados como "outros bens e serviços", são classificados como "serviços agrícolas"), e à sobre/subvalorização (perigo de dupla contabilização).

⁵ O volume de trabalho agrícola, medido em UTA é, em regra, inferior ao emprego em n.º de indivíduos. A diferença entre ambos, bem como a adequação da medição do volume de emprego em UTA, será tanto maior quanto maior for o trabalho prestado a tempo parcial.

Gráfico 7. Evolução da Remuneração dos Assalariados (milhões de euros)

P - valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (base 2011), INE

Data da última atualização: CEA (fevereiro de 2017)

e do produto agrícolas estará a ser imputado ao setor dos serviços como resultado de uma externalização de atividades anteriormente integradas na exploração agrícola.

Quadro 3. Evolução do VAB agrícola, a preços correntes, e algumas componentes (milhões de euros)

	1995	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015P	2016P	Taxa de crescimento médio anual (%)			
											1995/2000	2000/2005	2005/2010	2010/2016P
Produção pb	5 747	6 071	6 139	6 452	6 425	6 530	6 797	6 823	7 080	6 815	1,1	0,2	1,0	0,9
Consumo Intermédio	2 621	3 111	3 303	3 844	4 214	4 363	4 258	4 337	4 446	4 416	3,5	1,2	3,1	2,3
Bens	1 922	2 143	2 278	2 625	2 936	3 084	2 986	2 892	2 889	2 912	2,2	1,2	2,9	1,7
Serviços*	700	968	1 025	1 218	1 278	1 279	1 273	1 445	1 557	1 504	6,7	1,1	3,5	3,6
VABpb	3 126	2 960	2 836	2 608	2 211	2 166	2 539	2 486	2 634	2 398	-1,1	-0,8	-1,7	-1,4
Subsídios líquidos de impostos à produção	331	277	531	706	595	785	689	662	578	1 009	-3,5	13,8	5,9	6,1
VABcf	3 457	3 237	3 367	3 314	2 806	2 952	3 228	3 148	3 211	3 407	-1,3	0,8	-0,3	0,5
Remuneração dos Assalariados	595	636	709	748	714	709	743	778	777	817	1,3	2,2	1,1	1,5
Excedente Bruto de Exploração	2 862	2 601	2 658	2 566	2 092	2 242	2 485	2 370	2 434	2 590	-1,9	0,4	-0,7	0,2

*Inclui "outros bens e serviços"

P - valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (base 2011), INE

Data da última atualização: CEA (fevereiro de 2017)

Quadro 4. Estrutura dos Consumos intermédios e respetivas variações (%)

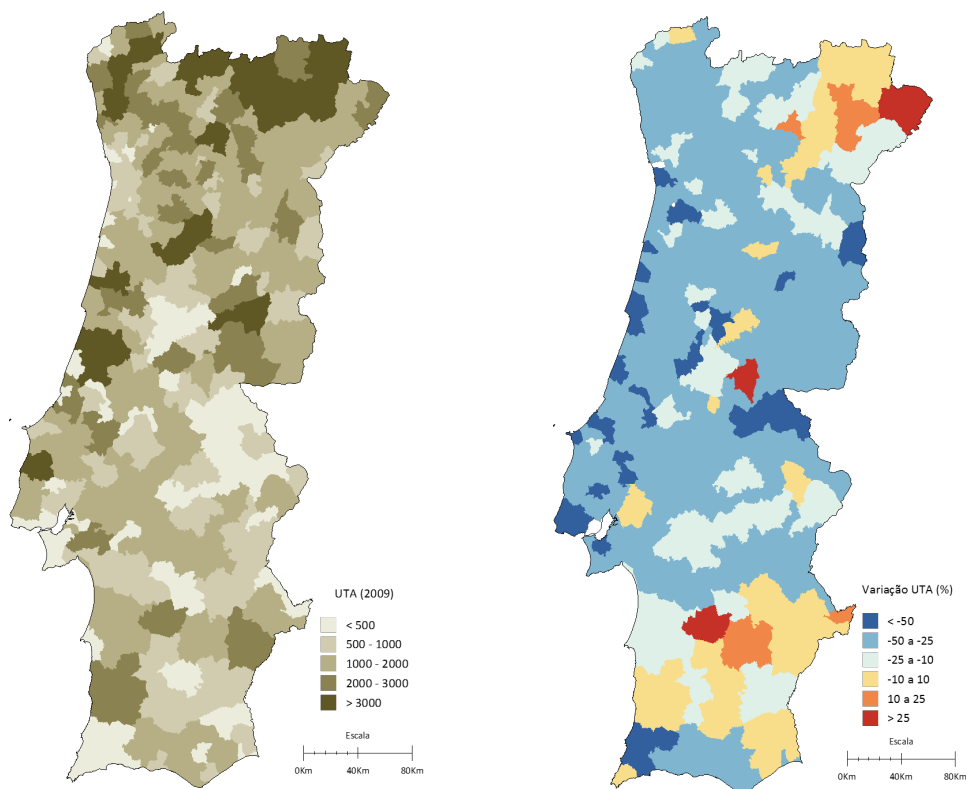
	Estrutura de consumos intermédios (%)			Taxa de variação média 1994/96 e média 2014/16P (%)		
	1995	2016P	Variação (p.p.)	Volume	Preço	Valor
Total	100,0	100,0		51,0	5,8	59,9
Sementes e Plantas	4,0	2,7	-1,3	44,0	-25,3	16,2
Energia e Lubrificantes	8,2	7,7	-0,5	17,2	48,7	74,2
Aduos e Corretivos do Solo	4,7	4,5	-0,1	-20,4	81,8	43,9
Produtos Fitossanitários	2,2	3,3	1,2	56,1	46,2	128,0
Despesas com Veterinários	0,5	0,6	0,0	13,4	54,1	74,8
Alimentos para Animais	53,7	47,2	-6,6	-0,6	41,1	40,2
Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas	2,7	3,3	0,6	42,2	41,1	99,1
Manutenção e Reparação de Edifícios Agrícolas e de Outras Obras	1,7	3,2	1,4	108,9	28,7	168,4
Serviços Agrícolas	2,8	3,5	0,7	16,1	80,0	109,2
Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (SIFIM)	2,2	2,2	-0,1	110,7	-25,0	58,3
Outros Bens e Serviços	17,2	21,9	4,7	350,7	-57,8	92,7

P - valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (base 2011), INE

Data da última atualização: CEA (fevereiro de 2017)

Figura 1. Volume de trabalho agrícola (UTA) e respetiva taxa de variação 1999/2009 (%) por concelho
UTA por concelho em 2009 **Taxa de variação 99/09 das UTA por concelho (%)**



Fonte: GPP, a partir de RA 1999 e 2009, INE

Volume de trabalho agrícola concentra-se nas regiões Norte e Centro - 80%

O recenseamento agrícola de 2009 revela uma concentração do volume de trabalho agrícola nas regiões Norte (43,4%) e Centro (36,3%) do continente. A norte destacam-se as sub-regiões do Alto-Trás-os-Montes (10,6%), Douro (9,7%) e Tâmega (6,9%). Os concelhos mais relevantes neste âmbito são: Barcelos (1,5%), Chaves (1,4%), Ponte de Lima (1,3%) e Valpaços (1,3%).

Volume de trabalho agrícola diminuiu na grande maioria dos concelhos

Entre 1999 e 2009 verificou-se, em geral, uma diminuição do volume de trabalho agrícola nas regiões do Continente. Contudo, a desagregação por concelho evidencia evoluções diferenciadas, nomeadamente concelhos que ganharam volume de trabalho, em particular nas regiões de Trás-os-Montes e Alentejo.

d) O emprego na agricultura da UE28

O emprego medido em volume de trabalho agrícola diminuiu em todos os EM da UE15, destacando-se PT com um dos maiores decréscimos (-45% entre 1995 e 2016)

A Polónia (20,6%), a Roménia (12,7%) e a Itália (12,2%) concentram 45,5% do volume de trabalho agrícola da UE28. O emprego agrícola diminuiu em todos os EM da UE15, destacando-se a Finlândia (-46%) e Portugal (-45%) com as maiores descidas desde 1995. Dos países que entraram em 2004, todos diminuíram com exceção de Malta (17%), destacando-se com os maiores decréscimos face a 2004 a Eslováquia (-55%) a Estónia (-48%) e a Letónia (-47%). A Bulgária e a Roménia, que aderiram em 2007, também registaram diminuições nas UTAs (-48% na Bulgária e -46% na Roménia). Já o volume de trabalho agrícola na Croácia, que aderiu à União Europeia em 2013, diminuiu 3%.

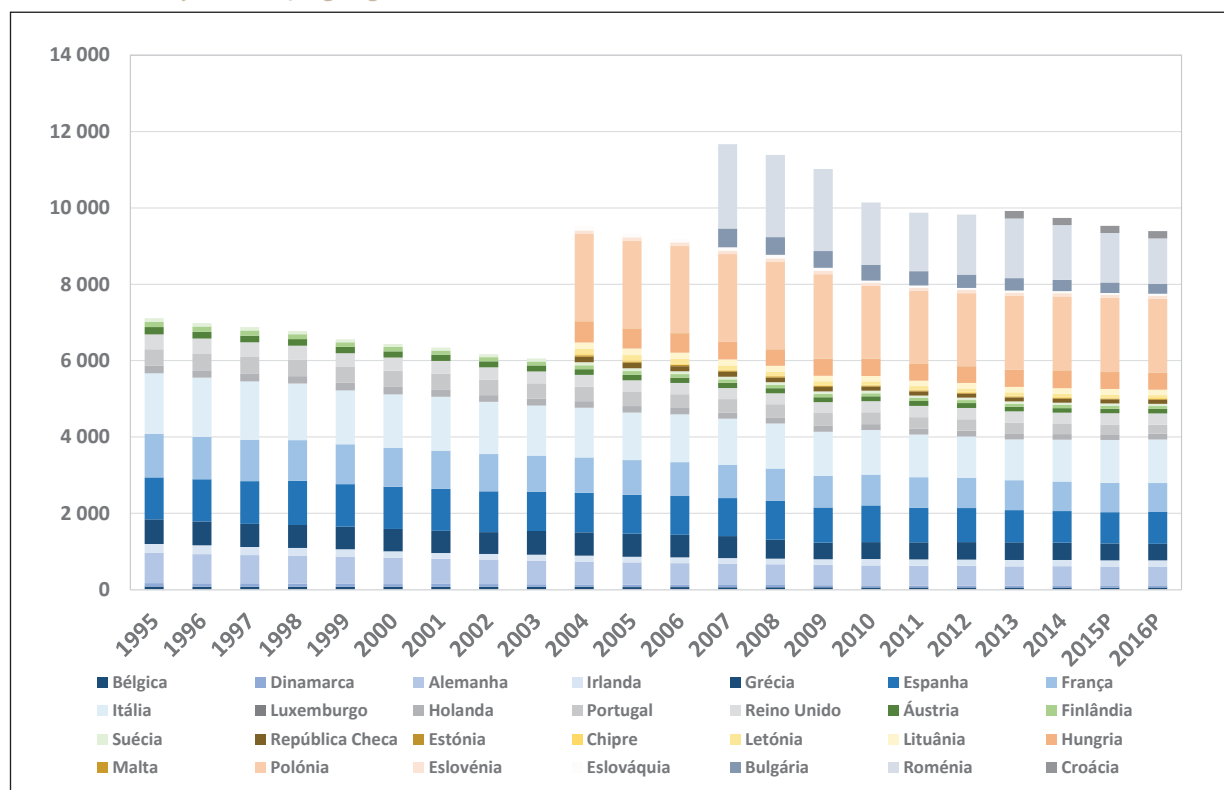
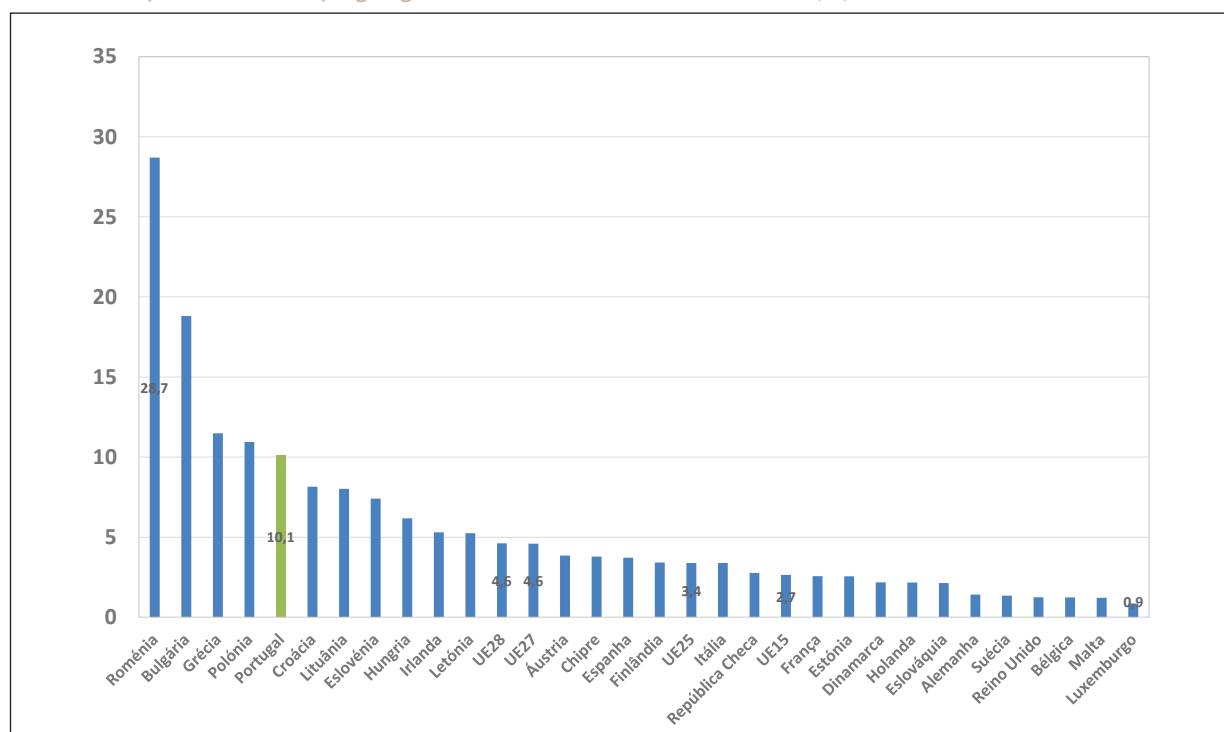
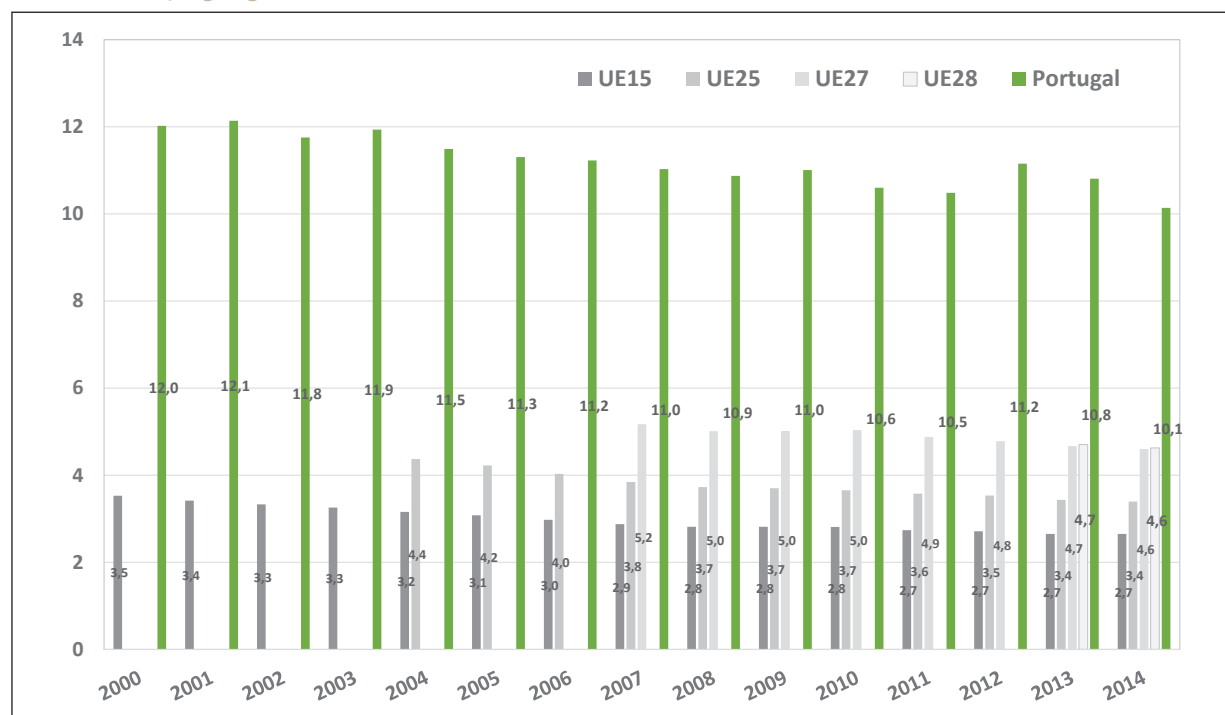
Gráfico 8. Evolução do emprego agrícola na UE (mil UTA)**Gráfico 9. Importância do emprego agrícola na economia de PT e UE – 2014 (%)**

Gráfico 10. Emprego agrícola na economia de PT e UE (%)



Fonte: GPP, a partir da variável "nº de indivíduos por Estado-Membro" de Contas Nacionais, Eurostat

A importância da agricultura no emprego é mais relevante em PT do que na UE

A importância da agricultura na economia portuguesa é, relativamente ao emprego, uma das mais elevadas entre os Estados-Membros, com um peso de 10,1% no total do emprego nacional (superior à média da UE28 com 4,6%). O emprego agrícola destaca-se na Roménia (28,7%), Bulgária (18,8%) e Grécia (11,6%). No extremo oposto, ocupa um lugar menos relevante nas economias de países como o Luxemburgo (0,9%), Malta (1,2%) e Bélgica (1,2%).

4. Especificidades estruturais do trabalho agrícola

A agricultura, dada a natureza das suas atividades, nomeadamente o seu carácter maioritariamente familiar e de pequena dimensão, por um lado, e a sazonalidade de grande parte das tarefas que lhes estão associadas, por outro, apresenta características estruturais muito específicas e claramente distintas de outros setores da economia.

A mão-de-obra na agricultura caracteriza-se assim por ser maioritariamente familiar e a tempo parcial, pois os membros do agregado familiar procuram, em grande medida, outras fontes de rendimento exteriores à exploração.

A análise que a seguir se apresenta tem por base os resultados oficiais dos Recenseamentos Agrícolas (1989, 1999 e 2009) e dos Inquéritos às Estruturas das Explorações Agrícolas (1993, 1995, 1997, 2003, 2005, 2007, 2013), disponíveis no *site* do INE.

a) Breve caracterização das explorações agrícolas

Em 2013 existiam, em Portugal Continental, cerca de 240 mil explorações agrícolas. Essas explorações davam origem a um volume de trabalho de perto de 305 mil UTA, o que corresponde, em termos médios, a 1,3 UTA por exploração (1,5 em 1989) e 8,7 UTA por cada 100 ha de superfície agrícola útil (20,9 em 1989). A mão-de-obra familiar correspondia a 75,5% do total do volume de mão-de-obra (84,9% em 1989).

Quadro 5: Evolução do volume de trabalho e população agrícola familiar na agricultura

	1989	1993	1995	1997	1999	2003	2005	2007	2009	2013
EXPLORAÇÕES (nº)	550 879	446 146	412 064	381 793	382 163	330 656	297 046	251 547	278 114	240 527
SAU (ha)	3 879 579	3 821 319	3 800 379	3 700 161	3 736 140	3 578 034	3 552 347	3 357 019	3 542 305	3 517 740
VOLUME DE TRABALHO (UTA)	810 005	576 661	551 197	492 999	497 537	431 521	376 370	319 369	341 502	304 677
Mão-de-obra agrícola familiar	687 485	484 712	460 220	406 351	408 224	352 376	309 759	260 110	272 783	230 012
Produtor	311 206	231 524	221 960	200 648	206 241	180 870	163 899	138 618	147 342	123 072
Mão-de-obra agrícola não familiar	122 520	91 948	90 977	86 647	89 313	79 145	66 611	59 258	68 718	74 664
Permanente	58 932	46 524	44 232	41 976	43 962	40 758	38 402	35 820	38 960	46 010
Eventual	60 565	43 112	44 590	42 655	42 525	35 967	26 351	21 677	26 000	23 795
Não contr. direta/ pelo produtor	3 023	2 312	2 155	2 016	2 826	2 420	1 858	1 761	3 758	4 859
POPULAÇÃO AGRÍCOLA (nº)	1 799 736	1 408 613	1 261 088	1 133 401	1 123 418	935 316	787 102	656 296	709 928	604 926
UTA/Exploração	1,5	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,3
UTA/100 HA SAU	20,9	15,1	14,5	13,3	13,3	12,1	10,6	9,5	9,6	8,7
Peso da Mão-de-Obra familiar (%)	84,9	84,1	83,5	82,4	82,0	81,7	82,3	81,4	79,9	75,5

Fonte: GPP, a partir de INE

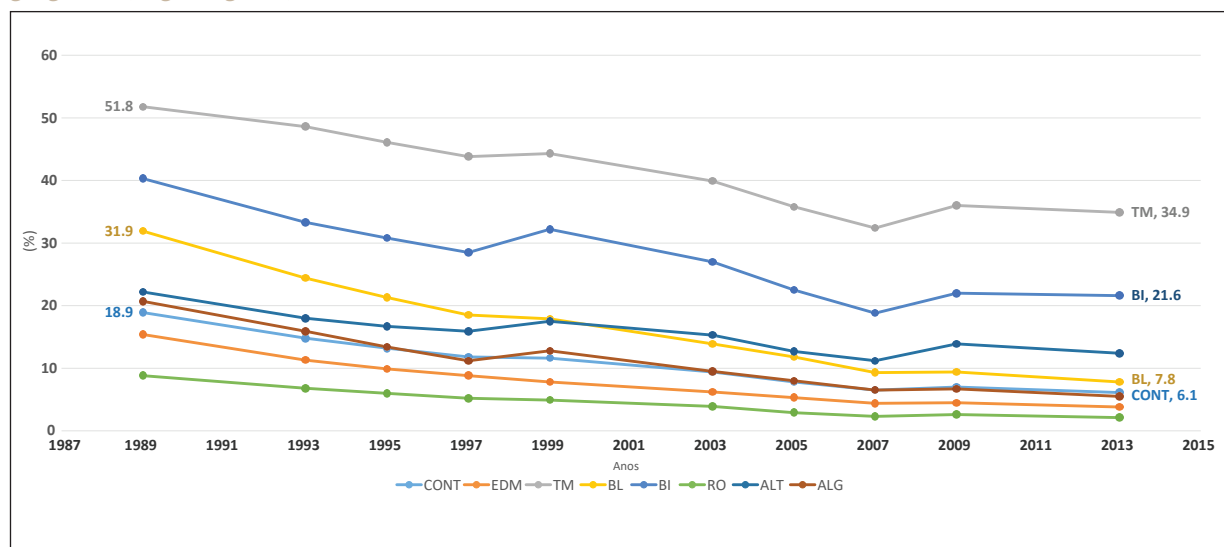
Os agregados familiares dos produtores singulares eram constituídos por perto de 605 mil pessoas, com uma quebra de 66% em relação a 1989 (1,8 milhão de pessoas). Destas 605 mil, 575 mil, fazendo parte do agregado familiar, desempenham tarefas na exploração agrícola, sendo que apenas perto de 19% o fazem a tempo completo. A esmagadora maioria desempenha essas tarefas a tempo parcial.

b) População agrícola familiar

• Importância na população residente e na população ativa

As cerca de 605 mil pessoas que constituíam, em 2013, a população agrícola familiar⁸ representavam 6,1% da população residente do Continente. Esta importância tem vindo a diminuir, desde 1989 (18,9%) e apre-

Gráfico 11. Evolução da proporção da população agrícola familiar na população residente (%) por localização geográfica (Região agrária)



Fonte: GPP, a partir de INE

⁸ Conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração

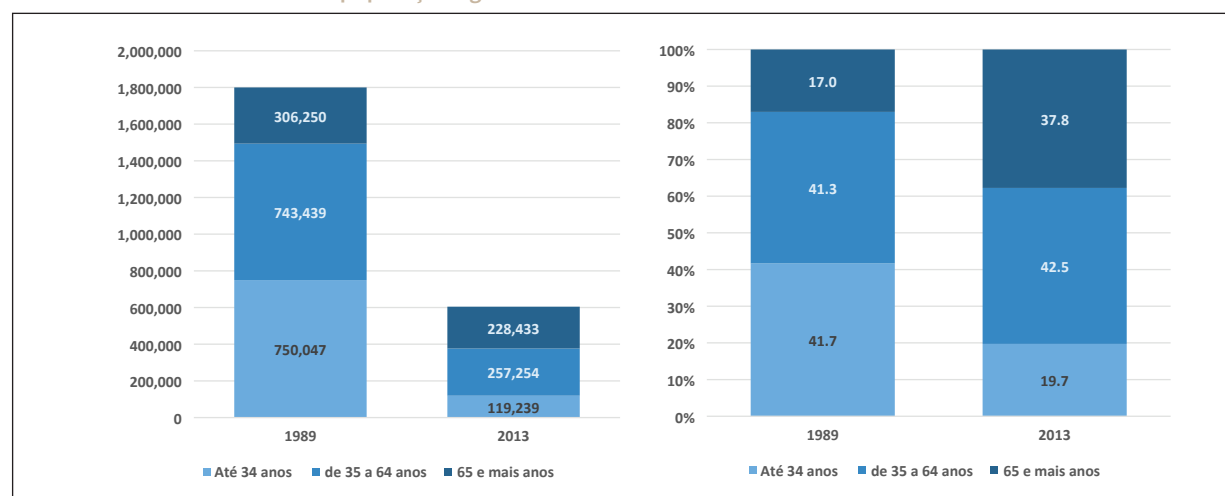
senta valores muito distintos de região para região, sendo umas consideravelmente mais agrícolas do que outras. De realçar o Interior Norte e Centro, onde a região de Trás-os-Montes apresentava em 2013 cerca de 35% da sua população residente com ligação familiar a explorações agrícolas (51,8% em 1989). Pelo contrário, as regiões onde se localizam os grandes centros urbanos de Lisboa e Porto apresentavam, como seria de esperar, uma importância muito menor da população agrícola (RO, 2,1%; EDM, 3,8%).

• Classe etária, género e escolaridade

A população agrícola familiar, acompanhando o decréscimo do número de explorações tem apre-

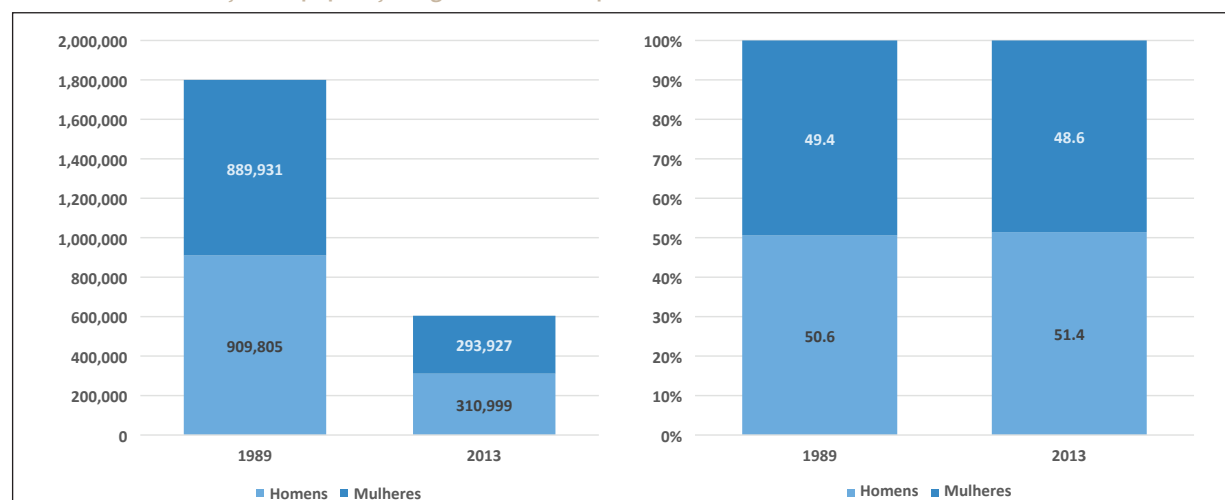
sentado uma tendência clara de diminuição dos seus membros. Caracteriza-se, de uma forma global, por um peso significativo e crescente de pessoas com 65 ou mais anos, cerca de 38% em 2013 contra 17% em 1989, com um nível de instrução baixo embora apresentando melhorias consideráveis (18,8% sem nenhum nível de instrução completo, 42,6% em 1989), com uma formação agrícola essencialmente assente na prática (cerca de 80%), embora, também neste caso, apresente significativos avanços (9,6% da população agrícola possui nível de formação completa ou cursos de formação profissionais agrícolas, sendo que em 1993 esse valor era apenas 1,5%).

Gráfico 12. Estrutura etária da população agrícola familiar

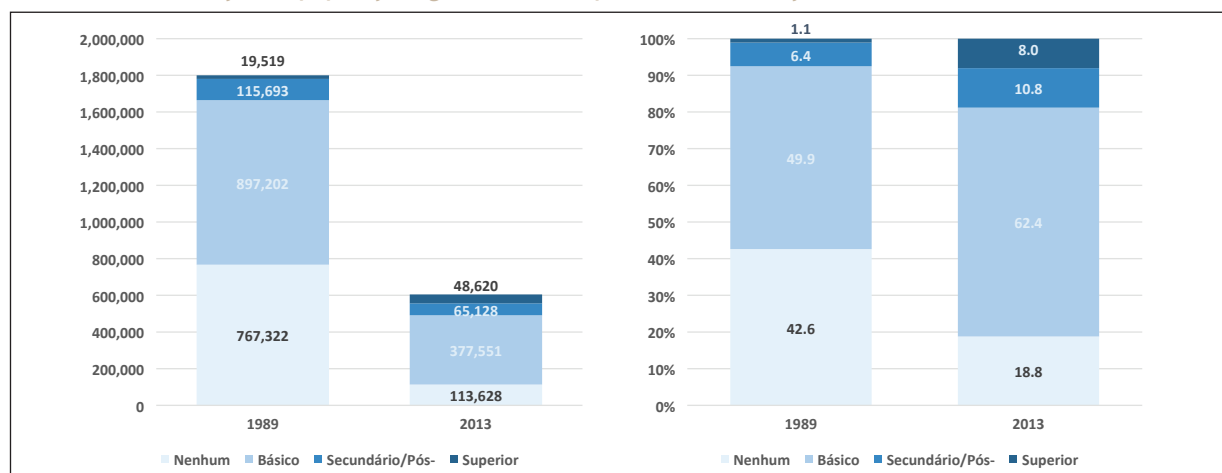


Fonte: GPP, a partir de INE

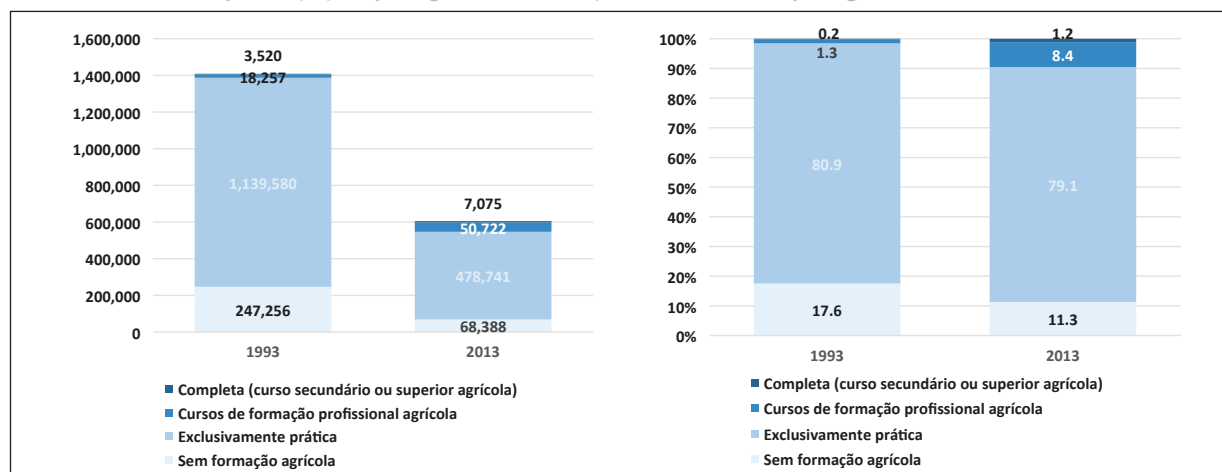
Gráfico 13. Distribuição da população agrícola familiar por sexo



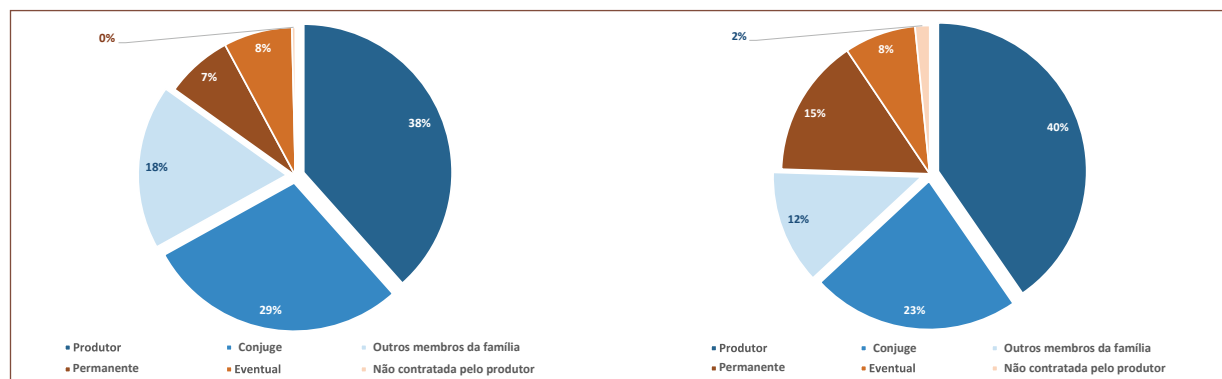
Fonte: GPP, a partir de INE

Gráfico 14. Distribuição da população agrícola familiar por nível de Instrução

Fonte: GPP, a partir de INE

Gráfico 15. Distribuição da população agrícola familiar por nível de formação agrícola

Fonte: GPP, a partir de INE

Gráfico 16. Estrutura do volume da mão-de-obra por tipo de mão-de-obra 1989 e 2013

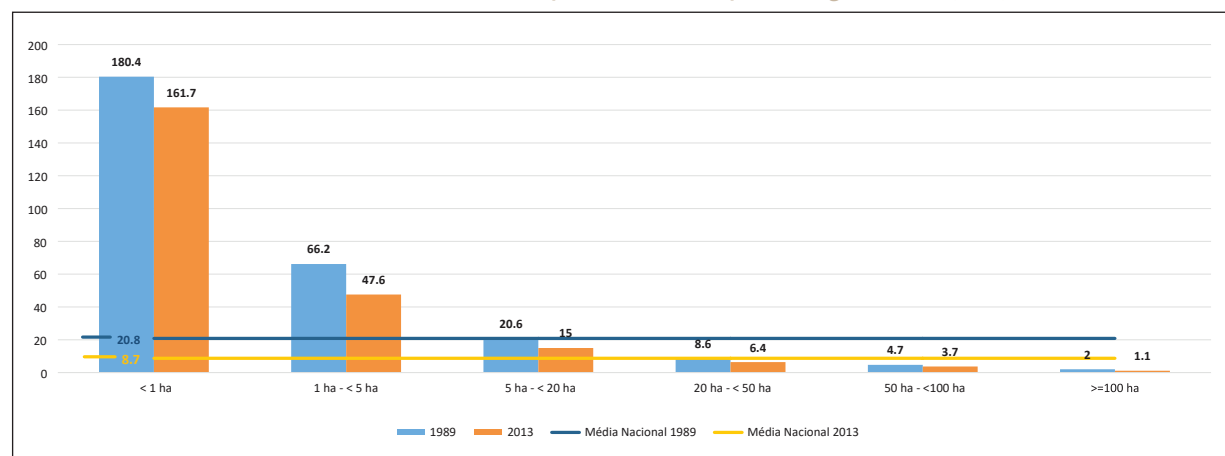
Fonte: GPP, a partir de INE

c) Mão-de-obra agrícola

Em 2013, o total do volume da mão-de-obra agrícola, era composto por perto de 305 mil UTA, tendo um cariz essencialmente familiar. Cerca de 75%

(85% em 1989) das UTA têm essa origem, onde o produtor agrícola tem o principal papel, com 40% (38% em 1989) do volume da mão-de-obra total.

Gráfico 17: Número de unidades de trabalho anual por 100 ha de Superfície Agrícola Útil (SAU)



Fonte: GPP, a partir de INE

Em média, existe um volume de mão-de-obra agrícola de 8,7 UTA por 100 ha de superfície agrícola útil, mas esse valor é muito diferenciado consoante o tipo de exploração, verificando-se uma correlação inversa muito forte com a dimensão da exploração. As explorações de maior dimensão física são, por norma, mais extensivas e mais mecanizadas, onde a intensidade da mão-de-obra é muito inferior.

• Mão-de-obra agrícola familiar

Tempo de atividade agrícola (trabalho a tempo parcial)

A mão-de-obra agrícola familiar era, em 2013, composta por cerca de 518 mil pessoas. Ou seja, perto de 86% do total da população agrícola familiar desempenha trabalhos na exploração agrícola. Destas, a grande maioria (86,2%) desempenham esses trabalhos a tempo parcial (76% em 1989 e 84% em 1999), mostrando uma tendência de aumento desta forma de participação nos trabalhos da exploração associado a incremento da procura de outras fontes de rendimento fora da exploração.

Apesar desta tendência, o valor médio de trabalho da mão-de-obra agrícola familiar por pessoa tem-

-se mantido relativamente constante: em média, uma pessoa que desempenha trabalhos na exploração agrícola ocupa 44% do seu tempo de trabalho anual com esse trabalho (43% em 1993 e os mesmos 44% em 2003).

Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor (plurirrendimento)

Do total das explorações do Continente em 2013, apenas 16,9% tinham a maior parte do rendimento do agregado doméstico do produtor com origem na exploração agrícola, evidenciando claramente o caráter complementar que a atividade agrícola desempenha em termos globais. Regionalmente, e como seria de esperar, estes valores estão muito associados à dimensão das explorações, registando-se o valor mais baixo na Beira Litoral (11,6%) e o mais alto no Alentejo (22,9%).

Em metade das explorações (50,3%), mais de 50% do rendimento do agregado doméstico do produtor provém de pensões e reformas. Este valor chega aos 61% na Beira Interior e Algarve.

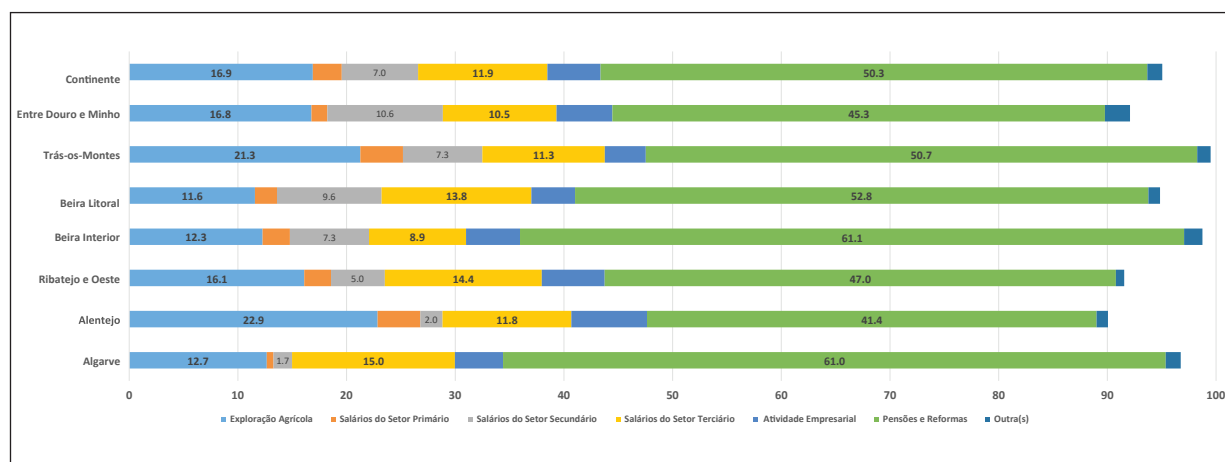
Em termos globais, esta procura por outros rendimentos, sendo estrutural na agricultura do Conti-

Quadro 6. Evolução do número de Unidades de Trabalho Anual por pessoa da mão-de-obra agrícola familiar

1989	1993	1995	1997	1999	2003	2005	2007	2009	2013
0,50	0,43	0,45	0,43	0,43	0,44	0,45	0,45	0,45	0,44

Fonte: INE

Gráfico 18. Peso das explorações com mais de 50% do rendimento do agregado doméstico do produtor em cada tipo de origem e por região agrária em 2013



Fonte: GPP, a partir de INE

nente, tem vindo a ganhar peso nas últimas duas décadas. Em 1989, 60% das explorações tinha como principal fonte de rendimento do agregado doméstico do produtor atividades exteriores à exploração agrícola, tendo esse esse valor subido para 82% em 2013. De realçar que o número de explorações em que o agregado doméstico vivia exclusivamente da exploração reduziu-se de 11,5% em 1989 para apenas 5,8% em 2013.

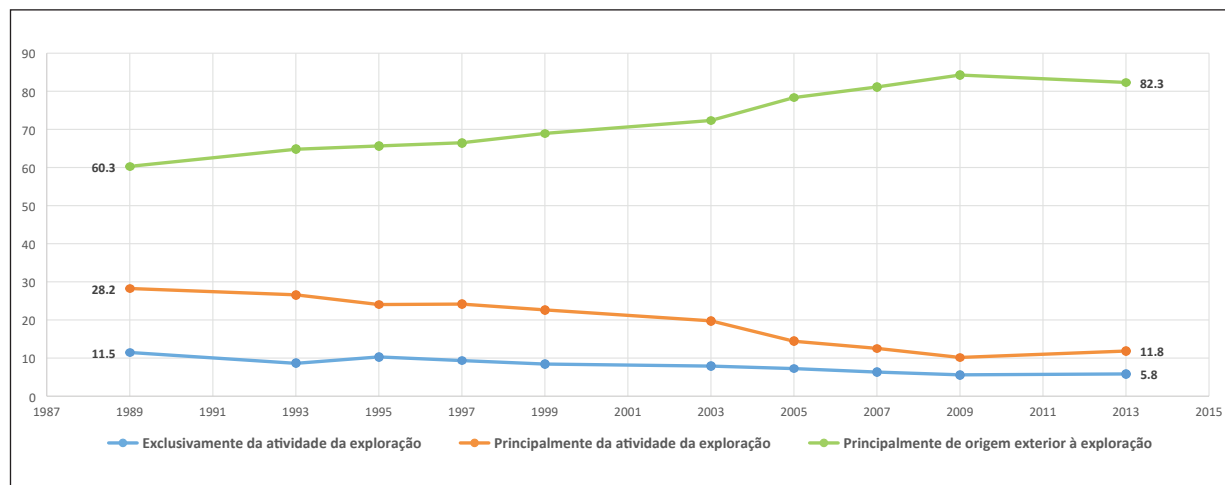
Mão-de-obra agrícola não-familiar

A mão-de-obra que não faz parte da estrutura familiar do produtor representava em 2013 um volume

total de perto de 75 mil UTA, ou seja, cerca de 25% do volume total de mão-de-obra agrícola. Apesar de, em termos globais, o seu volume ter vindo a diminuir, decrescendo de perto de 123 mil UTA em 1989 para cerca de 75 mil UTA em 2013, a importância no volume total de trabalho tem vindo a aumentar, de 15% em 1989 para os 25% já referidos.

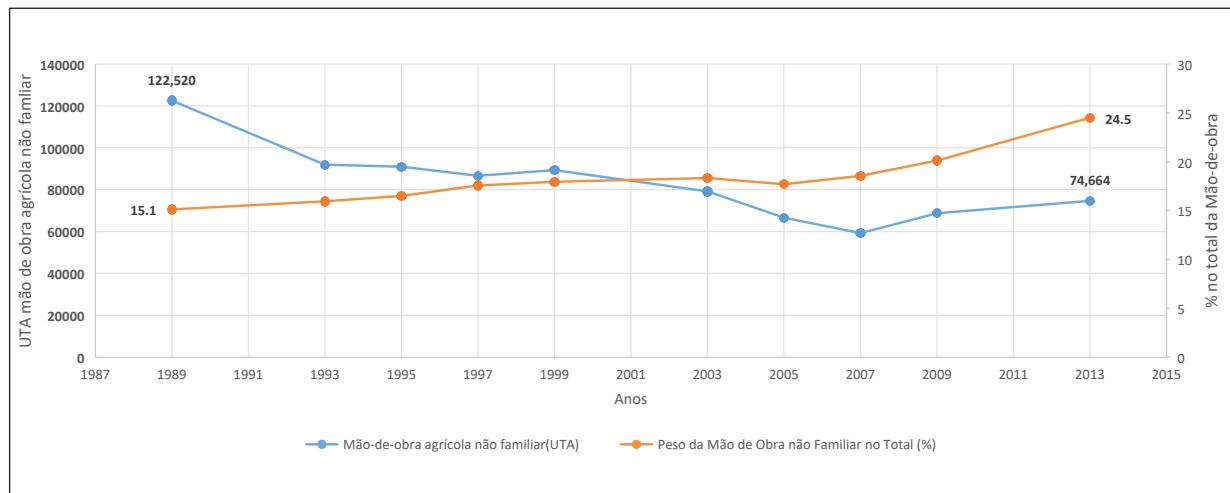
Esta importância apresenta valores muito diversificados regionalmente, embora a tendência de subida esteja sempre presente. O peso da mão-de-obra não familiar é muito maior nas regiões onde predominam as explorações de maior dimensão,

Gráfico 19: Evolução da fonte de rendimento do agregado doméstico do produtor 1989-2013



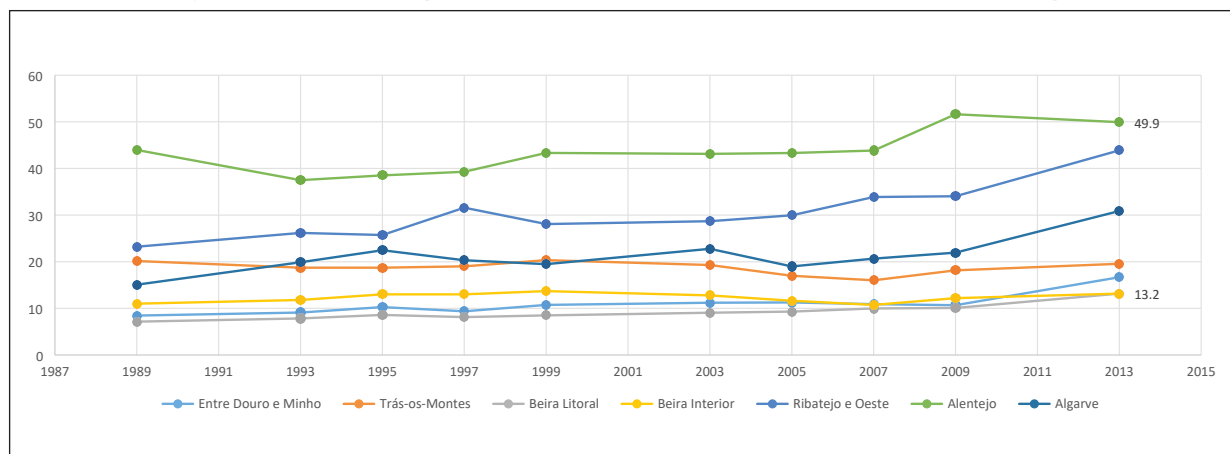
Fonte: GPP, a partir de INE

Gráfico 20: Evolução da mão-de-obra agrícola não familiar e respetivo peso no total da mão-de-obra agrícola



Fonte: GPP, a partir de INE

Gráfico 21. Evolução da mão-de-obra agrícola não familiar e o seu peso no total da mão-de-obra agrícola



Fonte: GPP, a partir de INE

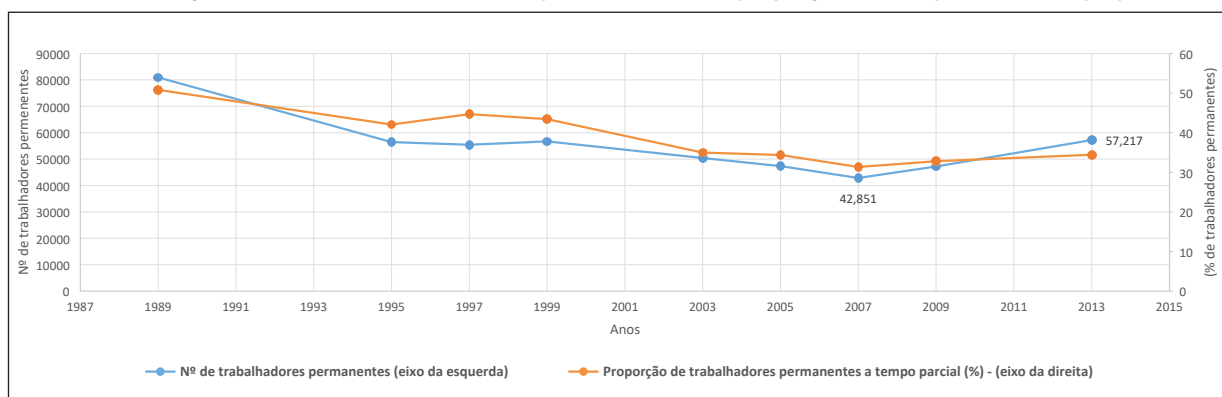
pois estas dão um suporte que permite uma maior profissionalização da atividade. Assim, no Alentejo, cerca de 50% do volume de trabalho é não familiar.

Na estatística oficial referente aos Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas, a mão-de-obra não familiar divide-se em três tipos: mão-de-obra permanente, mão-de-obra eventual e mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor.

Mão-de-obra permanente

A mão-de-obra permanente, ou seja, trabalhadores assalariados que trabalham na exploração com caráter de continuidade (o que significa, todos os

dias, alguns dias por semana ou alguns dias por mês), representava um volume de trabalho de 46 mil UTA (15% do volume total da mão-de-obra agrícola e 7% em 1989), levado a cabo por cerca de 57 mil pessoas. Assim, mesmo entre os trabalhadores com um vínculo permanente, a proporção de trabalho a tempo parcial é substancial. Em 2013, 34% das pessoas com vínculo permanente trabalhavam a tempo parcial. O número de trabalhadores permanentes apresenta uma tendência global de descida até 2007 (81 mil em 1989 e 43 mil em 2007) e, numa fase posterior, uma subida em valor absoluto para os já referidos 57 mil. Esta subida está relacionada com o reconhecido papel de amortecedor

Gráfico 22. Evolução do número de trabalhadores permanentes e da proporção destes que está a tempo parcial

Fonte: GPP, a partir de INE

social que a agricultura desempenha em momentos de crise.

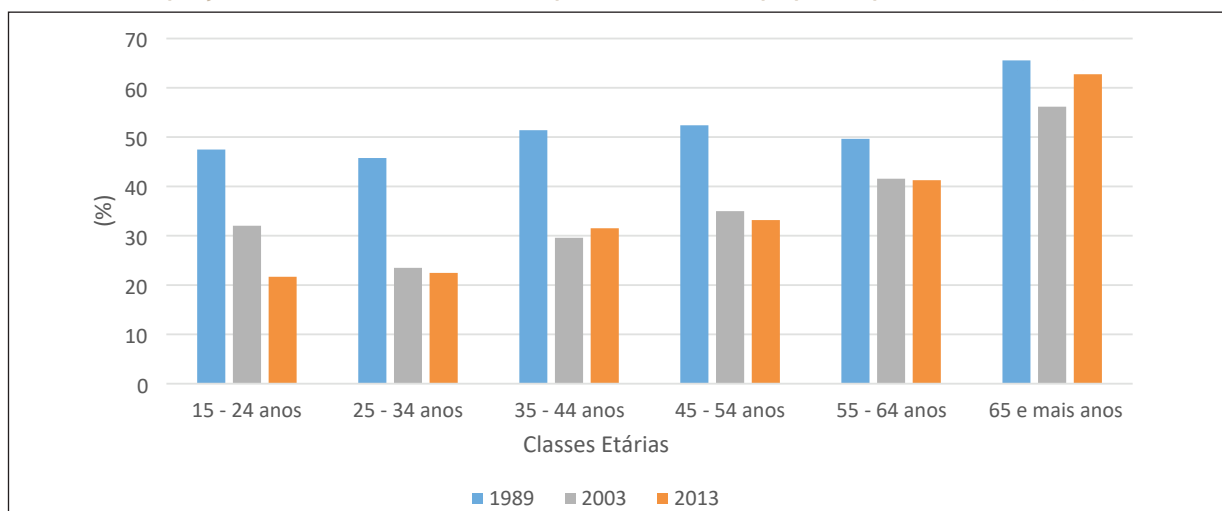
A proporção de trabalhadores permanentes que efetua trabalho a tempo parcial demonstra uma evolução muito semelhante à do total de trabalhadores permanentes, evidenciando que estes novos trabalhadores permanentes na agricultura, que surgem em alturas de crise, procuram esta atividade em complemento de outras atividades e outros rendimentos.

Por outro lado, verifica-se que é nas classes de idade mais elevadas que a proporção de trabalhadores a tempo parcial é superior, sendo assim também em 1989.

Os trabalhadores permanentes do sexo masculino, que representam dois terços do total de trabalhadores permanentes, são os que revelam um maior peso do trabalho temporário (37% nos homens e 30% nas mulheres, em 2013), tendo-se invertido o que acontecia antes de 2007, quando as mulheres apresentavam uma proporção maior (46% nos homens e 60% nas mulheres, em 1989).

Mão-de-obra eventual e não contratada diretamente pelo produtor

A mão-de-obra agrícola não familiar e não permanente divide-se em dois tipos diferentes. Por um lado, a mão-de-obra eventual que corresponde a trabalhadores que prestaram trabalho na explora-

Gráfico 23. Proporção do número de trabalhadores permanentes a tempo parcial por classe etária (%)

Fonte: GPP, a partir de INE

ção de uma forma irregular, isto é, sem carácter de continuidade, fazendo-o somente numa parte do ano. Por outro lado, a mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor, constituída pelo trabalho agrícola efetuado na exploração, por pessoas não contratadas diretamente pelo produtor, trabalhando por conta própria ou como empregados de terceiros, como é o caso do trabalho fornecido por empresas de trabalho à tarefa ou por cooperativas.

A mão-de-obra eventual, tal como a restante mão-de-obra, tem vindo a diminuir em valor absoluto. Em 2013, representava 7,8% do volume de trabalho do continente, proporção que se mantém relativamente estável ao longo do tempo. Regionalmente, tem importâncias muito diversificadas, mostrando

um peso maior em Lisboa e Vale do Tejo, com 15,3% do volume de trabalho, provavelmente devido ao tipo de mão-de-obra utilizado nas colheitas da fruticultura, e o menor peso na Beira Litoral.

A mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor, apesar da sua reduzida importância (1,6% do volume total de mão-de-obra em 2013), e ao contrário dos restantes tipos de mão-de-obra, tem apresentado um aumento significativo (crescimento de 18% ao ano entre 2007 e 2013 no Continente, valor que sobe para 44% na região agrária do Alentejo). Este aumento está ligado a novas formas de gestão das explorações onde a realização de operações é, cada vez mais, efetuada através da contratação de serviços.

ASSUNTOS BILATERAIS E MULTILATERAIS

CULTIVAR

S.m. Botânica. *QUALQUER VARIEDADE VEGETAL CULTIVADA, SEJA QUAL FOR SUA NATUREZA GENÉTICA.*

Dinâmicas salariais recentes em economias avançadas: fatores determinantes e implicações

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

AUTORES: Gee Hee Hong, Zsóka Kóczán, Weicheng Lian e Malhar Nabar (apoio de Benjamin Hilgenstock e Jungiin Lee)

EDITOR: FMI – Fundo Monetário Internacional

TÍTULO: Recent wage dynamics in advanced economies: drivers and implications (Cap.2 de World Economic Outlook)

TIPO DE DOCUMENTO: Relatório

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2017/09/19/~media/Files/Publications/WEO/2017/October/pdf/analytical-chapters/c2.ashx>

IDIOMA: Inglês

NÚMERO DE PÁGINAS: 44

DATA DA EDIÇÃO: Outubro de 2017

Resumo

Ao longo dos últimos três anos, os mercados de trabalho em muitas economias avançadas mostraram sinais crescentes de recuperação da Grande Recessão de 2008-09. No entanto, apesar da queda das taxas de desemprego, o crescimento dos salários foi reduzido, levantando uma questão irritante: porque é que uma maior procura de trabalhadores não fez aumentar os salários?

A pesquisa que consta no *World Economic Outlook*, de outubro de 2017, procura as razões do crescimento moderado dos salários nominais nas economias avançadas desde a Grande Recessão. Compreender os fatores que desligam a redução do desemprego do aumento dos salários é importante não só para a política macroeconómica, mas também para lidar com a redução da desigualdade de rendimentos e o aumento da segurança laboral.

Cresceu o emprego, mas os salários nem tanto

Em muitos casos, o crescimento do emprego recuperou e as taxas de desemprego estão agora de volta aos valores anteriores à recessão. Ainda assim, o crescimento do salário nominal permanece inferior ao que era antes desse período. O crescimento lento dos salários pode refletir um esforço deliberado de contenção, para evitar níveis insustentáveis anteriores à crise, como foi o caso em alguns países da Europa. Mas este padrão é mais generalizado e existem vários fatores em jogo para o explicar, tanto cíclicos como estruturais.

Um fator cíclico chave é o excedente existente no mercado de trabalho, ou seja, o excesso de oferta de mão-de-obra além da quantidade que as empresas desejariam empregar.

Vários países registaram também taxas mais elevadas de emprego a tempo parcial involuntário (trabalhadores empregados com menos de 30 horas por semana que relatam que gostariam de trabalhar por mais tempo) e um aumento dos contratos de trabalho temporário. Estes desenvolvimentos refletem em parte a reduzida procura de mão-de-obra (um reflexo da fraca procura final de bens e serviços).

Outra determinante do fraco crescimento dos salários é a desaceleração amplamente reconhecida da produtividade. Um baixo *output* por hora de trabalho pode comprimir a rentabilidade das empresas e, eventualmente, pesar sobre o crescimento dos salários na medida em que as empresas ficam menos dispostas a acomodar aumentos rápidos nas remunerações.

Fatores de movimento lento

Além destas forças, existem fatores de mudança mais lenta, como a automação em curso e a diminuição das expectativas de crescimento a médio

prazo, que também parecem bloquear o crescimento salarial. No entanto, a análise sugere que a automação pode não ter contribuído de forma significativa para a dinâmica do fraco crescimento salarial após a Grande Recessão.

A análise também indica importantes fatores globais por detrás deste fraco crescimento salarial, nomeadamente, as condições do mercado de trabalho noutros países parecem ter um efeito crescente na determinação dos salários nas diferentes economias. Isto aponta para o possível papel da ameaça de deslocalização da produção entre países, ou para um aumento na efetiva oferta mundial de mão-de-obra através da imigração.

Variações consoante os países

Os papéis relativos do excedente no mercado de trabalho e do crescimento da produtividade variam consoante os países. Em economias onde as taxas de desemprego ainda são sensivelmente superiores às respetivas médias antes da recessão (como Itália, Portugal e Espanha), o elevado desemprego pode explicar cerca de metade da desaceleração do crescimento salarial nominal desde 2007. O crescimento salarial é, portanto, improvável até que diminua de forma significativa o excedente no mercado de trabalho - um resultado que exige políticas de estímulo contínuas para impulsionar a procura agregada.

Em economias onde as taxas de desemprego são inferiores à média antes da recessão (como Alemanha, Japão, Estados Unidos e Reino Unido), o lento crescimento da produtividade pode representar cerca de dois terços da desaceleração do crescimento salarial nominal desde 2007. Mesmo aqui, no entanto, o emprego involuntário a tempo parcial parece pesar sobre o crescimento salarial, sugerindo uma maior desaceleração no mercado de trabalho do que a redução da taxa de desemprego parece indicar. Avaliar o verdadeiro grau do excedente no mercado de trabalho nessas economias

será importante para determinar o ritmo adequado de redução das políticas monetárias de estímulo.

Mudanças mais amplas no mercado de trabalho

A pesquisa indica ainda que o crescimento salarial lento ocorreu num contexto de mudanças mais amplas no mercado de trabalho. O aumento do emprego a tempo parcial involuntário, por exemplo, é em parte explicado pela procura ciclicamente fraca. Políticas de estímulo que ajudem a aumentar a procura agregada farão diminuir o emprego a tempo parcial involuntário. Mas este está também associado a fatores como a automação, a diminui-

ção das expectativas de crescimento a médio prazo e a crescente importância do setor de serviços.

Alguns destes desenvolvimentos representam mudanças persistentes nas relações entre as empresas e os trabalhadores que refletem as mudanças subjacentes na economia. Os decisores políticos podem, portanto, precisar de aumentar os esforços para reduzir as vulnerabilidades que os trabalhadores a tempo parcial enfrentam. Exemplos de medidas possíveis incluem o alargamento da cobertura do salário mínimo, onde atualmente não inclui o trabalho a tempo parcial, e o reforço do ensino secundário e superior para melhorar as competências a longo prazo.

Trabalho e Políticas de Emprego

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

COORDENAÇÃO: Manuel Carvalho da Silva, Pedro Hespanha e José Castro Caldas

AUTORES: Manuel Carvalho da Silva, Pedro Hespanha, Nuno Teles, José Castro Caldas, Carla Valadas, Jorge Caleiras, Maria da Paz Campos Lima, João Ramos de Almeida, António Casimiro Ferreira e Hermes Augusto da Costa

TÍTULO: “Trabalho e Políticas de Emprego – um retrocesso evitável”

COLECÇÃO: Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra

EDITOR: Conjuntura Actual Editora

TIPO DE DOCUMENTO: Relatório

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 409

ANO DA EDIÇÃO: 2017

Palavras-chave: trabalho, desemprego, políticas públicas de emprego, crise

Estrutura do documento

Este relatório apresenta a seguinte estrutura:

- Introdução - Trabalho e políticas de emprego: passado com lastro, presente conturbado e futuro indeterminado
- Cap.1 - Trabalho como variável de ajustamento: da teoria à prática
- Cap.2 - Crise e novas tendências do mercado de trabalho
- Cap.3 - O labirinto das políticas de emprego
- Cap.4 - Emprego e desemprego: o que mostram e o que escondem as estatísticas
- Cap.5 - A grande regressão da negociação coletiva: os desafios e as alternativas
- Cap.6 - A concertação social em tempo de crise
- Conclusão - O futuro do trabalho e do emprego em aberto

Resumo

O Observatório sobre Crises e Alternativas foi criado em 2012 com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as causas da crise e as consequências do ajustamento estrutural. No quadro da sua atividade produziu três relatórios: (1) A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos (2014); (2) A financeirização do capitalismo em Portugal (2016) e (3) Trabalho e políticas de emprego – um retrocesso evitável (2017).

Este 3º relatório do Observatório do CES tem por objeto o trabalho e emprego, o impacto da crise em termos de desemprego e precariedade, as políticas públicas adotadas ao abrigo do memorando com a Troica, o seu significado e as suas consequências.

Refere que o resgate financeiro da Troica (2011) implicou um “*ajustamento estrutural*” baseado na austeridade orçamental (orientado para a redução do deficit e a garantia do serviço da dívida pública) e na “*desvalorização interna*” (orientado para a competitividade, o reequilíbrio das contas externas, a redução dos custos salariais e dos preços relativos). Acrescenta que a reconfiguração das políticas públicas de emprego – das instituições e práticas que enquadram as relações de trabalho analisadas neste relatório – decorre precisamente da “*desvalorização interna*” e da sua assunção como instrumento de correção do desequilíbrio da balança corrente, supostamente sem alternativa no quadro do euro.

Considera que, de todas as “*reformas*” realizadas ao abrigo do memorando, são as que afetam o trabalho e emprego aquelas que têm efeitos mais pesados e duradouros na forma como se entende o trabalho no presente e se antecipa no futuro.

Refere a emergência no espaço mediático, relativamente ao tema do trabalho e do emprego, de uma perspetiva que antecipa as consequências de uma revolução com raízes tecnológicas que traria

um futuro sem trabalho através de robots, da inteligência artificial e das plataformas digitais. Neste debate, a tecnologia é assumida como uma variável exógena, alheia às escolhas políticas, que determinam o rumo futuro das sociedades.

São rebatidas três visões diferentes, que partilham um enorme ceticismo face ao futuro: (1) fim do trabalho resultante de uma nova onda de inovação tecnológica; (2) fim do emprego assalariado resultante da promoção da economia colaborativa e (3) destruição do emprego pela ausência de inovação tecnológica e de ganhos de produtividade.

O relatório assume que o impacto da inovação tecnológica no trabalho e emprego é, à partida, indeterminado. Esse impacto pode ser destruidor ou emancipador, dependendo das políticas públicas que venham a ser adotadas e da direção que imprimam à mudança institucional.

O primeiro capítulo refere as transformações das políticas públicas, que se deslocaram de uma abordagem pelo lado da procura agregada e pleno emprego para o lado da oferta orientada para a flexibilização do trabalho. Esta política acentuou-se a partir da crise do euro em 2011, com a atribuição da causa da crise à divergência dos custos salariais na zona euro. Hoje é assumida pela UE e pelo BCE como condição de sobrevivência do euro.

No segundo capítulo, mostra-se como, no contexto da crise, Portugal foi um dos países onde o mercado de trabalho mais se degradou, com aumento do desemprego, precarização das relações laborais e mudança de perfil dos desempregados, mais jovens e mais escolarizados e com o agravamento do fenómeno do desemprego de longa duração. Refere ainda a redução do número de desempregados a beneficiar de prestações sociais, do nível de emprego da população ativa e do número de trabalhadores a tempo inteiro.

No terceiro capítulo, aborda-se a resposta pública ao desemprego por parte dos serviços de emprego (IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional). O IEFP sofreu uma redução de pessoal no período em análise, comprometendo-se desta forma as políticas ativas de emprego, com a transferência progressiva da sua responsabilidade para as empresas, como, por exemplo, a oferta formativa e os incentivos ao emprego (estágios e contratos Emprego-Inserção).

No quarto capítulo, aborda-se a classificação estatística e a manipulação política de conceitos como emprego, desemprego, informalidade, ocupação ou inatividade. Considera-se que estes conceitos não permitem capturar e sistematizar as realidades económicas e sociais criadas pela crise, como a destruição de emprego, o aumento da população inativa e o crescimento dos fluxos migratórios. Referem-se ainda as limitações do tratamento estatístico agregado do desemprego, que caracteriza realidades muito distintas.

O quinto capítulo trata das alterações introduzidas no enquadramento legal das relações laborais, designadamente os mecanismos de negociação coletiva de âmbito setorial. Após a crise, com os novos mecanismos de governação económica,

como o Semestre Europeu, onde estão previstas sanções para países em desequilíbrio macroeconómico, estabeleceram-se medidas como a descentralização da negociação coletiva ao nível da empresa, a redução da extensão das convenções, os limites temporais à sua validade e numerosas exceções às convenções orientadas para uma flexibilidade salarial descendente.

No sexto capítulo, analisa-se a instrumentalização da concertação social durante a crise, servindo para sancionar um vasto conjunto de medidas de política de que resultaram a redução da proteção do trabalho, a fragilização das relações laborais e a desvalorização salarial.

A conclusão aborda o tema do futuro do trabalho e do seu valor em Portugal. Considera-se que as reconfigurações institucionais agravadas durante o período de aplicação do memorando resultaram em impactos negativos, não só a curto prazo mas também a longo prazo. Graças a diversos mecanismos de causalidade circular, os efeitos da recente crise económica far-se-ão sentir no futuro, através de uma contínua quebra populacional, da redução do crescimento potencial da economia e do aumento do endividamento e das desigualdades.

Plano Estratégico de Ação para os Setores Agrícola, Pecuário e Florestal

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

AUTOR: Autoridade para as Condições no Trabalho (ACT)

TÍTULO: Plano Estratégico de Ação para os Setores Agrícola, Pecuário e Florestal

TIPO DE DOCUMENTO: Relatório

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: [http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/Campanhas/Campanhasrealizadas/Trabalho_Agricola_Florestal/Relat%C3%B3rio%20Final/Paginas/default.aspx](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Campanhas/Campanhasrealizadas/Trabalho_Agricola_Florestal/Relat%C3%B3rio%20Final/Paginas/default.aspx)

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 63

DATA DA EDIÇÃO: 2017

A ação da Autoridade para as Condições no Trabalho (ACT) assenta na e promove a cooperação entre empregadores e trabalhadores e entre as suas organizações representativas, de acordo com a Convenção n.º 129 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com base na Resolução da Assembleia da República n.º 139/2010 de 20 de Dezembro, que visa *“reduzir a sinistralidade do trator e reduzir acidentes mortais no meio rural”*, foi recomendado ao Governo um conjunto de medidas e ações que promovessem campanhas de alerta e sensibilização junto dos empregadores e empregados, campanhas de rastreio e acompanhamento médico de condutores e ajudantes, programas de renovação e reequipamento das explorações agrícolas, de formação e

aconselhamento, e de informação e prevenção de outros acidentes.

Em 2008, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas criou o Serviço de Aconselhamento Agrícola (SAA), um instrumento que visava o melhor cumprimento das normas aplicáveis às explorações agrícolas. A Autoridade nacional de gestão deste sistema (DGADR) reconheceu 179 entidades, que efetuavam o esclarecimento personalizado aos agricultores no que respeita à segurança e saúde no trabalho. Em 2016, foi introduzida a componente florestal no sistema, que passou a designar-se por Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal (SAAF).

Tendo em conta o contacto direto que têm com os agricultores e produtores florestais, as organizações associativas são vistas como o elemento crucial na transmissão e na aplicação do normativo agrícola, assumindo um papel estratégico nas zonas rurais com a prestação de serviços aos agricultores que lhes permitem ultrapassar as dificuldades que encontram com a mecanização e outros equipamentos, trabalhos manuais especializados, seguros, segurança, higiene e saúde no trabalho. A articulação entre estas organizações e a administração central é fundamental para a promoção de locais de trabalho dignos e seguros, em que a implementação de ações de informação e sensibilização podem contribuir para a redução da sinistralidade no trabalho agrícola. A introdução de novas máquinas, técnicas, fatores de produção e utilização de mão-de-obra não qualificada fazem com que o setor agrícola e florestal tenha inúmeros acidentes, conduzindo a elevadas taxas de incapacidade temporária e permanente, bem como de acidentes mortais, em resultado de uma utilização que desrespeitam as regras de segurança de tratores, motosserras, maquinaria pesada ou pesticidas.

Entre 2007 e 2011, a ACT fez inquéritos a 33 acidentes de trabalho mortais, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) investigou 333 acidentes de viação, que causaram 132 vítimas mortais e 157 feridos graves e, no ano de 2013, o INEM recebeu 664 pedidos de emergência só de acidentes com tratores.

O principal objetivo do Plano Estratégico da ACT, que visa a redução da sinistralidade envolvendo máquinas agrícolas, ficou por atingir, assistindo-se a uma tendência para aumento do número de acidentes de trabalho nos setores da agricultura, pecuária, floresta e pesca. A informação estatística dos inquéritos a acidentes de trabalho feitos pela ACT entre 2012 e 2015 vai no mesmo sentido.

O primeiro objetivo da Estratégia da ACT é a promoção da redução dos acidentes de trabalho, con-

tribuindo para uma efetiva melhoria das condições de segurança e saúde nos vários tipos de trabalho agrícola e florestal, atuando ao nível da formação, informação e controlo e promovendo o reforço da capacidade de intervenção dos parceiros sociais e institucionais na prevenção de riscos profissionais do setor. Os objetivos específicos do Plano Estratégico de Ação visam sensibilizar os diversos atores para a prevenção de riscos profissionais; estabelecer um sistema de informação para acompanhamento dos processos de aconselhamento agrícola na área da segurança e saúde no trabalho e apoiar uma rede de informação setorial que dê prioridade à prevenção de riscos associados a tratores e máquinas agrícolas e florestais, pesticidas agrícolas e outros químicos e trabalhos florestais como o manuseamento de motosserras.

Este Plano destina-se a todos os intervenientes no meio agrícola e florestal, nomeadamente os dirigentes e quadros de associações e cooperativas, empresários, trabalhadores e gestores de unidades de exploração. As entidades envolvidas são os parceiros sociais, como as associações e confederações, e os institucionais compostos por organismos da Administração Central.

A implementação do Plano foi dividida em dois eixos específicos: Ação de informação e formação, dirigida aos atores e destinatários, facultando-lhes informação dos instrumentos concebidos com os parceiros sociais e institucionais e ministrando formação para criar competências no âmbito da intervenção inspetiva; e Ação de inspeção dirigida aos empregadores, tais como atividades de informação e sensibilização para dirigentes, empregadores e trabalhadores, atividades de formação para inspetores do trabalho e técnicos de prevenção, ações inspetivas da ACT nos locais de trabalho e produção de instrumentos de informação ou divulgação.

As atividades promovidas na área da prevenção, envolvendo a informação e sensibilização, foram da responsabilidade da ACT, juntamente com os par-

ceiros sociais e institucionais, tendo sido produzidos folhetos com informação relativa a Obrigações Legais de Segurança e Saúde no Trabalho, diversos tipos de máquinas agrícolas e florestais e pesticidas.

Foram também criados 8 instrumentos de aplicação legislativa tais como a avaliação de riscos, análise e investigação de acidentes de trabalho, consulta dos trabalhadores, lista de verificação, registo de tempos de trabalho, registo de manutenção de máquinas e equipamentos de trabalho e ficha de segurança de tratores e máquinas agrícolas e florestais. A sua divulgação foi feita pela ACT e parceiros sociais, através da Internet, correio eletrónico, em seminários, feiras e revistas da especialidade.

No período entre 2012 e 2015, a ACT em conjunto com os seus parceiros efetuou ações de informação e sensibilização relativamente ao Plano estratégico, promovendo seminários, *workshops*, atividades em contexto de trabalho, participação em feiras, privilegiando-se a participação de um inspetor do trabalho e de um técnico de prevenção dos serviços desconcentrados da ACT, juntamente com técnicos das organizações representativas dos agricultores e dos produtores florestais, com o intuito de promover a criação de redes de prevenção locais e regionais.

As atividades promovidas na área inspetiva foram da responsabilidade exclusiva da ACT, com visitas aos locais de trabalho, de modo a promover locais dignos e seguros, prevenindo acidentes de trabalho e doenças profissionais. Neste sentido, foram realizadas formações aos inspetores, de modo a harmonizar a sua intervenção com referenciais comuns para análise dos locais de trabalho.

O Plano Estratégico de Ação para o Setor Agrícola, Pecuário e Florestal, que decorreu entre 2012 e 2015, teve duas fases. A primeira ocorreu em 2012 e 2013, na qual se registou uma maior incidência na atividade de informação e sensibilização e a segunda decorreu em 2014 e 2015, onde se privilegiou a vertente inspetiva sem descurar a parte pedagógica. No balanço final, foram realizadas 1700 inspeções que abrangeram cerca de 10 mil trabalhadores, que tiveram como consequência a melhoria das condições de trabalho, salientando-se a dinâmica implementada pelos parceiros sociais e institucionais. Contudo, regista-se ainda uma tendência crescente para a ocorrência de acidentes de trabalho graves e mortais no setor. As principais infrações detetadas foram a falta de seguros de acidentes de trabalho e a não organização dos serviços de segurança e saúde, o que compromete a identificação dos perigos, a avaliação dos riscos profissionais, informação e formação dos trabalhadores.

Conforme definido pela Comissão Europeia no seu quadro estratégico (2014-2020), a redução da sinistralidade surge como o principal objetivo da Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho, para o período 2015-2020, com a implementação de medidas eficazes de prevenção que assegurem condições dignas e seguras. A Estratégia Nacional visa sobretudo três objetivos: Promover a qualidade de vida no trabalho; Diminuir o número de acidentes de trabalho e a taxa de incidência de acidentes de trabalho em 30%; Diminuir os fatores de risco associado a doenças profissionais.

Guia de Boas Práticas – Proteção da Segurança e da Saúde dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária, Horticultura e Silvicultura

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

AUTOR: Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão /Unidade B.3

TÍTULO: Guia de boas práticas, não vinculativo, para a melhoria da aplicação das diretivas relativas à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores da agricultura, pecuária, horticultura e silvicultura

COLECÇÃO: ISBN 978-92-79-43410-5

EDITOR: Comissão Europeia

TIPO DE DOCUMENTO: Monografia

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <https://osha.europa.eu/pt/tools-and-publications/publications/protecting-health-and-safety-workers-agriculture-livestock>

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 169

ANO DA EDIÇÃO: 2015

Palavras-chave: Segurança, saúde, trabalho

Enquadramento

A agricultura e a silvicultura têm associadas atividades com elevado risco no âmbito da saúde e segurança, sendo consideradas, enquanto profissão, como a terceira ou quarta profissão mais perigosa na União Europeia. As características específicas destes setores — como o trabalho ao ar livre,

em estufas, com maquinaria pesada, com animais, em isolamento no local de trabalho, com pouca formação, utilizando substâncias químicas e produtos fitofarmacêuticos — aumentam os riscos para os trabalhadores, o que se traduz numa taxa de acidentes superior à média dos outros setores.

Devem, neste contexto, ser criadas as condições para capacitar as estruturas e recursos para poderem enfrentar as dificuldades, nomeadamente pela

criação de um ambiente seguro e de condições de segurança e saúde para os trabalhadores, de forma a reduzir os acidentes e a possibilidade de perda de bens e de produção.

Assegurar o cumprimento de boas normas de segurança e saúde na atividade exige um esforço sistemático da parte das empresas, tendo o empregador a responsabilidade moral e jurídica de se certificar de que os trabalhadores se encontram bem e em segurança. Neste âmbito, assume assim particular importância a aplicação de normas a respeitar no exercício destas atividades ao nível da saúde e da segurança, que se encontram regulamentadas em toda a Europa e são reguladas pelo direito nacional e pelo direito comunitário europeu¹.

Apesar de não existir nenhuma diretiva europeia que se ocupe especificamente da proteção da segurança e saúde dos trabalhadores em todos os aspetos da agricultura, incluindo a pecuária, a horticultura e a silvicultura, a Diretiva 89/391/CEE, e várias diretivas individuais, são aplicáveis a estes setores de atividade. A legislação em matéria de segurança e saúde visa melhorar as condições de trabalho, reduzir os acidentes e as doenças relacionados com o trabalho e tornar os locais de trabalho seguros e saudáveis para os trabalhadores. A responsabilidade governamental no que se refere à segurança e saúde cabe à Inspeção do trabalho, aos serviços de saúde ou a um organismo equivalente.

O Guia de Boas Práticas desenvolvido pela Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão, da Comissão Europeia, destina-se a ajudar todas as partes interessadas, nomeadamente os agricultores, os supervisores (especialmente no caso das PME), os empregadores, os trabalhadores e os seus representantes, entre outros, a aplicar as diretivas e a gerir adequadamente a prevenção dos riscos inerentes ao trabalho.

Sinopse

O Guia de Boas Práticas fornece informações e exemplos de boas práticas relativas à aplicação das diretivas em matéria de segurança e saúde, juntamente com outros elementos necessários como explicações e exemplos práticos dos perigos e riscos em todas as fases das explorações agrícolas, hortícolas e silvícolas.

Tem como objetivo fornecer conselhos práticos e orientações em matéria de segurança e saúde para o negócio, não pretendendo enumerar as obrigações legais nem constituir um substituto de eventuais requisitos legais que devam ser cumpridos. Pelo contrário, o Guia pretende ser uma ferramenta de orientação, sendo apresentadas sugestões quanto à forma como se pode obter um nível de segurança mais elevado na empresa.

Contém informações básicas sobre a segurança e a saúde, quais os aspetos do negócio relacionados com o tema, aquilo a que se deve dar mais atenção e como se pode organizar para melhorar o seu controlo. Mais importante ainda, fornece uma ferramenta para identificar e avaliar os perigos decorrentes da atividade laboral: a avaliação dos riscos, sendo enumerados 128 perigos típicos que se deve ter em consideração nas avaliações dos riscos.

Apresenta ainda um resumo das diferentes diretivas da UE, referências e bibliografia das entidades que podem disponibilizar informações, um glossário, uma lista de questões essenciais e uma lista por temas, um quadro de exemplos práticos e um quadro geral dos deveres das partes interessadas. Contém também diversos exemplos de boas práticas, que foram extraídos dos guias em circulação nos Estados-Membros da UE ou especialmente criados para este guia.

¹ <http://eur-lex.europa.eu/en/index.htm> e <https://osha.europa.eu/en/safety-and-health-legislation>

Estrutura do documento

O Guia de Boas Práticas encontra-se estruturado segundo os seguintes temas, integrando fichas temáticas e questões/respostas específicas:

- Organização da segurança e saúde
- Avaliação dos riscos
- Planeamento
- Formação
- Mão-de-obra
- Gestão da saúde
- Equipamentos de proteção individual
- Preparação e resposta a situações de emergência, integrando medidas adicionais para operações florestais, medidas de prevenção contra incêndios e combate a incêndios
- Produção de colheitas, Animais, Estufas e Silvicultura
- Infraestruturas
- Máquinas e equipamentos
- Transportes e veículos
- Outros temas: Substâncias perigosas, sinalética, crianças, visitantes e terceiros

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A *CULTIVAR* é uma publicação de cadernos de análise e prospetiva, sob a responsabilidade editorial do GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. A publicação pretende contribuir, de forma continuada, para a constituição de um repositório de informação sistematizada relacionada com áreas nucleares suscetíveis de apoiar a definição de futuras estratégias de desenvolvimento e preparação de instrumentos de política pública.

A *CULTIVAR* desenvolve-se a partir de três linhas de conteúdos:

- «**Grandes Tendências**» integra artigos de análise de fundo realizados por especialistas, atores relevantes e parceiros sociais, convidados pelo GPP.
- «**Observatório**» pretende ser um espaço para reunir, tratar e disponibilizar um acervo de informação e dados estatísticos de reconhecido interesse, mas que não estão diretamente acessíveis ao grande público.
- «**Assuntos Bilaterais e Multilaterais**» destina-se a acolher a divulgação de documentos de organizações, nomeadamente aqueles a que o GPP tem acesso nos diversos fora nacionais e internacionais.

Edições publicadas:

- CULTIVAR N.º 1 – Volatilidade dos mercados agrícolas
- CULTIVAR N.º 2 – Solo
- CULTIVAR N.º 3 – Alimentação sustentável e saudável
- CULTIVAR N.º 4 – Tecnologia
- CULTIVAR N.º 5 – Economia da água
- CULTIVAR N.º 6 – Comércio internacional
- CULTIVAR N.º 7 – O risco na atividade económica
- CULTIVAR N.º 8 – Biodiversidade
- CULTIVAR N.º 9 – Gastronomia
- CULTIVAR N.º 10 – Trabalho na agricultura e as novas tendências laborais



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

MAR